

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

AS LINGUAS DIFFICULTOSAS E OS LINGUAS PERITOS
Artes de gramática jesuíticas no Brasil colonial dos séculos
XVI e XVII

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Linguística, Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Semiótica e Linguística Geral.

Candidato: Ronaldo de Oliveira Batista

Orientador: Profa. Dra. Cristina Altman

2002

Para a professora Cristina Altman, “primeira e inestimável leitora”.

Também para minha irmã, Patrícia, que cantava “eu presto muita atenção no que meu irmão ouve”.

E aos meus pais (Natal e Lenilde) e meu irmão Renato, pelo carinho, atenção e respeito, sempre.

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| Agradecimentos | 05 |
| Resumo/Palavras-chave | 06 |
| Abstract/Key Words | 07 |
| Lista de nomes | 08 |
| I. “FALLAS MUI BARBARAS” E GRAMÁTICAS: UMA INTRODUÇÃO | 09 |
| II. DO MÉTODO DA PESQUISA | 13 |
| <i>Periodização</i> | 14 |
| <i>Material</i> | 15 |
| <i>Parâmetros de análise</i> | 16 |
| III. “O DOM DE ESCREVER A LÍNGUA DOS ÍNDIOS | 19 |
| <i>A LINGÜÍSTICA MISSIONÁRIA JESUÍTICA E AS ARTES DE GRAMÁTICA</i> | 20 |
| <i>Introdução</i> | 20 |
| <i>A descoberta das línguas ‘exóticas’</i> | 21 |
| <i>A lingüística missionária</i> | 25 |
| <i>A Companhia de Jesus e os missionários jesuítas no Brasil</i> | 28 |
| IV. “AS LÍNGUAS DA TERRA E SEUS CÍCEROS” | 37 |
| <i>LÍNGUAS, GRAMÁTICAS E SEUS AUTORES</i> | 38 |
| <i>Introdução</i> | 38 |
| <i>Anchieta e a primeira gramática brasileira</i> | 40 |
| <i>O registro do tupi antigo por Luís Figueira</i> | 43 |
| <i>A língua da nação Kiriri e o registro do padre Mamiani</i> | 47 |
| <i>A língua dos pretos e a Arte da Lingoa de Angola</i> | 48 |
| <i>As línguas dificultosas</i> | 51 |
| V. “ERAM OS JESUÍTAS GRAMÁTICOS DE QUE TIPO?” | 54 |
| <i>PROCEDIMENTOS E ESTRATÉGIAS DE DESCRIÇÃO</i> | 55 |
| <i>“LETRAS”, “SONS” E “VOZES”: AS UNIDADES SONORAS DA LÍNGUA</i> | 62 |
| <i>Introdução</i> | 62 |
| <i>O tratamento das unidades sonoras</i> | 62 |
| <i>As ‘letras’ do sistema sonoro</i> | 66 |
| <i>Uma escrita fonética</i> | 71 |
| <i>Os acentos</i> | 76 |
| <i>Os critérios de análise do som</i> | 77 |
| <i>Considerações finais</i> | 80 |
| <i>“PARTES DA ORAÇÃO E CASOS, PALAVRAS E PARTÍCULAS”</i> | 81 |
| <i>Introdução</i> | 81 |
| <i>Partes da oração e casos nas línguas ‘exóticas’</i> | 85 |
| <i>Considerações finais</i> | 111 |

| | |
|---|-----|
| <i>“DA SYNTAXE, OU CONSTRUÇÃO DAS PARTES DA ORAÇÃO”</i> | 112 |
| <i>Introdução</i> | 112 |
| <i>A construção das partes da oração</i> | 115 |
| <i>Considerações finais</i> | 118 |
| <i>DIFERENÇAS SIM, MAS MUITAS SEMELHANÇAS TAMBÉM</i> | 120 |
| VI. “USUS TE PLURA DOCEBIT”: O USO E AS ARTES DE GRAMÁTICA | 124 |
| <i>“O USO TE ENSINARÁ MUITAS COISAS”</i> | 125 |
| <i>O uso nas artes de gramática jesuíticas do Brasil</i> | 125 |
| <i>Mas, afinal, o que era esse “uso”?</i> | 126 |
| CONCLUSÕES | 129 |
| Bibliografia | 133 |

AGRADECIMENTOS

Não me esqueceria de agradecer, com toda a atenção, a:

- CAPES, pela bolsa de estudos;
- Professora Esmeralda Vailati Negrão, que me concedeu a vaga, permitindo a entrada no programa de pós-graduação;
- Professores Angélica Chiappeta e Mário Ferreira, pelas observações no exame de qualificação. Ao professor Mário devo, também, um exemplo de docência;
- Professores Margarida Maria Taddoni Petter e Waldemar Ferreira Neto, pela atenção nos cursos de pós-graduação;
- Professoras Maria Carlota Rosa e Maria Cândida Drumond Menezes, que, com toda gentileza, me cederam material de pesquisa e informações sobre onde conseguir artigos;
- Às professoras que marcaram minha vida intelectual: Aliette Fontana (a quem devo quase tudo), Angélica Daher Azevedo (pela aprendizagem da contestação), Angelinha (que me mostrou, pela primeira vez, que eu poderia escrever), Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (que me chamava de lingüista), Maria Valéria de Mello Aderson Vargas (por toda a atenção), Maria da Glória Novak (pela 'aviso' de que a insegurança pode ser o pior inimigo ao longo da vida). E também para aquelas que me ensinaram que a docência podia ser um dos caminhos: minha mãe, tia Marlene, tia Neusa e minha madrinha, Yvonne;
- Ao Eduardo, importante companhia em grandes momentos e, de certa maneira, responsável pelo início da vida acadêmica;
- E porque "gente é coração", lembro as amigas e os amigos: Débora, Fabiana, Rosária, Paula e Cristina (que são um pouco parte de mim); ao Eneus (amigo de conversas acadêmicas); Cláudia Erthal (pela amizade, distante mas presente); Ely e Fernando (grandes amigos e incentivadores).
- Às colegas e pesquisadoras do Cedoch: Olga Ferreira Coelho, Erani Stutz, Beatriz Christino, Angela França, Aline Cruz, Luciana Gimenes, Elisa Atsuko Tashiro, Vânia Parada e Mercedes Hackerott.

RESUMO

Nos séculos XVI e XVII, jesuítas em território brasileiro produziram *artes de gramática* de três línguas faladas no Brasil colonial: José de Anchieta (1534-1597) e Luís Figueira (1573-1643) escreveram gramáticas do tupi antigo, publicadas em 1595 e 1621 (data presumida), respectivamente; Luís Vincencio Mamiani (1652-1730) escreveu uma gramática da língua indígena kiriri, publicada em 1699; Pedro Dias (1621-1700), em 1697, via publicada sua gramática da língua africana kimbundu, falada pelos escravos vindos da África. Essas *artes* foram escritas para facilitar, por meio da aprendizagem das línguas então chamadas de exóticas, o contato entre jesuítas e nativos e escravos, tendo em vista a catequização e a efetivação do processo de colonização. Eram obras escritas por missionários não falantes nativos das línguas e dedicadas a outros missionários. A estrutura das gramáticas seguia o modelo da tradição greco-latina, com a adoção de metalinguagem semelhante, da ordenação da gramática, dos conceitos como o de 'palavra' (unidade fundamental), da divisão tradicional das partes do discurso, do tratamento reduzido tanto da descrição das unidades sonoras como da sintaxe.

Neste trabalho, analisaremos alguns dos métodos e práticas de descrição das línguas pelos gramáticos-jesuítas, procurando caracterizar o que chamamos de tradição brasileira da lingüística missionária.

PALAVRAS-CHAVE

lingüística missionária – historiografia lingüística – jesuítas – gramáticas – Brasil Colônia

ABSTRACT

In the 16th and 17th Centuries, Jesuits wrote 'artes de gramáticas' [grammars] about three languages spoken in colonial Brazil: José de Anchieta (1534-1597) and Luís Figueira (1573-1643) wrote grammars of the Ancient tupi, published in 1595 and 1621; Luis Vincencio Mamiani (1652-1730) wrote a grammar about the kiriri, Indigenous language, published in 1699; in 1697, a grammar of kimbundu, African language spoken by the slaves in Brazil, has written by Pedro Dias (1621-1700). These grammars were written in order to improve, by the learning of languages called of 'exóticas' [exotics], the contact among Jesuits and indigenous and slaves in order to promote the evangelization according to the Catholic Church.

In this work, we intend to analyze part of the methods and practices of the description of those languages used by the Jesuits, in order to characterize a Brazilian tradition in the Missionary Linguistics.

KEY WORDS

Missionary Linguistics – historiography – Jesuits – grammars – Brazil - colonization

LISTA DE NOMES E DATAS

Autores das artes de gramática jesuíticas 'brasileiras'

José de Anchieta (1534-1597)
Luís Figueira (1573-1643)
Pedro Dias (1621-1700)
Luís Vincencio Mamiani (1652-1730)

Outros nomes citados – Antiguidade clássica ocidental

Apolônio Díscolo (1^a. metade do 2^o. século a.C.)
Donato (4^o. século a.C.)
Prisciano (6^o. século a.C.)
Quintiliano (c. 30-96 d.C.)
Varrão (116-27 a.C.)

Outros nomes citados – séculos XV, XVI, XVII e XVIII

Antoine Arnauld (1612-1694)
Antonio de Nebrija (1444-1522)
Antonio Ruiz de Montoya (1585-1652)
Claude Lancelot (c. 1616-1695)
Duarte da Costa (?-1560)
Fernão de Oliveira (1507-1580/1)
Francisco Pacconio (*fl.* 1642)
Francisco Sanchez de las Brozas (1523-1600)
Ignácio de Loyola (1491-1556)
Johannes Despautério (c. 1460 ou 80-1520)
Julio César Scaliger (Escaligero) (1484-1558)
Manuel Álvares (1526-1583)
Manuel da Nóbrega (1517-1570)
Marquês de Pombal (1699-1782)
Nicolau Clenardo (1493 ou 1494-?)
padre Bettendorf (1625-1698)
padre Miguel Cardoso (1659-1721)
padre João de Barros (1639-1691)
Petrus Ramus (1515-1572)
Thomas Linacre (1460-1524)
Tomé de Souza (1503-1579)

I

***“FALLAS MUI BARBARAS” E GRAMÁTICAS:
UMA INTRODUÇÃO***

Em 1500, navegadores liderados por Cabral, em nome da Coroa portuguesa, chegaram às terras que viriam a ser chamadas de Brasil, numa alusão não só ao primeiro produto de exploração da Colônia, como também a terras e ilhas míticas que povoaram por muito tempo o imaginário europeu sobre regiões desconhecidas. A partir de 1530 teve início a colonização da *terra brasilis*, que seria envolta em ares de Paraíso e Inferno terrestres, com seus habitantes naturais considerados como bárbaros e necessitados de redenção pela conversão à fé católica.

Antes da chegada dos europeus, viviam no território brasileiro seus habitantes naturais, posteriormente chamados de índios. Chegaram a ser milhões e foram sendo dizimados ao longo de um processo de exploração e morte que continuou por muito tempo, quase apagando a memória de um país a respeito de seu passado. Com o aumento do contato entre índios e portugueses, os nativos do Brasil foram perdendo ou viram serem alterados seus costumes, rituais e línguas próprias. Pela visão do colonizador, só a conversão à fé católica poderia salvar os nativos, chamados de gentios.

Em 1549 chegam ao Brasil os primeiros missionários da Companhia de Jesus, selando uma das parcerias mais sólidas e importantes da nossa história colonial. Igreja católica, através da presença dos jesuítas, e a empresa de colonização portuguesa caracterizaram o processo de exploração e povoamento europeu do Brasil, tendo como pano de fundo, numa tentativa de justificar atos empregados na atividade colonizadora, a expansão do catolicismo e a salvação, pela conversão, dos povos chamados de bárbaros.

No século XVII, dado o fracasso da tentativa de imposição do trabalho escravo aos indígenas, os 'protegidos' dos jesuítas, foram trazidos para o Brasil milhares de negros

vindos de regiões da África. Esses povos também foram classificados de bárbaros, impuros, demoníacos e sem alma. Também a eles foi imposta a religião católica e a necessidade de conversão, promovendo a alteração ou mesmo eliminação de costumes, ritos e línguas, tudo considerado como demoníaco e passível de condenação.

Em meio a todos esses fatores, ligados ao interesse econômico da empresa colonial, uma necessidade comum: a expansão da fé católica. Para isso era necessário converter os habitantes naturais do Brasil e também os escravos negros. E como foi feito isso?

Os jesuítas, tendo em vista a catequização, dedicaram-se à conversão dos “bárbaros” e, para isso, realizaram um importante passo na história dos estudos sobre línguas e linguagem. Os jesuítas aqui no Brasil (em consonância com o que faziam outros missionários ao redor do mundo) aprenderam línguas indígenas e línguas africanas, promovendo a ‘gramatização’ (Auroux 1992), i.e., a produção de *artes de gramática* de duas línguas indígenas (tupi antigo e kiriri) e da língua africana kimbundu, nos séculos XVI e XVII. Dessa maneira, estavam os jesuítas inseridos num processo de aprendizado de línguas diferentes das então conhecidas pelo homem europeu ocidental. Línguas da América, da África e da Ásia foram aprendidas num período que ficou conhecido, posteriormente, como de expressiva publicação de obras referentes às línguas das terras que estavam sendo colonizadas por nações européias a partir das Grandes Navegações.

Assim, as *linguas difficultosas* (também chamadas de línguas ‘exóticas’, do ponto de vista europeu) foram colocadas em regras, na metalinguagem da época, por aqueles conhecidos como *os linguas peritos*, numa alusão aos que sabiam muito bem as línguas faladas pelos “bárbaros”, ou mesmo a alguns falantes nativos que serviam de intérprete. Essa produção gramatical ocorreu no Brasil pelas mãos de quatro jesuítas: José de Anchieta, Luís Figueira, Pedro Dias, Luís Vincencio Mamiani. Todos escreveram *artes de gramática*, denominação corrente no período, caracterizando uma descrição

gramatical de cunho prático, escrita por missionários para outros missionários, que deveria ser breve, econômica, mas eficaz para a transmissão de aspectos básicos das línguas.

Neste trabalho, analisaremos essa produção gramatical jesuítica que ocorreu nos séculos XVI e XVII, tendo em vista o estabelecimento de uma corrente de produção gramatical que estamos chamando de tradição lingüística missionária jesuítica brasileira. Para tanto, sem perder de vista o desenvolvimento dos estudos sobre línguas e linguagem numa perspectiva maior da história da lingüística, focalizaremos nossa atenção num trabalho de cunho lingüístico, em que procuraremos descrever e analisar alguns dos procedimentos e estratégias utilizados pelos jesuítas na descrição gramatical do tupi antigo, do kiriri e do kimbundu, algumas das línguas faladas no Brasil nos tempos de colônia.

O trabalho tem a seguinte ordem, na qual alguns capítulos e partes desses capítulos foram nomeados com trechos retirados das cartas dos jesuítas, escritas, também, nos séculos XVI e XVII: num primeiro momento expomos o que a historiografia lingüística contemporânea entende por lingüística missionária dos séculos XVI-XVII e, assim, fazemos o recorte para o contexto brasileiro e os jesuítas. Em seguida, informamos sobre os jesuítas, suas obras e as línguas que descreveram, no capítulo cuja denominação faz referência a uma nomeação comum na época para aqueles que conheciam os rudimentos da gramática, chamados de “os Cíceros da terra”. Posteriormente, analisamos que tipo de gramáticos eram os jesuítas, com a descrição e análise de procedimentos e estratégias de descrição adotados nas artes jesuíticas. Nas conclusões finais, situamos a tradição aqui descrita no contexto da época referente aos estudos sobre línguas e linguagem.

II
DO MÉTODO DA PESQUISA

Os métodos da presente pesquisa seguem, por hipótese, o eixo estabelecido como metodologia de análise no *Grupo de Estudos em Historiografia da Linguística Brasileira* (CEDOCH-DL/USP): mapeamento do problema e definição do tema; estabelecimento de unidades de trabalho por periodização; seleção das fontes primárias pertinentes; caracterização do clima intelectual de produção/recepção das fontes; caracterização dos dados lingüísticos fornecidos pelas fontes; definição conjunta dos parâmetros de análise dos dados; discussão e correlação dos resultados tendo em vista a detecção dos movimentos de continuidade e descontinuidade no tratamento das questões lingüísticas.

Tendo essas etapas em vista, identificamos a seguir os procedimentos de nossa pesquisa.

PERIODIZAÇÃO

Selecionamos as gramáticas que foram publicadas para uso no Brasil colonial dos séculos XVI e XVII. Esse período pode ser descrito como de ‘grande’ publicação de material referente às línguas faladas no período colonial. De fato, o século XVIII se caracterizará por uma diminuição no interesse pelas línguas que não fossem o português, tal situação relaciona-se, sem dúvida, com o intuito da Metrópole de limitar a situação lingüística brasileira à língua portuguesa. Essa situação culminaria com o *Diretório* do Marquês de Pombal, instaurando, em 1758, a obrigatoriedade do uso do português nas terras brasileiras.

Assim, o período ao qual nos dedicamos é o dos séculos XVI-XVII, sendo que a primeira gramática de uma língua brasileira é publicada em 1595 (do tupi antigo),

seguida por outra da mesma língua, publicada provavelmente em 1621. Em 1697 é publicada a gramática do kimbundu e, em 1699, publica-se a da língua kiriri.

MATERIAL

Crítérios de seleção

Escolhemos como fontes primárias as gramáticas publicadas por jesuítas nos séculos XVI e XVII¹. O período não conheceu outras artes de gramática ‘brasileiras’ escritas por missionários que não jesuítas, assim, tal escolha do material nos permite colaborar para a historiografia da lingüística missionária jesuítica no contexto brasileiro. Todas as gramáticas foram escritas tendo em vista o ensino das línguas para os missionários envolvidos na catequização, ou seja, todas eram obras de ensino de língua estrangeira, por assim dizer.

Fontes primárias

Gramáticas do Tupi Antigo

Século XVI:

ANCHIETA, José de. 1990[1595]. *Arte de gramática da lingua mais usada na costa do Brasil*. Fac-similar da 1ª edição. Apresentação de Carlos Drumond. Aditamentos do Pe. Armando Cardoso. São Paulo: Edições Loyola. (1ª. ed. 1595, Coimbra: Antonio Mariz; 2ª. ed. 1874, Leipzig: Julio Platzmann; 3ª. ed. 1876, idem; 4ª. ed. 1933, Rio de Janeiro: Bibl. Nac. do R. de Janeiro; 5ª. ed. 1946, São Paulo: Ed. Anchieta; 6ª. ed. 1980, Salvador: UFBA.)

Século XVII:

FIGUEIRA, Luís. 1621(?). *Arte da Lingva Brasilica*. Lisboa: Manoel da Silva. (2ª. ed. 1687, *Arte de grammatica da Lingua Brasilica*, Lisboa: Miguel Deslandes; 3ª. ed. 1795, *Arte da Grammatica da Lingua do Brasil*, Lisboa: Officina Patriarcal. Há uma edição em 1878, fac-simile da de 1687, publicada em Leipzig por Julio Platzmann; e uma edição em 1880, anotada por Emilio Allain, e versão alemã em 1899.)

¹ Há notícia de uma gramática de Anchieta e Manuel Viegas, também missionário jesuíta, sobre a língua indígena maromi (Rodrigues 1998:61). Até hoje o manuscrito de tal obra não foi encontrado. Também não tratamos da gramática do guarani, escrita no século XVI por Montoya, a qual, ainda que circunscrita a um território ‘brasileiro’, fazia parte de um contexto sob administração espanhola. Aqui preferimos nos ater ao contexto português de colonização, ainda que muitas semelhanças entre os dois governos possam ser encontradas, ainda mais quando pensamos no momento da União Ibérica. No entanto, rapidamente, apontamos aqui que as políticas lingüísticas adotadas foram bem diferentes em relação aos contextos português e espanhol.

Gramática do Kimbundu

Século XVII:

DIAS, Pedro. 1697. *Arte da Lingua de Angola oferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãe e Senhora dos mesmos Pretos*. Lisboa: Miguel Deslandes.

Gramática do Kiriri

Século XVII:

MAMIANI, Luís Vincencio. 1877[1699]. *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Kiriri*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. (1.^a ed., Lisboa: Miguel Deslandes, 1699). Para este trabalho utilizamos a 2.^a edição, não fac-similar, por dificuldade de contato com a 1.^a edição.

PARÂMETROS DE ANÁLISE

Procuramos pré-definir os parâmetros externos (o contexto de produção de determinada obra) e os internos (o conteúdo lingüístico da obra) para a análise dos materiais escolhidos como fontes primárias, ainda que com isso não se entenda uma rígida divisão entre tais elementos, mas uma observação conjunta da constante relação dos fatores externos com os internos do material em análise. A pesquisa procura, na medida do possível, correlacionar aspectos externos relacionados às obras com aspectos internos das mesmas, com maior ênfase a um ou outro desses aspectos para a elucidação de determinado problema de destaque. A divisão aqui proposta em parâmetros internos e externos segue mais o intuito de uma apresentação clara de fatores a serem investigados do que uma posição a ser tomada, de forma separada, na pesquisa. Ou seja, o que procuramos são momentos em que se pode evidenciar o cruzamento desses parâmetros, quando, por exemplo, pode-se detectar em que momento algum fato externo motivou alguma característica interna das gramáticas.

Parâmetros externos

a) Tipo de formação intelectual e religiosa dos autores

- Análise dos dados referentes aos autores das gramáticas, tendo em vista sua formação, a Companhia de Jesus e seu universo intelectual e católico, assim como a atuação religiosa e política dos missionários no Brasil Colônia dos séculos XVI e XVII.

b) Tipo de contexto intelectual

- Análise do Brasil dos séculos XVI e XVII, procurando mapear quais motivações sociopolíticas, econômicas e intelectuais puderam ter exercido influência no processo de ‘gramatização’ do tupi antigo, do kiriri e do kimbundu.
- Análise do clima de opinião da época, tendo em vista a atuação dos missionários, em relação à ‘gramatização’.

Parâmetros internos

Este trabalho procurou descrever e analisar alguns dos procedimentos e estratégias de descrição empregados pelos missionários jesuítas em artes de gramática, assim como as concepções lingüísticas nem sempre explicitadas nas práticas descritivas. Para isso, estabelecemos as seguintes investigações:

- Análise do tipo de tratamento dado à descrição das unidades sonoras da língua. Como foram descritas as unidades sonoras? Houve apenas descrição dos sons ou esteve presente uma preocupação em determinar a função exercida pelos sons pertinentes ao sistema em descrição? Que procedimentos de descrição foram utilizados nesse processo? Que critério de análise foi adotado? Houve a percepção de fonemas diversos aos dos sistemas lingüísticos já conhecidos?
- Análise da descrição e comentário a respeito das partes do discurso e das características morfológicas das línguas. Seguiu-se o modelo de descrição gramatical para o latim? Houve percepções de características próprias das línguas que afastaram as análises do procedimento de descrição que buscava equivalências com sistemas

linguísticos europeus? Que critérios foram utilizados para a descrição das categorias morfológicas das línguas?

- Análise da descrição da parte sintática da língua. Procuraremos investigar se os gramáticos abordaram fenômenos sintáticos escapando ao modelo latino, tendo em vista os critérios utilizados para os modos de descrição dos fenômenos sintáticos das línguas, assim como os modos de representação utilizados, como o conceito de 'oração'. Seguiu-se o modelo latino? Houve uma adaptação coerente de critérios de análise? Os gramáticos tiveram percepções importantes a respeito da realidade da língua que descreviam? Que procedimento e estratégias foram empregados na análise da parte sintática da língua? E, afinal, que tipo de descrição era chamada de sintaxe?

Seguindo a análise feita de acordo com a observação dos fatores externos e internos, acreditamos ter sido possível a caracterização de uma prática de descrição linguística missionária jesuítica brasileira, tendo em vista o estabelecimento de um conjunto de *procedimentos* (os métodos, as formas de descrição) e de *estratégias* (os recursos utilizados para que os procedimentos fossem aplicados a contento) de descrição gramatical, de acordo com a época, para o estudo de línguas diferentes tipologicamente das européias do mundo ocidental.

III

“O DOM DE ESCREVER A LÍNGUA DOS ÍNDIOS”

A LINGÜÍSTICA MISSIONÁRIA JESUÍTICA

E AS ARTES DE GRAMÁTICA

INTRODUÇÃO

After the discovery of the New World and the invention of printing, linguistic activity increased and new languages became known. Missionaries as well as other travellers came into contact with other languages and added them, in at least a superficial way, to the total of linguistic knowledge. (Wonderly & Nida 1963:114)

A partir do século XV, com os desbravamentos ocasionados pelas ‘descobertas’ de novas terras pelas Grandes Navegações europeias, principalmente de países como Portugal e Espanha (para o contexto sul-americano), regiões distantes do círculo europeu ocidental, com habitantes possuidores de costumes diferentes, com diferentes formas de percepção em relação à vida e ao ser humano, com formas religiosas e mitos diversos da religião católica de portugueses e espanhóis e, mais do que tudo, falantes de línguas até então desconhecidas, passaram a fazer parte da vida do homem europeu².

No Renascimento, os europeus acrescentaram ao conhecimento do árabe e do hebraico o conhecimento de outras línguas não europeias. Vários fatores contribuíram para despertar o interesse dos estudiosos pela até então nunca sonhada riqueza de línguas do mundo: a colonização do Novo Continente, as viagens marítimas, o estabelecimento em novas terras de entrepostos comerciais e de colônias de expatriados, a obra dos missionários. Esse despertar da curiosidade lingüística se manteve sem interrupção, e ainda hoje se acha em pleno desenvolvimento, nele desempenhando importante papel o trabalho das missões. Apropriadamente, Firth chamou a esse aspecto lingüístico do expansionismo europeu ‘o descobrimento de Babel’. (Robins 1979:81)

² Esse momento corresponde ao que Auroux chama de “... gramatização [...]”. Podemos formulá-la assim: o Renascimento europeu é o ponto de inflexão de um processo que conduz a produzir dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo [...] na base da tradição greco-latina. Esse processo de “gramatização” mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento / dominação sobre as outras culturas do planeta. Trata-se propriamente de uma revolução tecnológica que não hesito em considerar tão importante para a história da humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial do século XIX”. (Auroux 1992:8-9)

Naturalmente que a esse alargamento do horizonte de percepção a respeito do homem correspondeu uma primeira atitude de condenação do diferente. Assim, habitantes de regiões que estavam sendo ‘descobertas’ eram reconhecidos como bárbaros, impuros e ignorantes.

Os índios que habitavam o território que viria a ser conhecido como Brasil passaram a ser designados, também, com os rótulos expostos anteriormente, de forma análoga a de outros índios das terras da América e também dos negros africanos, que passariam a ser utilizados como mão-de-obra escrava.

A visão etnocêntrica do europeu que chega ao Brasil em 1500 não permite uma aproximação de igual para igual com os habitantes naturais do território brasileiro. Estes passam a ser bárbaros que devem ser domados, para que assim a colonização do território possa ser efetivada sem maiores problemas.

Deixando um pouco de lado, dada a natureza deste trabalho, os aspectos políticos e socioeconômicos do processo de ‘descoberta’, exploração e início da colonização europeia nas terras sul-americanas, vamos enfocar um aspecto particular desse momento histórico: a percepção e o comportamento dos colonizadores frente à descoberta lingüística do diferente.

A DESCOBERTA DAS LÍNGUAS ‘EXÓTICAS’

Uma das conseqüências das Grandes Navegações, como se sabe, foi o contato do europeu com novas línguas, faladas pelos nativos das terras que então eles declaravam estarem sendo descobertas.

No contexto religioso da Idade Moderna ocidental, a percepção do europeu frente aos acontecimentos da vida terrena era fortemente influenciada pela Igreja católica. De acordo com a *Bíblia*, escritura sagrada para esta religião, após o advento da Torre de

Babel, no qual a fúria divina (ocasionada pelo desejo do homem de chegar perto de seu Criador) teria provocado uma separação e incompreensão entre os homens a partir de um critério lingüístico. De falantes de uma só língua original, adâmica, os homens passariam a falar 72 línguas diversas e incompreensíveis entre si (cf. Eco 1996:15-37). Muito se discutiu, a partir desse fenômeno, sobre qual língua teria primazia entre as outras. Nos séculos XV, XVI, por exemplo, não se pode negar o destaque e a importância que o latim, o grego e o hebraico tiveram entre as línguas conhecidas pelos homens, destaque este relacionado com o aspecto religioso que circundava os conhecedores dessas línguas. A religião católica tinha como meio de expressão e sinal de intelectualidade a língua latina, e não negava a importância de toda a tradição grega. O hebraico surgia nesse cenário como a possibilidade de ter sido, de fato, a língua original dos escritos bíblicos. Assim, qualquer outra manifestação lingüística que não pertencesse ao universo do latim, grego e hebraico, ou das 72 línguas pós-Babel, era encarada de uma forma não privilegiada e desigual.

É nesse contexto que devemos observar o contato com as línguas faladas nos territórios que seriam colonizados.

Um das primeiras reações do europeu é, repetindo reação semelhante à do mundo grego clássico, designar as línguas diferentes e seus falantes como “bárbaros”. Caracterização que vinha ao encontro do processo político e socioeconômico da colonização. Era preciso desqualificar aquele que estava sendo descoberto, só assim seria possível a legitimação, principalmente aos olhos da Igreja, de qualquer forma de dominação.

As “línguas dos bárbaros” são denominadas de *línguas exóticas*, significando não só, a partir do vocábulo grego, o que vem de fora, mas também o diferente daquilo que se tem como hábito e conhecido. Então, línguas ‘exóticas’ são as faladas pelos povos

nativos dos territórios que estavam sendo ‘descobertos’ e que iriam ser colonizados por grandes nações européias da época, como Portugal e Espanha.

Os primeiros contatos com as línguas chamadas de exóticas levaram os colonizadores a tomar diversas posições diante do que desconheciam. Os comentários sobre as línguas são variáveis. De uma primeira assombração com o que pronunciavam, sem possibilidade de compreensão, os índios das novas terras, os colonizadores passaram até a caracterizações elogiosas a respeito da forma com que os nativos pronunciavam sua língua, a qual poderia soar “doce” aos ouvidos de alguns europeus³.

Após os primeiros contatos com os nativos, as nações colonizadoras passaram a pensar em ‘políticas lingüísticas’, uma vez que o contato com os nativos começava a apresentar-se como problemático, diante do total desconhecimento, dos dois lados (colonizador e colonizados), dos sistemas lingüísticos que eram falados.

Qualquer forma de contato lingüístico, pela própria natureza do que se configurou como a colonização dos espanhóis e portugueses, ocorreria com a dominação e desqualificação da língua e dos costumes dos nativos das terras recém-‘descobertas’.

Foi nesse contexto que se estabeleceu uma das relações mais importantes na história colonial do mundo ocidental: entre a Igreja e as nações colonizadoras européias⁴.

A voz da Igreja vinha para legitimar qualquer ação dos colonizadores que pudesse, e de fato devia, ser encarada como dominadora, puramente exploratória. Na perspectiva lingüística, a verdadeira simbiose que ocorre entre Igreja e Estado na história colonial autorizou as práticas lingüísticas que caracterizariam o contato entre línguas ‘exóticas’ e línguas européias e também as clássicas, da Igreja e dos homens cultos da época renascentista.

³ Rosa (2000) trata das caracterizações dadas pelos europeus ao tupi antigo. Aryon Rodrigues em artigo de 1998 também aborda a questão.

⁴ O sistema do padroado, que ‘garantia’ terras aos países que colaborassem na difusão da fé católica pelo mundo, contribuiu para solidificar ainda mais essa relação.

Uma das justificativas utilizadas pela Igreja era a de que seria necessário difundir a religião do país colonizador entre os nativos, uma vez que era preciso também que as autoridades religiosa e política fossem reconhecidas como tal. Ou seja, era necessário difundir a fé cristã entre os nativos, em nome de sua própria sobrevivência não só terrena como também espiritual.

Assim, um grande número de missionários, de diversas ordens religiosas, é enviado, ao lado de colonizadores e exploradores, para as desconhecidas terras, que até então figuravam no imaginário europeu como um misto de Paraíso e Inferno terrestres. Paraíso porque, como bem explorou Sérgio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso* (Holanda 2000[1959]), as novas terras, com seus índios nus que seriam puros e sem maldade, e também com suas riquezas naturais, corresponderiam ao ideal do Paraíso terrestre, tão procurado pelos homens. Inferno porque deveria ser considerada a falta de conforto ou mesmo de condições básicas de sobrevivência, tendo em vista os padrões da Europa ocidental da época. Seriam esses missionários os responsáveis pelas políticas lingüísticas determinadas pelos poderes religioso e político das Metrôpoles européias (cf. trabalhos de Barros 1995, 1997, 2000).

Os missionários que deveriam difundir a fé cristã entre os nativos entraram em contato com um velho conhecido dos primeiros exploradores: a impossibilidade de compreensão lingüística. Assim, o que se verifica é um processo no qual os missionários recém-chegados nas novas e temerosas terras aprenderão as línguas nativas, a partir do contato, legitimado pelo ideal de catequização, com os habitantes das terras 'descobertas' (v. Altman 1997:155).

Será esse processo de aprendizagem das línguas 'exóticas', do seu ensino a outros missionários, aos nativos e aos colonizadores, que caracterizará um dos períodos mais

fecundos da história dos estudos sobre as línguas não indo-europeias, caracterizando um momento na historiografia da área denominado de *lingüística missionária*.

O que chamamos de *lingüística missionária* é o trabalho iniciado no século XVI, com a chegada dos primeiros franciscanos na Nova Espanha. Esse grupo foi seguido, em toda a América, por dominicanos, agostinianos e jesuítas. O trabalho dos missionários estava voltado para a catequização e acabou por ter uma grande importância nos estudos lingüísticos pela produção de gramáticas, dicionários e catecismos de línguas ‘exóticas’⁵.

A LINGÜÍSTICA MISSIONÁRIA

A política lingüística adotada visava ao domínio da língua dos índios e escravos pelos missionários que deveriam efetivar o processo de catequização. Assim, era necessário que o religioso conhecesse a língua para realizar missas que pudessem ser compreendidas pelos nativos e, sobretudo, para efetivar a confissão, um dos pilares nos quais se assenta a religião católica. Tendo em vista a atividade confessional, tornava-se, pelo menos para os jesuítas, problemática a utilização de intérpretes — também chamados de os *linguas* —, já que se deveria garantir o sigilo da confissão. É dessa maneira que será mais do que legitimada a necessidade de aprendizagem, por parte dos religiosos, das línguas dos índios e dos escravos⁶.

Tendo aprendido a língua, o missionário passaria, para maior proveito da realização da catequese, à confecção de catecismos escritos nas línguas ‘exóticas’. Vale lembrar que o ensino da escrita da língua para os nativos não era um dos objetivos primários da

⁵ A chamada lingüística missionária se estenderia ao longo dos séculos, com perfil e objetivos bem diversos dos primeiros lingüistas-missionários dos séculos que aqui estudamos, tendo grande destaque também com o trabalho dos missionários do SIL (*Summer Institute of Linguistics*), ainda atuante. O período ao qual nos fixamos neste trabalho corresponde, por assim dizer, aos primeiros momentos da lingüística missionária em terras brasileiras.

⁶ “Como profundos humanistas que eram, os jesuítas prezavam o estudo e o domínio das letras, da palavra, da pregação. Para executarem a tarefa missionária, era preciso saber convencer, era preciso dominar a retórica. Para eles, falar é *convencer*; convencer para *converter*.” (Brandão 2000:104)

lingüística missionária. Ensinar os índios a ler e escrever resultaria em maior autonomia e caracterização dos mesmos como iguais aos europeus colonizadores, ainda que tenha havido, posteriormente, ensino da escrita das línguas ‘exóticas’ aos falantes naturais. Assim, num primeiro momento, a escrita das línguas é algo acessível apenas aos missionários. Com o tempo, os religiosos passariam a ensinar as línguas não só aos filhos dos índios, como também aos filhos dos colonos, se de fato a língua nativa fosse de largo uso nos territórios habitados, como aconteceu, por exemplo, no Brasil, onde durante os séculos XVI e XVII a língua mais utilizada era aquela de um dos grupos indígenas predominantes no litoral, o chamado tupi antigo.

Mas, de fato, o que impulsionou a formação de uma lingüística missionária foi o ensino das línguas de terras recém-‘descobertas’ para outros missionários. Uma produção voltada para o ensino de língua estrangeira. Mais uma vez, no processo de colonização, tal como empreendido por nações como Portugal e Espanha (ainda que se deva ressaltar que o processo de colonização dos dois países foi diverso em muitos momentos), os nativos são excluídos.

Assim, veremos a produção de um grande número, considerando a lingüística missionária em ação nas terras conquistadas pelas nações europeias, de catecismos, de gramáticas, de vocabulários, de listas de palavras, de dicionários. Um material escrito para servir de subsídio para o ideal de conversão dos nativos para a fé cristã. Importante frisar que essa produção lingüística missionária não existe por ela mesma, por um puro interesse de estudiosos com as línguas descobertas. É uma produção, antes de qualquer coisa, *instrumental*⁷.

⁷ “Ainda que exista, portanto, muito trabalho empírico ainda por fazer, é possível afirmar que a diversidade e heterogeneidade lingüísticas na América do Sul, embora percebidas, não foram objeto de estudo por si mesmas nos séculos XVI e XVII e, muito menos, como o será dois séculos mais tarde nesta tradição, objeto autônomo de reflexão e de teorização.” (Altman 1997:158)

Essa função instrumental do material produzido pelos religiosos determinou uma das características mais importantes da lingüística missionária dos séculos XVI e XVII: o uso do conhecimento da gramática e do tratamento da língua latina para as abordagens das línguas ‘exóticas’. As gramáticas missionárias foram escritas a partir do que era conhecido como os métodos de descrição lingüística utilizados nas gramáticas do latim e na recente produção gramatical sobre os vernáculos europeus⁸; ou seja, mais uma vez, sairiam perdendo, sem dúvida, os próprios falantes das línguas, que teriam, de uma maneira ou outra, para o registro histórico, suas línguas descritas a partir de um filtro não só europeu, como também profundamente clássico e distante da realização natural de sua língua.

Neste trabalho, abordaremos a produção lingüística dos missionários jesuítas, no contexto brasileiro, no que se refere à escrita de artes de gramática. Não trataremos dos catecismos, dos dicionários e listas de palavras, não só por um recorte, até certo ponto, arbitrário, mas também porque outros trabalhos já foram desenvolvidos ou estão em desenvolvimento tendo como objeto catecismos e dicionários⁹.

A seguir, analisaremos as gramáticas escritas para as línguas faladas no território brasileiro dos séculos XVI e XVII. Antes, reiteramos o que estamos entendendo como *gramáticas missionárias*.

A missionary grammar is a description of a particular language created as part of missionary work by non-native missionaries. It is a pedagogical, synchronic grammar covering phonology, morphology and syntax based on data mainly from an oral corpus (in a few cases from religious — mainly translated — texts). (Hovdhaugen 1996:15)

⁸ Ainda que Koerner afirme que as gramáticas vernaculares não influenciaram na lingüística missionária, porque ou não receberam a devida atenção, de fato serão obras que apenas séculos após os XVI e XVII terão reconhecida sua contribuição, ou porque, ao também repetirem modelos latinos, reforçaram a idéia da adequação das categorias latinas a outras línguas, pelo menos como estratégia didática (Koerner 1992).

⁹ Maria Cândida Drumond de Barros, pesquisadora do Museu Goeldi em Belém (PA), trabalha com os catecismos tupis produzidos por jesuítas, e a produção de dicionário (1621), no período colonial, para a mesma língua está atualmente sendo estudada por Luciana Gimenes, pesquisadora do Cedoch-DL/USP, na Alemanha.

A COMPANHIA DE JESUS E OS MISSIONÁRIOS JESUÍTAS NO BRASIL

O fato de os jesuítas terem assumido um papel pioneiro no estudo das línguas ultramarinas decorre de sua posição privilegiada no movimento de exploração portuguesa. Mas tem a ver também [...] com a importância que a doutrina inaciana atribuía aos sacramentos da comunhão e da confissão. Na concepção pós-tridentina observada pela Companhia de Jesus, a confissão pressupunha o contato direto e reservado entre o confessor e o confitente. Exigindo, desde logo, um conhecimento relativamente aprofundado das línguas nativas. (Alencastro 2000:158)

A Companhia de Jesus e seu método de educação

Em 1539, com mais nove companheiros, Ignácio de Loyola fundou a *Companhia de Jesus* (nome derivado de uma ‘visão’ de Ignácio, na qual Deus o punha como Cristo, cf. Guillerrou 1973). A ordem pregava obediência aos princípios cristãos e radical oposição aos protestantes. A Companhia é aprovada em 1540 e desde sua fundação “ênfaticamente as questões educacionais [...] principalmente daqueles que viriam a integrá-la”¹⁰ (Rosa [s.d.]:26), caracterizando-se como uma das mais poderosas instituições que a Igreja católica já possuiu. A Companhia caracterizava-se como uma instituição de feição não só religiosa, mas também combativa e empreendedora, com o destaque para uma idéia de milícia, em que os membros (de caráter regular e secular, ou seja, voltados ‘para o mundo’, mas aptos, também, a exercer as funções religiosas — obedientes a um Geral e, em cada nação, a um Provincial, mas com a submissão à ordem do Papa) realizavam, ou deveriam realizar, o que estivesse a seu alcance para atingir a glória de Deus (Luzuriaga 1990:118-9).

O que nos interessa aqui é a posição da Companhia em relação aos assuntos educacionais. O ideal educacional dos jesuítas era conservador, no contexto europeu, voltado para a formação das elites burguesas, com notável eficiência na formação das classes dirigentes. Destaca-se nesse ideal de educação o programa de estudos divulgado

¹⁰ “A Ordem dos jesuítas não foi, entretanto, criada só com fins educacionais; ademais, parece que no começo não figuravam esses entre os propósitos, que eram antes a confissão, a pregação e a catequização. Seu recurso principal eram os chamados ‘exercícios espirituais’, que exerceram enorme influência anímica e religiosa entre os adultos. Todavia pouco a pouco a educação ocupou um dos lugares mais importantes, senão o mais importante, entre as atividades da Companhia.” (Luzuriaga 1990:118)

pelos jesuítas e que deveria ser rigorosamente seguido: o *Ratio Studiorum*, “plano de estudos, de métodos e a base filosófica dos jesuítas. Representa o primeiro sistema organizado de educação católica” (Gadotti 1995:72). O *Ratio* teria versões em 1586, 1591 e, definitivamente, em 1599; e indicava, entre outros aspectos, a organização educacional dos colégios de jesuítas, os quais eram divididos em duas partes, a de estudos inferiores (educação secundária) e a de estudos superiores, esta última dedicada ao ensino teológico e universitário. O ensino dos jesuítas consistia na aprendizagem do latim, do grego, da gramática e das matemáticas (no estudo inferior); além de teologia, filosofia e ciências (estas nos estudos superiores). Os métodos de ensino eram conservadores, davam ênfase ao ideal de elocução perfeita, à leitura de clássicos latinos, com uma disciplina baseada na emulação e na competição. O ensino era gratuito, em que apenas internos, minoria, pagavam pela escola.

A educação do jesuíta era naturalmente a formação do homem cristão dentro das doutrinas da Igreja católica. Para isso, utilizou idéias e métodos da educação humanista, como os idiomas clássicos; mas em geral careceu do espírito dos humanistas, do sentido humano, terreno, da independência de pensamento, da função crítica, investigadora, alheia a qualquer imposição. Em lugar disso, o dogma, a doutrina da Igreja. De novo, o que o jesuíta trouxe foi, na maior parte, para conservar o tradicional, o antigo. (Luzuriaga 1990:120, grifo meu)

Na educação jesuítica destacamos o aspecto conservador que, entre outras coisas, ressaltou uma formação baseada na língua latina, logo, o que era ensino de gramática passa a ser entendido como ensino de gramática latina, a qual deveria ser de conhecimento de todos os jesuítas. Tal fato, como adiantamos, foi de extrema importância para a escrita de gramáticas das línguas ‘exóticas’.

O destaque ao ensino do latim era tão forte que o *Ratio* indicava obras que deveriam ser usadas para a aprendizagem da língua latina.

No curso Humanista, não havia classes de gramática ou língua nacional. Nas escolas, a língua vulgar era usada apenas nos exercícios de tradução e em algumas atividades das aulas de Humanidades. Quanto à bibliografia gramatical, o *Ratio Studiorum* indicava a obra de Álvares.

“23. Gramática do P. Álvares – Cuide que os nossos professores adotem a gramática do P. Manuel [Álvares] ...” (*Ratio Studiorum, Regra do Provincial n.º 23, p. 128*)

Apesar de estar recomendada no *Ratio Studiorum*, apenas na Alemanha e em Portugal, todas as escolas da Companhia adotaram a gramática alvarista. Na França e Espanha, foram mantidas as tradicionais gramáticas de Despautério e Nebrija, respectivamente. (Hackerott 1994:80-1).

O ensino do latim era uma das peças-chave na educação dos jesuítas, assim como no ideal de educação renascentista, que tinha na língua latina um símbolo de intelectualidade. As línguas vernaculares europeias, que estavam passando por processo de ‘gramatização’ no Renascimento, ainda tiveram que disputar espaço com a língua clássica até ser reconhecidas como veículo de todas as formas de expressão.

Tão forte era o papel da língua latina e de seu modelo de gramática que a sistematização gramatical das línguas vernaculares europeias e das línguas ‘exóticas’ pautou-se, fortemente, nos modelos fornecidos pela *tradição gramatical latina*.

O que entendemos como *tradição gramatical latina*, repetindo o uso do conceito já clássico na historiografia lingüística, são gramáticas da Antiguidade de autores como Donato, Prisciano, Quintiliano e também gramáticas do latim escritas no Renascimento por autores como Despautério, Manuel Álvares e Antonio de Nebrija.

As línguas eram descritas a partir de semelhanças ou diferenças com o latim (ou mesmo com línguas vernaculares europeias), que passa a ser o meio facilitador da ‘gramatização’ renascentista, uma vez que ‘todos’ tinham acesso ao mesmo *modelo de gramatização*, o qual passa a ser reatualizado, possibilitando a transmissão do saber sobre línguas europeias e de línguas como as ameríndias, africanas e asiáticas.

Nesse processo, pode ser percebida a manutenção, ou a tentativa de, das categorias gramaticais latinas, das partes do discurso divididas de acordo com esta língua, assim como a reatualização constante da metalinguagem. Se esse procedimento de codificação

pode causar estranheza, se pensamos em diferenças tipológicas entre latim e línguas ‘exóticas’, foi ele responsável pela manutenção do modelo latino e de sua metalinguagem, propiciando a formação de uma tradição gramatical na história dos estudos sobre a linguagem, de aspecto cumulativo, permitindo que muitas línguas pudessem ser aprendidas pelo modelo de descrição gramatical do latim.

... o quadro latino [...] é um poderoso fator de unificação. O plano relativamente fixo das gramáticas define o quadro para se preencher por uma descrição de língua e também os termos teóricos necessários para uma primeira apreensão dos fenômenos. (Auroux 1992:78)

Vale lembrar que, em alguns casos de descrições de línguas, não se observou uma mera transposição do modelo latino. Em gramáticas de línguas ameríndias, por exemplo, a percepção de que o modelo latino, como instrumento de descrição e de transmissão pedagógica, não daria conta da ‘gramatização’ gerou alterações no uso do modelo, por causa de aspectos particulares das línguas em descrição.

Mesmo assim, as gramáticas missionárias utilizaram amplamente o modelo da gramática latina¹¹ como meio de descrição de línguas. A metodologia descritiva dos missionários jesuítas é baseada no quadro gramatical latino (sejam os clássicos — Donato, Quintiliano, Prisciano — ou, mais destacadamente, as obras renascentistas de Antonio de Nebrija, Despautério e Manuel Álvares). Além de Auroux (1992)¹², Swiggers é outro historiógrafo que reconhece como legítima a transferência do modelo gramatical, lembrando que será o uso da gramática latina, como instrumento de transmissão pedagógica (uma vez que se conhecia a gramática latina era natural que ela fosse utilizada para iniciar o contato com a gramática de uma língua até então

¹¹ Não é demais frisar neste momento que a descrição gramatical latina clássica é derivada da tradição grega.

¹² “Se a descrição de uma língua “exótica” tem por fim permitir a um europeu falar ou compreendê-la, é provavelmente mais econômico partir das categorizações de sua própria língua ou de uma língua bem conhecida, como o latim, e de dar seus equivalentes.” (Auroux 1992:79)

desconhecida), que assegurará a comunicação com o público missionário (Swiggers 1997:155).

Se esse método de descrição de línguas e confecção de gramáticas no Renascimento contribuiu, sem dúvida, para a caracterização da história das gramáticas ocidentais como uma história de saber cumulativo¹³, contribuiu também para o início de uma tradição que será conhecida como *gramática contrastiva* (Auroux 1992:79), na qual dados de línguas poderão ser comparados (não de forma programática), com a observação de igualdades e diferenças, permitindo, também, posteriormente, a consciência da diversidade entre as línguas do mundo e da percepção da existência de diferentes realidades lingüísticas, abrindo caminho para a idéia de relativismo lingüístico e cultural, como destaca Altman (1997, 1999 e 2000).

Os jesuítas nas terras brasileiras

Tendo em vista uma cruzada a um só tempo lingüística e catequizadora, seis jesuítas, chefiados pelo padre Manuel da Nóbrega, chegaram ao território brasileiro, em 1549, com a esquadra do segundo Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza¹⁴. Tinham, então, início as atividades jesuíticas no Brasil, que seriam de importância fundamental para nossa história colonial¹⁵. Os religiosos aproximaram-se dos índios (e posteriormente dos escravos negros), mantendo com eles intenso contato, aprenderam suas línguas, ‘contribuíram para a educação religiosa’ daqueles que então eram considerados “bárbaros”, e, principalmente, exerceram intensa atividade pedagógica no

¹³ “A história da gramatização convida a não abandonar totalmente uma concepção cumulativa e progressiva em matéria de história das ciências, em proveito de uma concepção puramente descontinuista. [...] ... a gramatização das línguas do mundo não teria nenhuma chance de ser finalizada um dia se fosse necessário fazer tábua rasa em cada mudança de moda ou de teoria.” (Auroux 1992:83)

¹⁴ Os jesuítas chegam em 1549, são expulsos pelo Marquês de Pombal em 1759 e retornam em 1847.

¹⁵ Na segunda metade do século XVI, 95 jesuítas portugueses chegam ao Brasil, sendo que este número é quatro vezes maior no século seguinte (Leite 1965:237-238).

território colonial¹⁶, atingindo um status de grande poder, o que, séculos depois de sua chegada, ocasionaria a expulsão da ordem dos territórios brasileiros. É importante lembrar que os jesuítas também exerceram papel fundamental, no século XVII, no contato com escravos negros vindos da África, ainda que muito dessa atividade missionária possa ser questionada, bastando para isso lembrar do apoio dado pelos jesuítas às formas de escravidão dos negros.

Como destaca Altman (1999:74), os primeiros missionários tornaram possível o estabelecimento do controle português sobre o território brasileiro e, ao mesmo tempo, estabeleceram um ‘sistema educacional’ no Brasil e realizaram as primeiras descrições de línguas faladas no Brasil colonial, sendo os únicos responsáveis por estas atividades durante quase três séculos.

O que eram ‘artes de gramática’?

Como já dissemos, os jesuítas José de Anchieta, Luís Figueira, Pedro Dias e Luís Vincencio Mamiani foram os autores das gramáticas escritas no Brasil colonial, durante os séculos XVI e XVII.

Essas gramáticas foram intituladas de *artes de gramática*, nomenclatura corrente na época, que caracterizava uma descrição breve de estruturas gramaticais de uma língua, com objetivo pedagógico, sem o intuito de analisar teoricamente as estruturas gramaticais das línguas em descrição. As artes tinham seu método descritivo pautado no modelo latino e deviam obedecer aos princípios de brevidade e economia nas descrições, tendo em vista a aprendizagem das línguas nativas pelos missionários no

¹⁶ “[A] atividade pedagógica dos jesuítas, na América Portuguesa, não se esgotou no projeto de conversão dos indígenas. Ela integrava a essência da estratégia que tinham desenvolvido para aprimorar e expandir a fé. Assim, logo passaram a atuar no ensino das primeiras letras, ministradas tanto aos nativos quanto aos filhos dos colonos. Por outro lado, à medida que se fixavam em diversas regiões da colônia, foram abrindo colégios, instituição inovadora na época, cujo número chegou a 19 em meados do século XVIII.” (Vainfas [dir.] 2000:327)

menor período de tempo possível, uma vez que era necessário acelerar a catequização e melhorar a comunicação entre colonizadores/religiosos e nativos/escravos.

Como ressalta Altman (1997:156), essas gramáticas tinham motivação pedagógica, e não o ideal de preservação de uma língua ou afirmação de uma nacionalidade. Não podem, de maneira alguma, ser dissociadas da idéia de transmissão pedagógica.

Tampouco podem ser as artes classificadas *exatamente* como normativas, ainda que se tivesse como objetivo a redução da língua a regras, mas estas poderiam, com a real utilização da língua entre falantes naturais, ser nuançadas.

As obras para o ensino de línguas aqui em foco descrevem uma língua estrangeira para seus autores, aprendida por eles, em parte, com não-nativos, isto é, com os melhores línguas conhecidos. E têm como público-alvo estrangeiros como eles próprios, que deveriam atuar nas comunidades criadas pela Ordem, compostas de várias nações indígenas. Isto significa que o primeiro contato do aprendiz com a língua estrangeira deveria, em princípio, dar-se através da própria obra gramatical, ainda fora do ambiente em que era falada, e não se constituiria, conseqüentemente, naquilo que se considera o *aprendizado natural de L2*. [...] a tarefa de *reduzir a arte* uma língua pode ser interpretada como a apresentação ao aprendiz de um *sistema de transição*: embora não espelhe na totalidade o conhecimento de um falante-nativo, ainda assim representa conhecimento dessa língua ... (Rosa [s.d]:24-5)

Era esperado que os jesuítas que utilizassem as gramáticas tivessem conhecimento da estrutura gramatical do latim e de suas formas de descrição, como enfatizava Anchieta em uma carta de 1555, ao dizer que a arte não teria proveito para os que não soubessem gramática, que se entendia como gramática latina:

Quanto à língua, eu estou nela algum tanto adiante, ainda que é muito pouco para o que se soubera, se me não ocuparam em ensinar gramática. Todavia tenho toda a maneira dela por arte, e para mim tenho entendido quase todo o modo dela. Não a ponho em arte, porque não há quem a aproveite. Somente aproveito-me eu dela, e aproveitar-se-ão os que de lá vierem, que souberem gramática. (Anchieta 1984:86, grifo meu)

As artes de gramática seguiam semelhante estrutura:

- a) tratamento da parte sonora da língua (uma fonética/fonologia, se quisermos uma aproximação com o vocabulário técnico contemporâneo), ortografia e acento;

- b) descrição das partes do discurso (“partes da oração”) e da morfologia das línguas (acidentes da palavra, compostos e derivados);
- c) um reduzido tratamento da parte sintática.

As artes jesuíticas ‘brasileiras’¹⁷ tiveram (à exceção, talvez, de Anchieta, nas primeiras redações de sua arte) como um dos modelos a obra de Manuel Álvares, *Institutione Grammatica*, publicada pela primeira vez em 1572. Esta gramática do latim alcançou grande sucesso na época, sendo comentada por vários autores e indicada como o manual ideal de aprendizagem do latim pelo *Ratio Studiorum*.

Manuel Álvares, gramático português, jesuíta. Ensinou língua e literatura latinas em Lisboa e Coimbra. Sua gramática latina, de título original *Emmanuelis Alvari, e Societate Jesu, De Institutione Grammatica Libri Tres, integri, ut ab auctore sunt editi, nunc emendatius excusi*, foi publicada em 1572, em Lisboa por João da Barreira, e ficou mais conhecida como *Institutione Grammatica*. A obra está dividida em três livros: etimologia, sintaxe e prosódia, e seu objetivo era fornecer uma base para os estudos de latim nos colégios jesuítas. A presença da gramática de Álvares foi muito intensa no ambiente jesuítico (substituindo a obra de Johannes Despauterius — *Comentarii gramatici* (1506-1519) —, utilizada anteriormente), sendo a obra expressamente indicada para a aprendizagem do latim, e serviu de modelo para artes de gramática de línguas ‘exóticas’. Tão grande foi a associação entre jesuítas e a obra de Álvares, que, no momento em que os membros da Companhia de Jesus foram expulsos pelo Marquês de Pombal, a gramática alvarina passou a figurar como um dos livros proibidos para uso dos inacianos.

Assim, o que se entende por essa ‘gramatização’ realizada pelos missionários, nos séculos XVI e XVII, é um processo no qual as línguas ameríndias, africanas e asiáticas foram descritas a partir de uma base derivada do modelo latino de se fazer gramáticas (sendo este derivado do modelo grego clássico). As línguas passavam por uma descrição de seus componentes, destacadamente as partes do discurso (a ‘palavra’ era unidade fundamental), e também tinham indicadas, de maneira reduzida, as formas que resultariam numa melhor e mais adequada expressão no uso da língua. Eram gramáticas de descrição da língua e também de ensino de línguas estrangeiras. Se apresentavam indicações sobre o melhor uso da língua, não podem, no entanto, ser classificadas como

¹⁷ As gramáticas escritas pelos jesuítas para serem utilizadas no território brasileiro não foram impressas no Brasil, que conheceria uma imprensa apenas no século XIX, com a chegada da família real portuguesa.

normativas, uma vez que o aspecto de descrever a língua ainda é o mais forte, e a indicação de que a norma seria dada pelo uso efetivo da língua permite a não-inclusão das artes num quadro exclusivamente normativo. O que se entende por redução a regras é o enquadramento das línguas 'exóticas' no modelo de descrição derivado daquele usado em gramáticas do latim. Essa 'gramatização' partia da língua falada, e de outra maneira não poderia ser já que os jesuítas estavam lidando com línguas sem tradição de escrita.

IV

“AS LÍNGUAS DA TERRA E SEUS CÍCEROS”

LÍNGUAS, GRAMÁTICAS E SEUS AUTORES

INTRODUÇÃO

Quando os primeiros portugueses, e mesmo outros europeus que chegaram às terras brasileiras, entraram em contato com os nativos, puderam perceber a grande diversidade lingüística da nova terra. Essa diversidade se caracterizaria ao longo do período colonial brasileiro não só pelas línguas indígenas, mas também pelas línguas dos europeus colonizadores e invasores e pelas línguas africanas dos negros, os quais seriam de grande número principalmente a partir do século XVII.

Rodrigues (1993, 2000) aponta a possível existência de mais de mil línguas indígenas que seriam faladas no território brasileiro antes de ter início a colonização portuguesa que, entre outras características, teve o efeito de apagar da nossa memória o conhecimento da diversidade lingüística brasileira. Os europeus ouviram línguas que chamaram de “bárbaras”, “travadas”, dada a incompreensão lingüística que caracterizou os primeiros contatos entre colonizador e colonizados. Fato semelhante ocorreu, no século XVII, com o crescente número de escravos negros africanos, e suas línguas e dialetos, que vieram a constituir a mão-de-obra da colonização portuguesa.

No entanto, línguas utilizadas por um grande número de indígenas ou aquelas que eram compreendidas por um maior número de falantes (que posteriormente seriam reconhecidas como *línguas gerais*) facilitaram, por assim dizer, o trabalho dos jesuítas. Os missionários aprenderam as línguas mais utilizadas, talvez tivessem aprendido até muitas línguas, mas registraram gramaticalmente apenas, até onde se sabe, aquelas de maior utilização no território colonial.

É assim que veremos a publicação das gramáticas da “língua mais falada ao longo da costa” (numa extensão que cobria desde o litoral paulista até as regiões do litoral nordestino): o tupinambá, ou tupi antigo ou, ainda, tupi quinhentista (e mesmo *língua brasilica*, na metalinguagem dos jesuítas da época), nos séculos XVI, pelo padre José de Anchieta (1595), e XVII, pelo padre Luís Figueira (provavelmente em 1621). Em 1699, o padre Luís Vincencio Mamiani publica uma arte de gramática da língua kiriri, nação indígena situada na região nordeste brasileira. A ‘gramatização’ do kiriri pode ter ocorrido tanto porque o idioma era muito utilizado em algumas regiões (mesmo não tendo passado para a história com o prestígio de uma língua geral como o tupi antigo), como pode também indicar que seria do interesse dos jesuítas gramatizar não só as línguas que tinham uso muito amplo, tanto em relação a número de falantes quanto à extensão das regiões. Mamiani, na introdução da arte destaca a necessidade de se colocar em regras o kiriri.

Conhecendo pois a necessidade que tem a Nação dos Kiriris nesta Província do Brasil de sogeitos que tenham noticia da sua lingua para tratar de suas almas, não julguey tempo perdido, nem occupação escusada, antes muito necessaria, formar hũa Arte com suas regras, & preceitos para se aprender mais facilmente (Mamiani 1877[1699]:IV)

Em 1697, outra língua do Brasil colonial teve seu registro, escrito por Pedro Dias, em forma de arte de gramática: o kimbundu, língua falada pelos escravos negros, de origem angolana, trazidos para o trabalho nas terras brasileiras. De certa maneira, o kimbundu pode ter sido considerado uma língua supra-regional de contato, em meio aos diversos idiomas e dialetos africanos usados pelos escravos, além do fato de ter um grande número de falantes.

Devemos lembrar que se esse processo de ‘gramatização’ contribuiu para a comunicação entre colonizadores e jesuítas com alguns grupos de indígenas e escravos, marcou, inevitavelmente, uma política de neutralização da diversidade lingüística brasileira. Um número expressivo de línguas que eram faladas no território brasileiro

morreram com os seus falantes. Não se pode precisar a perda para a memória lingüística brasileira de tal fato, empreendido em conjunto pela Igreja católica, via jesuítas, e Portugal.

ANCHIETA E A PRIMEIRA GRAMÁTICA BRASILEIRA

O padre José de Anchieta é o autor da primeira gramática de língua indígena brasileira. Espanhol de nascimento (La Laguna, Tenerife), entrou na Companhia de Jesus aos 17 anos (1551), em Coimbra.

Biógrafos de Anchieta salientam o fato de que o missionário tinha considerável conhecimento de latim e fama de grande humanista, características comprovadas pela sua produção poética em latim. Navarro (1995) discute a respeito de qual teria sido a formação latina do missionário, colocando a hipótese de que Anchieta poderia ter iniciado seus estudos de latim, ainda na Espanha, pela gramática de Antonio de Nebrija¹⁸, a *Introductiones Latinae* (1ª. edição em Salamanca, 1481). Já em Portugal, Anchieta teria entrado em contato com as gramáticas, do grego e do hebreu, de Nicolau Clenardo¹⁹, e as obras latinas de Despautério²⁰ e de Manuel Álvares.

Verificar até que ponto essas gramáticas, nas quais o missionário realizou parte de sua formação humanística, influenciaram a descrição gramatical do tupi antigo é assunto pertinente à historiografia lingüística, porém não objetivo deste trabalho. Navarro (1995:391-400) afirma, principalmente pelo exame da estrutura da obra, que a gramática de Anchieta não seria latinizante e que pouca é a influência dos gramáticos

¹⁸ Grande humanista, referência cultural e gramatical em sua época, é o autor da primeira gramática do castelhano. Sua gramática latina foi largamente utilizada no panorama missionário jesuítico da Coroa espanhola, representando, de certa maneira, o papel que coube a Manuel Álvares no contexto português.

¹⁹ Autor de gramáticas do grego e do hebreu: *Gramática hebraica*, de 1529. *Institutiones in linguam graecam*, de 1530.

²⁰ Johannes Despauterius, pedagogo e gramático flamengo, escreveu os *Comentarii grammatici* entre 1506 e 1519 e foi muito utilizado pelos jesuítas antes da adoção da obra de Manuel Álvares. Sua obra *Rudimenta* de 1514 foi muito utilizada como parâmetro de descrição gramatical, com a utilização de um esquema de perguntas e respostas para a transmissão de fenômenos da língua.

citados acima, e dos gramáticos do português da época (Oliveira e Barros), na descrição gramatical feita pelo missionário. Já González-Luis (1992), em corrente oposta às afirmações de Navarro, escreve um artigo no qual aponta aspectos indicadores de quão latinizante é a obra de Anchieta, tendo como argumentos, por exemplo, a ampla utilização de exemplos em latim e também o fato de que o gramático não definiria as classes gramaticais, evidenciando, assim, a forte presença subjacente da gramática latina.

Ainda sobre a formação educacional de Anchieta, já em Portugal, no Colégio das Artes em Coimbra, diz Navarro (1995:184):

... José de Anchieta esteve como aluno no Colégio das Artes, que foi a mais lídima expressão daquele humanismo [não-jesuítico]. Desse modo, Anchieta recebeu boa parte de sua formação humanística fora do âmbito da Companhia de Jesus ...

Em 1553, Anchieta embarcou para o Brasil, na missão que acompanhava o governador-geral Duarte da Costa. Foi professor de latim na escola de Piratininga, sendo considerado, ao lado do padre Manuel da Nóbrega, um dos fundadores da cidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1554. Chegou a ser superior das Capitanias de São Vicente e do Espírito Santo. Foi um dos primeiros jesuítas a aprender o tupi antigo, escrevendo nessa língua poemas e peças de teatro. No século XVII, cogitou-se sua beatificação, sem sucesso, no entanto²¹. É chamado de *Apóstolo do Brasil*, onde morreu na Aldeia do Reritiba, na cidade que hoje tem seu nome (Leite 1938-50, vol. VIII:16).

Publicada em 1595²², a gramática de Anchieta teve várias versões antes da definitiva, contando, inclusive, com possíveis colaborações de outros jesuítas. Deve-se

²¹ Anchieta foi beatificado em 1980, pelo Papa João Paulo II. A 6ª. edição da gramática, 1980, foi publicada em homenagem ao Papa, então em visita à Bahia.

²² 1ª. ed. 1595. Coimbra: Antonio Mariz; 2ª. ed. 1874, Leipzig: Julio Platzmann; 3ª.ed. 1876, idem; 4ª. ed. 1933, R. de Janeiro: Bibl. Nac. do R. de Janeiro; 5ª. ed. 1946, São Paulo: Ed. Anchieta; 6ª. ed. 1980, Salvador: UFBA; 7ª. ed. 1990, São Paulo: Edições Loyola. Esta é um fac-símile da 1ª. edição, e é o volume que utilizamos para nossas referências, que não acompanham a numeração original de Anchieta, mas sim a numeração feita para a sétima edição.

notar que há notícias da circulação da gramática em forma manuscrita desde 1560 (cf. Drumond 1990:9).

A *Arte de grammatica da Lingoa mais ufada na cofta do Brafil* (1ª. edição de 1595, com 58 folhas numeradas, com algumas incorreções) tem o seguinte plano estrutural: uma parte inicial dedicada à descrição das unidades sonoras da língua, seguida de uma extensa parte que trata de morfologia e de sintaxe, nos termos contemporâneos.

A estrutura da *Arte de Anchieta* é *sui generis*. Uma leitura atenta da mesma revela que ela se divide em duas partes; uma em que o autor trata de estruturas que têm correspondência formal com o latim e o português [tratamento das partes do discurso] e uma segunda parte final (caps. XI-XVI), em que trata de tudo o que é específico ao tupi ... (Navarro 1995:241)

Anchieta descreve o tupi antigo tal como falado no século XVI em terras brasileiras. Rodrigues (1997, 1998) indica que o missionário registrou a variedade falada na parte sudeste do Brasil, a região de Piratininga, sendo que a ‘língua’ falada mais ao norte teria diferenças de uso (inclusive apontadas pelo próprio Anchieta²³). Navarro (1995:234) tem opinião semelhante: “... como confirmam seus biógrafos, ele gramatizou o tupi falado em Piratininga, no planalto”.

Navarro (1995:231-2) aponta uma possível primeira redação da *Arte* de Anchieta em latim (escrita em seis meses, segundo o biógrafo Pero Rodrigues, *apud* Navarro *id.ib.*), sendo que a versão publicada, em 1595, teria tido uma outra versão em português, traduzida. A presença de termos e frases em latim na gramática anchietana, na qual se observa, inclusive, frases iniciadas em português e concluídas na língua latina²⁴, seria um indício da existência das duas versões? Navarro (*id.ib.*) parece defender esse ponto de vista, o qual pode ser relacionado, também, com a indicação da gramática de Anchieta para os missionários que já soubessem latim.

²³ “Os Tupis de Sam Vicente, que são alem dos Tamoyos do Rio de Ianeiro, nunca pronúnciao a vltima consoante no verbo affirmatiuo ...” (Anchieta 1990[1595]:24)

²⁴ Rodrigues (1997:241) chamará esse aspecto da gramática de Anchieta de “idiosincrasia estilística”.

Rodrigues (1997:378) afirma que a gramática é descritiva, sem a preocupação de impor normas, “... *Anchieta no tenía una preocupación prescriptivista o normativista (que muchos le quieren atribuir como resultado de ser misionero), no buscaba imponer un modelo para escribir el tupinambá*”. Já Navarro (1995:240) diz que “desde as primeiras páginas de sua gramática, evidencia Anchieta o caráter normativo da mesma”.

Acreditamos que extremos não devem ser o ideal para essa caracterização. Anchieta realiza uma descrição da língua, baseada no uso efetivo do idioma, indicando, também, usos mais adequados, para que a comunicação e o conseqüente processo de catequização fossem realizados a contento. Ou seja, a arte de Anchieta tem aspectos que indicam a busca por uma norma no uso do tupi, mas não pode ser exclusivamente caracterizada como normativa, uma vez que também aponta ser um de seus caminhos a descrição da língua e sua observação no uso, relativizando normas indicadas.

O REGISTRO DO TUPI ANTIGO POR LUÍS FIGUEIRA

O português Luís Figueira, autor da *Arte da Lingva Brasilica* (segunda gramática do tupi antigo), destacou-se pela intensa atividade na Companhia de Jesus, pela qual chegou ao Brasil em 1602. Iniciando seus estudos na Companhia ainda em Portugal, os concluiu no Brasil, professando os votos solenes em 1611 (Navarro 1995:338).

Segundo Leite (1938-50, vol. VIII:235), “desenvolveu extraordinária actividade no norte do Brasil, na famosa viagem à Serra de Ibiapaba, e na fundação da Missão do Maranhão, que governou alguns anos. Fundou o Colégio N^a. S^a. da Luz do Maranhão”. Essa viagem conferiu ao jesuíta uma vida célebre, sendo destacado seu papel na catequese dos índios brasileiros e no estabelecimento da colonização. Teria sido no Ceará, onde permaneceu um ano, que Figueira completaria sua aprendizagem da língua tupi (Leite 1940:76; Navarro 1995:341).

Educado pela Companhia de Jesus, de acordo com os preceitos do *Ratio Studiorum*, Figueira diferencia-se de Anchieta, o qual não teria tido sua formação integral pela Companhia. Esse aspecto parece ser relevante quando notamos que os princípios do método de ensino propostos pela Companhia são mais evidentes em Figueira. De fato, sua gramática segue o que o método do *Ratio Studiorum* propunha para ensino e aprendizagem, princípios como facilidade, ordenação e brevidade foram utilizados por Figueira.

... a gramática de Figueira prima pela “ordem & disposição das cousas que propõem, na clareza das regras e preceitos ...” Ora, temos aqui evocados princípios consagrados pelo *Ratio Studiorum*, a síntese da experiência pedagógica do Renascimento e um dos maiores monumentos didáticos da História. A gramática de Luís Figueira vinha, assim, atender a anseios de renovação pedagógica, de que a *Ratio Studiorum* dos jesuítas era a mais lídima expressão. (Navarro 1995:357)

Numa breve comparação (extensivamente já realizada por Navarro 1995 e Rodrigues 1998), pode-se verificar que a descrição gramatical de Figueira é mais didática, no sentido da ordenação, clareza nas explicações, economia quanto a abordagens de exceções e aspectos que o uso poderia indicar. Ao contrário, Anchieta não segue em sua gramática uma ordenação de acordo com os modelos de descrição e ordenação da gramática latina, pelo menos não de acordo com a gramática de Manuel Álvares (1572), influência direta e perceptível no trabalho de Figueira (Navarro 1995 explicita os trechos em que a influência alvarina teria sido mais direta, como, por exemplo, na ‘tradução’ de definições de classes gramaticais a partir da obra de Álvares). Ressalta-se ainda o fato de que Anchieta não teria tido sua formação jesuítica de acordo com o *Ratio Studiorum*, que é de data posterior ao seu período de formação. O autor da primeira gramática do tupi antigo diferencia-se, por exemplo, no tratamento das partes do discurso, na ausência de explicações sobre as mesmas, na criação de novos termos para a metalinguagem do estudo gramatical, ao lado do constante uso de termos latinos,

na ausência de uma parte autônoma dedicada apenas à sintaxe. Tal fato torna-se ainda mais relevante quando se constata que a gramática de Figueira fez mais ‘sucesso’ que a obra pioneira de Anchieta.

A gramática tupinambá de Luís Figueira, impressa pela primeira vez em 1621, teve por objetivo fornecer aos missionários uma obra mais clara que a de Anchieta. [...]

Por aí se vê que vinte e cinco anos após a publicação da gramática de Anchieta era esta considerada pelos próprios jesuítas como inadequada para o aprendizado da língua. Não é que a língua tivesse mudado, pois tudo o que descreve Figueira é essencialmente o mesmo que havia descrito Anchieta. A diferença entre as duas gramáticas está na maior clareza do texto de Figueira, clareza obtida não só por um estilo expositivo menos sintético que o de Anchieta e mais livre de expressões latinas, com as quais este parecia comprazer-se (e boa parte dos irmãos da Companhia de Jesus no Brasil não aprendia latim), mas também pela abstenção de explicar certos detalhes, “por evitar confusão” (Figueira 1687:3,92). O que é mais impressionante, entretanto, é a atitude do próprio Figueira com respeito à gramática de seu predecessor: ele simplesmente ostenta ignorá-la ...” (Rodrigues 1998:71-2)

Figueira, como finalizou Rodrigues acima e destaca Navarro (1995:338-389), afirma no prólogo de sua gramática desconhecer arte anterior. Navarro (*id.ib.*) faz um interessante estudo em que destaca essa afirmação de Figueira, mas, ao mesmo tempo, indica passagens em que a influência e manutenção de aspectos do registro gramatical de Anchieta são presentes em Figueira, como a utilização de exemplos iguais em determinadas abordagens.

Cabe ainda destacar uma diferença entre os dois registros gramaticais. Os estudiosos do tupi antigo apontam, como faz Rodrigues (1993, 1996, 1998), que os dois missionários teriam descrito diferentes dialetos do tupi antigo. O de Anchieta seria o tupi falado mais ao sul, o tupi paulista, que se tornaria, no século XVII, a língua geral paulista. Já Figueira teria descrito o tupi do norte, o qual daria origem à língua geral do norte.

Outra evidência do ‘sucesso’ da gramática de Figueira é o número de edições que a obra obteve. Além da primeira edição, *Arte da Língua Brasilica*, de 1621, data presumida pela indicação nas aprovações, uma vez que a gramática não traz o ano de

publicação, uma segunda foi publicada em 1687, com alterações, principalmente quanto ao aspecto tipográfico²⁵ (como a introdução da representação gráfica da consoante oclusiva glotal), e título diferente *Arte de grammatica da lingua brasilica*. Uma edição de 1795, intitulada *Arte da grammatica da Lingua do Brasil*, é publicada em Lisboa. Na capa dessa edição consta a informação de ser ela uma quarta impressão. Navarro (1995:341-7) aponta uma edição perdida, de 1754, que teria sido, então, a terceira edição, ele ainda informa sobre as seguintes publicações: uma edição de 1851, *Grammatica da lingua geral dos indios do Brasil*; outra de 1878, fac-símile da edição de 1687, mas com título diferente, *Grammatica da Lingua do Brasil*; em 1880 publica-se mais um fac-símile da segunda edição; em 1899 a gramática é publicada em alemão. Cabe ressaltar que Figueira teve contato apenas com a primeira edição, as alterações realizadas na segunda publicação não são de sua autoria, sendo que a edição é obra do padre Bettendorf.

A edição que utilizamos para o presente trabalho é a primeira, de 1621(?), a única vista por Figueira e que, segundo Rodrigues (1998:69), teve sua edição “destruída acidentalmente”, por causa de um incêndio (cf. também Rodrigues 1997:379, que aponta as diferenças entre as edições da gramática; a 2^a. ed. apresenta alterações de ortografia, não feitas por Figueira, inclusive com a adoção da notação da oclusiva glotal, então ausente na única edição revista por Figueira).

A divisão da obra de Figueira segue o modelo estabelecido pela tradição gramatical latina: uma primeira parte, comumente não muito extensa, para o tratamento da parte sonora, a morfologia (parte principal) com o tratamento das partes do discurso (Figueira repete a tradicional divisão), uma reduzida parte de sintaxe.

²⁵ Navarro 1995 aponta as diferenças entre as edições, e Maria Fernanda de Souza em “1621(?), 1687, 1795: Três momentos da ‘Arte da Lingua Brasílica’ de Luís Figueira”, trabalho exposto em Painel durante o XV Encontro da Anpoll, em Niterói – 2000, aponta as diferenças encontradas entre as edições da gramática de Figueira. Aproveitamos para agradecer à Maria Fernanda o empréstimo das edições de Figueira para cópia.

A LÍNGUA DA NAÇÃO KIRIRI E O REGISTRO DO PADRE MAMIANI

O jesuíta italiano Luís Vincencio Mamiani della Rovere é o autor da única gramática escrita sobre a língua kiriri. Membro da Companhia de Jesus, na qual ingressou aos 16 anos em 1668, dedicou-se à evangelização dos índios Kiriri do Brasil, tendo saído de Lisboa em 1684 com destino às terras brasileiras. Mamiani aprendeu a língua na Aldeia do Geru (região nordeste brasileira), fundando uma igreja nessa localidade. O jesuíta não ficou no Brasil até sua morte, não se adaptou por inteiro à vida brasileira. Retornou a Lisboa em 1701, indo depois para Roma, onde morreu em 1730.

A origem da gramática kiriri é uma primeira descrição da língua feita pelo padre João de Barros, apóstolo dos “Quiriris”²⁶ (Leite 1938-50, vol. VIII:88), utilizada por Mamiani para compor sua gramática, que seria publicada em 1699, na oficina de Miguel Deslandes, impressor do reino português, com o título *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Kiriri*.

Também foi publicado por Mamiani um *Catecismo da doutrina Christã Na Lingua Brasilica da Nação Kiriri* em 1698²⁷, constituído de cantigas, orações traduzidas e uma advertência sobre a pronúncia no kiriri.

A gramática de Mamiani é a descrição do dialeto kipeá ou kiriri, como nos informa Rodrigues (1994:49), ressaltando a extinção da família lingüística Karirí (tronco Macro-Jê), da qual o kiriri fazia parte. A descrição gramatical do jesuíta tenta dar conta da língua tal como falada no século XVII nas regiões correspondentes aos atuais estados da Bahia, Piauí e Sergipe, principalmente.

²⁶ O padre João de Barros escreveu um vocabulário e um catecismo kiriris. Mamiani não os cita em nenhum momento.

²⁷ 1ª. edição de 1698, com seis autorizações, publicada na Oficina de Miguel Deslandes. Há uma 2ª. edição de 1942, publicada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com uma “explicação” de Rodolfo Garcia, então diretor da Biblioteca. Uma versão italiana foi escrita em 1941 por Raffaele Pettazzoni.

A Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Kiriri está dividida em duas partes, uma correspondendo ao tratamento da parte sonora da língua e da morfologia, e outra que trata da “syntaxe” da língua.

A gramática de Mamiani segue ‘a tradição’ das gramáticas de línguas ‘exóticas’ do período. A parte privilegiada da descrição é a que trata da ‘palavra’, ou das partes do discurso, ressaltando a característica das gramáticas da época de tratar extensivamente do que chamamos de morfologia, em detrimento do estudo da parte sonora da língua (fonética/fonologia) e dos estudos sintáticos.

A LÍNGUA DOS PRETOS E A ARTE DA LINGOA DE ANGOLA

O português Pedro Dias veio para o Brasil ainda durante sua infância. Não se pode precisar quando ele teria aprendido o kimbundu, mas é certo que já dominara o idioma em 1663.

A Arte da Lingua de Angola, oferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãe, e Senhora dos mesmos Pretos, pelo P. Dias da Companhia de Jesu (Lisboa, na Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade. Com todas as licenças necessarias. Anno 1697, 48pp) foi escrita na Bahia, destinada ao ensino da língua para os jesuítas que trabalhavam na catequização dos negros africanos, originários de Angola e regiões próximas, e também aos missionários que estavam incumbidos de receber, no litoral, os navios negreiros (Bonvini 1996; Rosa 1997). Concluída em 1664, a gramática seria supervisionada pelo jesuíta, originário de Angola e falante da língua, Miguel Cardoso. Além de instrumento no processo de transmissão religiosa, deve-se apontar a importância da descrição de Dias, pelo fato de ser ela a primeira gramática sistematizada da língua kimbundu, característica comum também às gramáticas de Anchieta e Mamiani.

A gramática de Pedro Dias, em sua primeira edição de 1697, é um pequeno livro de 48 páginas com função eminentemente prática, como as outras artes jesuíticas. Com isso queremos dizer que a gramática descreve os aspectos mais relevantes do kimbundu, tal como falado pelos escravos negros que estavam no Brasil colonial do século XVII. A gramática descreve brevemente unidades sonoras da língua, as partes do discurso e suas combinações em orações, fornecendo também indicações para o uso mais adequado das estruturas gramaticais. E, como as outras gramáticas escritas pelos jesuítas, não pretende teorizar aspectos do kimbundu, uma das línguas de “preto”²⁸ do Brasil colonial.

Os missionários, em um processo semelhante ao que ocorria com as línguas indígenas dos países colonizados, tiveram de aprender línguas africanas para facilitar a transmissão da religião católica e o próprio contato com os negros. Dessa maneira, a gramática de Dias caracteriza-se como um pequeno conjunto de **“advertencias de como se ha de ler, & escrever esta Lingua”**, como afirma o jesuíta nas primeiras linhas de sua obra.

²⁸ Assim são chamados os escravos negros na dedicatória da gramática feita a Nossa Senhora do Rosário, *“Mãe, e Senhora dos mesmos Pretos ...”* (Dias 1697).

Quadro-resumo: A divisão das artes de gramática.

| GRAMÁTICAS | SOM | PALAVRA | ORAÇÃO |
|---|--|--|---|
| <i>Arte de Grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil</i> (1595) Anchieta | Das letras – Cap. I Da Orthographia ou pronunciação – Cap. II De Accentu – Cap. III | Dos Nomes – Cap. III Dos Pronomes – Cap. V Dos Verbos – Cap. VI Anotações, na Conjugação – Cap. VII Da Construição dos verbos actiuos – Cap. VIII Dalgũas maneiras de verbos em que esta amphibologia fe tira - Cap. IX Das preposições – Cap. X De sum, es, fui – Cap. II[XI] Dos verbos neutros feitos actiuos – Cap. XII Dos Actiuos feitos neutros – Cap. XIII Da Composição dos verbos – Cap. XIII Da repetição dos verbos – Cap. XV De algũs verbos irregulares de Aê – Cap. XVI | Não apresenta parte autônoma. O estudo da ‘sintaxe’ está presente no tratamento sobre a ‘palavra’. |
| <i>Arte da Lingva Brasilica</i> (1621) Figueira | Das letras que fe vĩaõ nesta lingua. * Uma parte chamada de <i>Da Syllaba</i> encerra a gramática, tratando dos ‘accentos’. | Declinação dos Nomes por numeros & casos. Das conjugações dos verbos. Do verbo Sum, es, fui. Das oito partes da oraçãõ. Nome, Pronome, Verbo, Participio, Preposiçãõ, Aduerbio, Interjeiçãõ, Conjunçãõ. | Da Sintaxa, ov Construiçãõ das partes da oraçãõ. De algũas partes da oraçãõ, que mandaõ os verbos ao gerundio. Da collocaçãõ das partes da oraçãõ entre si. |
| <i>Arte da Lingva de Angola</i> (1697) Dias | Sem denominação específica. | Dos Nominativos. Dos Pronomes. Conjugação dos verbos. Do verbo fultantivo. Dos verbos imperfeitos. Rudimenta. Dos Generos. Dos Preteritos. Dos verbos compostos. Da composiçãõ dos noems verbaes. Dos aumentativos. | Syntaxe. Regras do Nominativo. Verbum perfonale, &c. Prima, & secunda perfoa, &c. Aut cum plus significamus, &c. Verbum infinitum, &c. Voces copulativa, & c. Nomina adjectiva, &c. Relativum qui, quæ quod, &c. Substantiva continuata, &c. Interrogatio, & responso, &c. Genitivum post nomen, &c. Partitivos. Superlativa. Verbo neutra, &c. De constructione verbi activi. Dativos, & accusativos depois dos verbos. Verba auferendi. Verbu passivum. Propria pagorum. De Gerundios em di, do, dum. Adverbios. Interjeiçãõ. Conjunções. |
| <i>Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Kiriri</i> (1699) Mamiani | I. Das letras que se usãõ na lingua, & da Pronunciação. | II. Dos generos, numeros, & casos dos Nomes. III. Dos Pronomes. IV. Das Declinaçoens dos Nomes, Verbos, & Preposiçoens pelos Pronomes. V. Da divisão, & conjugação dos Verbos. VI. Da Conjugação geral de todos os Verbos. VII. Dos Verbos Irregulares. | Da Syntaxe, ou construiçãõ das oito partes da Oraçãõ. I. Da construiçãõ do Nome. II. Da Syntaxe do Pronome. III. Da Syntaxe dos Verbos. / IV. Da Syntaxe dos Participios V. Da Syntaxe das Preposiçoens VI. Da Syntaxe dos Adverbios. VII. Da Interjeiçãõ. VIII. Da Conjunção. IX. Da Syntaxe de todas as Partes da oraçãõ entre si. |

AS 'LINGUAS DIFFICULTOSAS'

Linguas difficultosas foi a denominação que num primeiro momento receberam as línguas faladas pelos indígenas brasileiros, já que essa foi a percepção dos exploradores e também dos jesuítas, como atestam as cartas dos missionários. Naturalmente que a denominação ocorreu pela diversidade de sons e de construções gramaticais. Algumas línguas indígenas, diversas do tupi antigo (a mais usada ao longo da costa, nas palavras de Anchieta), foram chamadas de 'línguas travadas', numa referência a sons que de fato pareciam ser de difícil pronúncia aos ouvidos europeus. Com a ampliação da colonização e chegada dos escravos africanos, o número de *linguas difficultosas* aumentou, sendo que as línguas da África também apresentavam diversidade de sons e de estrutura gramatical que as aproximavam, num sentido geral, mais às línguas brasileiras do que às europeias.

Outra denominação para essas *linguas difficultosas*, e que ficou mais conhecida, foi a de línguas 'exóticas', abarcando o total de línguas que eram faladas em regiões da América, da Ásia e da África.

Essas línguas podem ser classificadas, de maneira geral, como polissintéticas (numa tipologia tradicional), que são as que apresentam tanto características aglutinantes como flexionais. Ou seja, elas manifestam suas relações gramaticais pelo acréscimo de afixos e/ou também por flexões em bases lexicais.

Quadro-resumo: As linguas *difficultosas* e suas famílias.

| | | | |
|--------------------|---------------------|------------------------------------|---|
| TUPI ANTIGO | Tronco Tupí | Família Tupí-Guaraní | Tupi antigo (hoje está extinta – fala-se na região amazônica uma língua derivada desta) Era falado na costa do litoral brasileiro, numa extensão que partia de terra próximas a São Paulo até atingir estados do nordeste. |
| KIRIRI | Tronco Macro-Jê | Família Kariri | Kiriri ou Kipeá (extinta) Era falada em territórios que hoje reconhecemos como os estados da região nordeste. |
| KIMBUNDU | Família Niger-Congo | Grupo Benue-Congo / Subgrupo Bantu | Kimbundu (em uso nas regiões africanas de Angola, Congo e proximidades) Falada pelos negros que vinham de Angola e de regiões próximas. |

O tupi antigo pertence ao tronco Tupí, família Tupí-Guaraní. Era de fato a língua mais utilizada ao longo da costa no Brasil colonial, sendo conhecida não só por missionários e nativos, mas também pelos portugueses. Tal difusão da língua levaria à denominação de língua geral no século XVIII, pelo intenso uso e importância do mesmo no território brasileiro. Podem ser apontadas diferenças dialetais entre os grupos falantes da língua. Haveria na região de São Paulo e São Vicente o grupo dos Tupi, falantes também do tupi antigo, mas com algumas diferenças em relação ao grupo dos Tupinambá, que estariam situados mais na região nordeste brasileira. Aryon Rodrigues, em diversos trabalhos, aponta para essa diferença. A língua tupi ainda é falada na região amazônica brasileira, mas, naturalmente, com alterações em relação àquela que foi gramatizada nos séculos XVI e XVII.

O kiriri pertence ao tronco Macro-Jê, família Kariri. Segundo Azevedo (1965:I-II), é difícil precisar a área que foi habitada pelos índios Kiriri no nordeste brasileiro, mas é

possível indicar uma concentração nas regiões reconhecidas atualmente como Bahia, Pernambuco, Piauí, Ceará e Sergipe. Os Kiriri foram aldeados em missões jesuíticas no século XVII, período da escrita da gramática de Mamiani. Atualmente a língua não é mais falada e a maioria dos grupos de índios Kiriri foi extinta.

Já o kimbundu faz parte da família Niger-Congo, sendo do grupo Benue-Congo e do subgrupo Banto. O kimbundu era utilizado, principalmente, pelos escravos que vinham das regiões angolanas, mas é sempre problemático precisar o número certo de falantes e de que regiões proviam, dada a própria natureza lingüística das regiões africanas, sempre multifacetada. O número de escravos que chegaram ao Brasil foi muito grande, chegando a muitos milhares (cf. Alencastro 2000) e, certamente, o número de línguas e dialetos africanos era igualmente grande. De uma maneira ou de outra, o kimbundu obteve uma espécie de status de língua geral, justificando, assim, sua prioridade de 'gramatização', mas tal fato ainda deve ser mais bem explorado, no entanto, pesquisas nessa área são sempre dificultadas pela escassez de documentos. A língua ainda é utilizada nas regiões africanas, Angola e proximidades, e apresenta particularidades estruturais que a diferenciavam bastante tanto do português como das línguas indígenas brasileiras, como os classificadores nominais e a ausência de uma distinção em gêneros masculino e feminino, em favor de uma divisão dos 'nomes' da língua em classes divididas a partir de um critério que podemos chamar de semântico.

V

“ERAM OS JESUÍTAS GRAMÁTICOS DE QUE TIPO?”

PROCEDIMENTOS E ESTRATÉGIAS DE DESCRIÇÃO

Nas próximas páginas pretendemos a análise dos procedimentos e estratégias empregados pelos jesuítas nas descrições que efetuaram para algumas das línguas faladas no Brasil colonial. Antes, porém, trataremos desse assunto, procurando relacioná-lo com atitudes da época (séculos XVI e XVII), seja em relação ao tratamento de índios e negros, seja em relação a comentários e impressões de europeus quanto ao novo que ‘acabavam de descobrir’.

As gramáticas missionárias jesuíticas ‘brasileiras’ utilizaram **uma espécie de método comparativo**, o qual, na verdade, procurava buscar equivalências entre as línguas ‘exóticas’ descritas e línguas de maior conhecimento por parte dos missionários, como o português, o latim e mesmo o castelhano.

Mamiani é o que mais recorre a analogias com outras línguas, chegando a comparar uma estrutura do kiriri ao hebreu.

Os verbos simples desta lingua são todos os monosyllabos: & se houvesse quem pudesse perfeitamente alcançar a força de todos os vocabulos, tenho para mim que acharia que toda a lingua consiste em vocabulos monosyllabos, que servem de raizes para formar os compostos, **como na lingua Hebraea.**
(Mamiani 1877[1699]:68, grifo meu)

O que chamamos de busca de equivalências é uma transferência funcional de categorias gramaticais latinas que pudessem apresentar semelhanças com categorias das línguas ‘exóticas’, semelhanças estas estabelecidas em relação às funções gramaticais desempenhadas. Destaca-se nesse procedimento descritivo a manutenção da metalinguagem utilizada nas gramáticas latinas, que também surge com algumas modificações ou ajustes. Segundo Hernández Sacristán (1997:54), a gramática latina

estabelece-se como discurso gramatical genérico, servindo de base para a ‘gramatização’ do Renascimento.

Essa estratégia associava-se ao ideal de transmissão pedagógica. Apontando semelhanças e diferenças, o processo de ensino/aprendizagem tornava-se menos complicado, uma vez que o ‘mundo’ passava a ser percebido como semelhanças e diferenças, bem de acordo com o espírito da época, que buscava na similitude a compreensão do mundo (cf. Foucault 2000[1966]).

Como também ressalta Edward Lopes (2000:15), o momento histórico, em consequência da ‘descoberta’ de terras e novas gentes e novas línguas e desconhecidos costumes, reconhecia e interpretava o diferente através do olhar comparativo. É este olhar que também possibilita e instaura o contato entre colonizador e colonizado. Essa atitude diante do mundo se transfere para o campo lingüístico, no qual as línguas ‘exóticas’ também são encaradas a partir do ponto de vista ‘comparativo’. Interessante observar que os comentários dos viajantes e colonizadores ressaltavam a *falta* ou as diferenças, assim como os gramáticos ressaltavam a *falta de sons* e as diferenças nos sistemas que descreviam.

O problema de quem agora chega é o de *ler a diferença*. Essa diferença será lida no confronto do “corpo próprio” do branco com o “corpo do outro”, o índio. Primeiramente, salta à vista, por comparação, que *o que está presente em um está ausente no outro*. É o que os respectiviza: o que o corpo do cristão não tem, ele percebe – investe – no corpo do aborígene como presença: “E não comem senão desse inhame [...] e dessas sementes e frutos [...]. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos” [trecho da carta de Caminha]. (Lopes 2000:15)

Nesta lingua do Brafil não ha f. l. s. z. rr. dobrado nem muta com liquida, vt cra, pra, &c. Em lugar do s.in principio, ou medio dictionis ferue, ç. com zeura, vt Açô, çatâ. (Anchieta 1990[1595]:23)

Os procedimentos descritivos de línguas pareciam encontrar paralelo com a visão de mundo da época, em relação ao movimento de ‘descobertas’ de terras. Os europeus que descobrem o diferente procuram captar o que lhes é diverso por meio de um filtro que

ressaltava a busca de equivalências, no qual os nativos das novas terras, e suas línguas, só eram compreendidos se fossem vistos a partir do ponto de vista europeu.

A utilização da busca de equivalências favorecia o enquadramento da língua nos modelos de descrição oferecidos pela gramática latina. As línguas ‘exóticas’ foram descritas a partir do *filtro latino*, sem que houvesse, de maneira ampla e irrestrita, preocupações ou mesmo adequações ao tipo estrutural das línguas em descrição, ainda que comentários dos gramáticos aparecessem em alguns momentos sobre a não pertinência do uso do modelo diante de particularidades estruturais das línguas ‘exóticas’. Assim como o ‘outro’ (o indígena e o escravo) só pôde ser visto e encarado a partir da dinâmica do europeu, as línguas dos “bárbaros” também só puderem ser descritas a partir da dinâmica europeia, o que significava o uso do modelo de descrição gramatical do latim.

É possível identificar algumas estratégias que permitiram a aplicação dos procedimentos descritivos mais atuantes nas artes de gramática²⁹:

1) manutenção do número e denominação das partes do discurso latinas, ainda que as línguas pudessem apresentar uma estrutura que não permitisse a manutenção da divisão ‘clássica’;

2) correspondência semântica e analogia formal entre os fenômenos. Pode-se notar essa operação quando os jesuítas insistem na adoção da metalinguagem e na descrição de casos nas línguas a partir do modelo latino;

3) abandono do modelo latino. Alguma característica da gramática latina não é abordada, uma vez que a língua em descrição não apresentava essa característica. Pode-se citar aqui o caso da quantidade vocálica, por exemplo, ou mesmo questões de etimologia;

²⁹ A partir de idéia estabelecida por Swiggers 1997:118.

4) ampliação do modelo latino, com a proposição de novas categorias. Consideramos aqui a proposição de um modelo greco-latino de gramática. Acredito que possa ser enquadrada nessa operação a estratégia que permitiu o reconhecimento de uma categoria gramatical chamada de *artigo*, pela primeira vez em Anchieta, a qual corresponderia a morfemas gramaticais prefixados ao verbo ou a substantivos. A influência da gramática grega pode ser aqui atestada, uma vez que o latim não apresentava uma categoria *artigo*;

5) abandono do modelo latino. Podem ser enquadradas nessa operação algumas percepções que os jesuítas tiveram a respeito de estruturas ou fenômenos particulares das línguas que descreviam, como os paradigmas afirmativo e negativo nas conjugações verbais, os plurais inclusivo e exclusivo e a funcionalidade do tom.

O fato de serem as gramáticas de línguas ‘exóticas’ associadas à transmissão didática gerou o largo uso de um procedimento que descrevia a combinação de unidades, as transformações morfofonológicas, a associação de palavras nas orações, tudo descrito por uma espécie de explicação ‘passo-a-passo’ do que ocorria com a língua quando em uso, como no exemplo de Anchieta a seguir.

Tambẽ algũs verbos se hãõ de descreuer com dous, ij, hum consoante, outro vogal depois do artigo & não com, *gi*, vt *ajquĩ*, *ajbo*. Porque tendo o accusatiuo exprello, ou, o reciproco, & outras partes, (vt infra latius) perdem o primeiro, i. vt *pirá ibómo*, peixe frechando: & se se escreuera cõ, *gi* ouuera de dizer, *piragibómo*. (Anchieta 1990[1595]:33)

A partir desses procedimentos e estratégias de descrição, os gramáticos se valeram de alguns critérios para suas delimitações das unidades.

No plano sonoro foi utilizado com mais produtividade o critério auditivo, ou perceptivo. O gramático descrevia as unidades sonoras das línguas, e suas possíveis alterações, a partir do que ouvia, sem maiores auxílios de uma abordagem articulatória.

Quanto às delimitações das palavras e suas classificações, partes da oração, e combinação em unidades maiores, os gramáticos se valeram, principalmente, dos seguintes critérios, estabelecidos por Auroux (1992:104-108):

- morfológicos, “a propriedade caracteriza os fenômenos lingüísticos a partir de sua estrutura e variações”;
- funcionais, “a propriedade em questão caracteriza os fenômenos lingüísticos relacionados com sua inserção em uma unidade superior [ou com outras unidades do mesmo nível] quer esta seja nomeada ou não”.
- semânticos, “concerne a toda propriedade que caracteriza os fenômenos lingüísticos a partir de sua(s) relação(ões) com elementos não-lingüísticos”.

Esses critérios valorizaram a abordagem feita a partir das unidades mais elementares (‘letras’), partindo para sua constituição como ‘palavra’ (unidade fundamental da gramática) e chegando à combinação em segmentos maiores como a ‘oração’, entendida como a combinação de palavras que expressa um significado completo.

A seguir, mostramos e analisamos a utilização dos procedimentos e estratégias de descrição, aqui expostos de maneira geral, nas gramáticas escritas para o Brasil colonial dos séculos XVI e XVII.

Importante lembrar que a indicação e a análise desses procedimentos e estratégias, em relação ao nosso *corpus*, é tarefa do historiógrafo e surge a partir de seu ponto de vista, uma vez que os jesuítas não explicitaram ou indicaram, de forma extensa e programática, que métodos ou princípios seguiram para efetuar a descrição gramatical do tupi antigo, do kiriri ou do kimbundu. No entanto, essa é uma tarefa importante a ser executada no campo da historiografia lingüística, como ressalta Swiggers (1997:111), considerando que as gramáticas missionárias caracterizam-se pela ausência

de informações sobre os procedimentos de análise, ainda que escassos e esparsos comentários sobre eles possam ser vislumbrados em meio a descrições linguísticas.

Apontamos, no entanto, que Mamiani tem um papel de destaque, já que, em algumas passagens de sua gramática, ele nos indica algo de seu procedimento de descrição, ou então nos fornece alguma informação a respeito de como se deveria processar a aprendizagem do kiriri. Nem Anchieta nem Figueira apresentam comentários parecidos com os de Mamiani, e há em Dias apenas uma referência ao seu método de descrição da sintaxe do kimbundu, indicando, de forma vaga, que seguiria ordem estabelecida pela gramática latina.

No exemplo abaixo, Mamiani justifica sua opção em adotar metalinguagem baseada nas descrições gramaticais do latim e do grego e também nos informa sobre seu procedimento de descrição.

Chamo Declinações, não porque sejam declinações dos casos nos nomes, ou de tempos, & modos nos verbos, mas porque são quasi declinações dos pronomes, ou possessivos, ou substantivos, compostos com os mesmos nomes, & verbos pelas tres pessoas em ambos os numeros, singular, & plural: & pela mesma razão, & por ser regra gèral que abraça tâbem os verbos, se poem juntas as declinações dos nomes com as dos verbos. (Mamiani 1877[1699]:10)

Mais um exemplo em que o gramático nos informa sobre sua opção descritiva. De certa maneira, todos os gramáticos optaram por expor os verbos da língua em um único paradigma, e todos afirmaram realizar isso com a justificativa de que apenas um exemplo seria suficiente para a transmissão do que seria a realidade das conjugações verbais.

Com estas regras geraes se conjugão todos os verbos desta lingua pelo mesmo modo, & por isso todos são de huma conjugação. Mas para mayor clareza, porey aqui o exemplo de hum verbo conjugado por todos os tempos, & modos, & para mayor brevidade, apontarey sómente a primeira pessoa do singular em cada tempo; que he o que basta para saber o modo de variar os tempos; pois as outras pessoas do singular, & plural se conjugão com a mesma particula, ou adverbio de primeira, & sómente se mudão os artigos dos pronomes, como já s emostrou nas cinco Declinaçoens dos verbos; & quem quizer conjugar todo o verbo por todas as pessoas, não tem mais senão que auntar a todas as pessoas do presente do Indicativo, o que aqui se ajunta sómente na primeira pessoa. (Mamiani 1877[1699]:41)

Também é preciso que se registre o fato de que os gramáticos-jesuítas adotaram diferentes processos descritivos, uma vez que também lidaram com línguas diferentes, ainda que com semelhanças, como no caso do tupi antigo e do kiriri. Mas o que pretendemos com este trabalho é mapear o que de comum, em práticas descritivas, existe entre os gramáticos aqui selecionados. Se diferenças existem, o que ressaltaremos será o comum, para que dessa maneira se possa efetuar um registro historiográfico que procura delinear uma *tradição de lingüística missionária jesuítica* no Brasil. Para alcançar tal objetivo, não podemos nos prender excessivamente a detalhes que evidenciem diferentes atitudes no processo de descrição das línguas, ainda que a comentemos, mas insistimos (porque nos parece mais proveitoso para o mapeamento de uma tradição) numa análise sobre o que há de comum entre os gramáticos-jesuítas 'brasileiros' dos séculos XVI e XVII.

“LETRAS”, “SONS” E “VOZES”

AS UNIDADES SONORAS DAS LÍNGUAS

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, procuraremos descrever e analisar os procedimentos e estratégias de descrição empregados pelos jesuítas na descrição do plano sonoro das línguas. Os métodos que foram utilizados não diferem dos já consagrados pela tradição da época. Descreve-se, de maneira geral, o som a partir de comparações com línguas como português e latim. Os critérios de análise das unidades sonoras são o auditivo e o articulatório, com largo uso do primeiro — o missionário descrevia e registrava as unidades sonoras conforme as ouvia, sem fornecer muitos detalhes do processo de produção dos sons, com abordagens do ponto de vista articulatório³⁰.

A alfabetização das línguas não indo-européias depende largamente dos locutores (espanhóis, portugueses, franceses, alemães etc. não fazem as mesmas transcrições), e da fineza de seus ouvidos. Irremediavelmente, fazemos comparações, notamos a ausência de tal ou tal “letra” [...]. O conceito de letra desempenha, entre outras coisas, o papel do conceito de fonema (que só aparecerá no fim do século XIX). Podemos dizer que uma rica *epifonologia* (uma fonética funcional não tematizada como tal), pedida pela escrita, se desenvolve na base de concepções fonéticas articulatórias, que refinarão pouco a pouco o desenvolvimento da medicina e da acústica (Auroux 1992: 65-6)

O TRATAMENTO DAS UNIDADES SONORAS

A descrição da parte sonora da língua nas gramáticas do tupi antigo, do kiriri e do kimbundu é semelhante, evidenciando não só uma espécie de método comum à produção missionária dos séculos XVI e XVII (não apenas jesuítica, cf. trabalhos de

³⁰ Podemos relacionar a escassez de abordagens articulatórias não só ao prolongamento da tradição de descrição da Antiguidade clássica ocidental, mas também ao fato de que abordagens articulatórias pediam maior conhecimento da medicina, no entanto, é preciso lembrar que amplos e acurados estudos da anatomia humana não eram permitidos no âmbito da educação jesuítica.

Altman 1997, 2000), mas também destacando uma prática de largo uso na produção gramatical do período, pelo menos nas descrições das línguas europeias ocidentais e naquelas efetuadas pelos europeus do Ocidente (cf. Auroux 1992:65-93 e Swiggers 1997:133-206).

A produção gramatical renascentista não acrescentou ‘novidades’ nem ‘inovações’ aos procedimentos de descrição das unidades sonoras da língua (parte dos estudos gramaticais que podemos chamar, nos termos atuais, de fonética/fonologia, com a ressalva de que se encontra, nas gramáticas aqui estudadas, muito mais uma fonética instrumental, como lembra Auroux 1992:65). O que se observa na produção gramatical do período aqui em estudo é a manutenção e atualização de procedimentos de descrição e análise já presentes na Antiguidade clássica ocidental (como a descrição de unidades sonoras a partir da descrição de um alfabeto, de um registro escrito, método presente nos gregos), os quais continuaram a ser aplicados nos séculos XVI e XVII.

Ao examinar as gramáticas escritas pelos jesuítas para o contexto brasileiro, o que primeiro chama a atenção é o reduzido número de páginas dedicado ao estudo da parte sonora da língua. Essa é também uma característica da produção gramatical renascentista (que herdou esse aspecto da tradição clássica ocidental e da Idade Média, as quais também não se dedicaram com destaque ao estudo da parte sonora³¹), como pontua Swiggers (1997:111), ao lembrar a *eventual* presença, nas gramáticas do Renascimento, de partes dedicadas ao estudo dos elementos e arranjos sonoros das línguas.

Anchieta diferencia-se de Figueira, Dias e Mamiani em relação a esse aspecto. Ele, de fato, descreve as unidades sonoras da língua de maneira diversa da dos outros

³¹ “Talvez tenha havido, desde a Antiguidade, em relação à fonética pura, um sentimento comparável ao que exprime Molière no *Bourgeois gentilhomme*: uma coisa muito bonita, mas para que serve?” (Desbordes 1995:100). “*In general there was little interest in phonetics in the medieval period.*” (Kemp 1995:373)

gramáticos ao tratar não apenas do elenco das unidades sonoras da língua, mas também de uma série de processos morfofonológicos do tupi antigo (como a combinação de afixos em radicais, ocasionando alterações nas unidades e na pronúncia), os quais deveriam ser observados pelos missionários para a adequada utilização da língua. E não é só nesse aspecto que Anchieta se diferencia de Figueira, Mamiani e Dias.

Anchieta não oferece de forma sistemática, com uma ordenação dos elementos no esquema alfabético, seguindo com a descrição da percepção auditiva das unidades e explicação da produção (quando necessária), a apresentação das ‘letras’ do tupi antigo (como fazem Figueira e Mamiani). Sua descrição das unidades do sistema sonoro não é linear, em forma de alfabeto, e notadamente se destaca pelo tratamento dos fenômenos morfofonológicos da língua, descrevendo alterações sonoras ocasionadas pelo ‘ajuntamento’ (combinações) de unidades ou pelo acréscimo de ‘partículas’ (morfemas gramaticais que podiam ser prefixados ou sufixados). Para tanto, Anchieta utilizou uma estratégia de descrição que procurava indicar, ‘passo-a-passo’, de forma didática, o que ocorria com as unidades quando em uso.

Nas confoantes, c. g. cõmumente todos pronunção de hũa mefma maneira interpolito i, vt *Acepiãc, Aceptiãcine, Aimeéng, Aimeénginé ...* (Anchieta 1990[1595]: 24)

R. mudafê em, n. onde præceder til. m. ou, n. in vltima fyllaba, vt in futuro conjunctiui [=subjuntivo], *nupa^, nupãneme, pro nupãreme, irumõ, irumôneme ...* (id.: 28)

Anchieta descreve a formação e as condições de uso de uma série de processos de construções verbais e de locativos, tratando reduzidamente das unidades sonoras em si.

Em “Da Orthographia ou da Pronunção”, capítulo referente aos metaplasmos e sua pronúncia, Anchieta continua tratando dos processos morfofonológicos. Pode-se dizer que a parte da gramática dedicada ao estudo das unidades sonoras da língua

realiza, na verdade, uma descrição desses processos³², bastante produtivos no tupi (cf. Rodrigues 1996:57-8). Figueira conscientemente não descreveu esses processos: “Na composição de syllabas há muitas mudanças, que aqui não pomos, por evitar confusão; o uso basta” (Figueira 1621:fl.2).

Rodrigues (1997:377) aponta que, por ter Anchieta se dedicado logo de início a esses processos, há uma exposição econômica dos fatos gramaticais relacionados com a parte sonora da língua. Por várias vezes, faria Anchieta remissões aos metaplasmos descritos nas primeiras páginas de sua gramática. Diz Rodrigues (*id.ib.*):

Éste es sin duda un aspecto notable de la percepción de los hechos lingüísticos por Anchieta y de su método de descripción. En esto contrasta vivamente el Arte de Anchieta con el Arte que para la misma lengua hizo más tarde Figueira: éste no tiene más que un pequeño capítulo de dos páginas sobre letras e sonidos y agrega a la descripción gramatical alguna información morfofonológica avulsa, pero ésta misma es muy imprecisa ...

A diferença de procedimento descritivo em Anchieta está, provavelmente, relacionada à diferente formação intelectual que ele teve, em relação aos outros gramáticos jesuítas que aqui examinamos³³. Anchieta não se formou, como Figueira, Dias e Mamiani, sob a influência do *Ratio Studiorum* (1599), e pode não ter seguido, estritamente, como modelo de descrição gramatical a obra de Manuel Álvares, que, de certa maneira, ‘guia’ a descrição dos jesuítas formados pelo *Ratio*³⁴.

Manuel Álvares, na sua *Institutio Grammatica* (1572) — capítulo I do livro terceiro, expõe as letras e sílabas do latim, divididas em vogais e consoantes, com a explicação da produção/percepção de algumas unidades (como [f], [s], [h], [i], [j], [u], [m], [n]), em

³² “Nomes, verbos e posposições constituem nesta língua as três classes lexicais dotadas de flexão. Há nela um processo morfossintático com alta frequência de ocorrência que é comum a essas três classes e que consiste na marcação da dependência de um determinante [...] em relação ao núcleo de uma construção sintática, por meio de prefixos flexionais acrescentados ao núcleo” (Rodrigues 1996: 57-8). Esses aspectos morfossintáticos geram alterações morfofonológicas pela combinação das unidades.

³³ Navarro 1995 aborda extensivamente a formação intelectual de Anchieta, e é com base nessa leitura que fazemos essas afirmações.

³⁴ Rosa 1997 destaca em Manuel Álvares esse papel de ‘guia’ de descrição gramatical, e em texto de 1995 aponta diferenças entre os trabalhos de Anchieta e Figueira.

um esquema de descrição que segue a estrutura alfabética, por assim dizer. É este esquema o adotado por Figueira e Marniani.

Pedro Dias oferece algumas descrições das unidades sonoras do kimbundu como se estivesse diante de um processo, quando, na verdade, descrevia unidades que não eram comuns no português e/ou latim.

As letras seguintes, B. D. G. V. Z. fe lhe põem antes a letra N v.g. Nhuri, Carneiro, Ndungue, Traças. Ngombe, Boy, Nvula, Aruva. Nzambi, Deos. (Dias 1697: 1)³⁵

Pedro Dias também se refere a um fenômeno ocasionado pela combinação das unidades sonoras, utilizando um procedimento de descrição semelhante ao utilizado por Anchieta nas descrições dos processos morfofonológicos do tupi antigo, a saber, a descrição do processo, de forma didática, como numa explicação ‘passo-a-passo’.

Fazem frequentemente finalefas algũs nomes, quando fe ajunta o adjectivo ao sustantivo, & perdem muitas vezes duas, & mais letras. v.g. Macambaami, meus amigos; dizem Macambãmi. Mubicauçami, dizem Mubicãmi, meu escravo. (Dias 1697:2)³⁶

Para estes [nomes demonstrativos, “meus, tuos &c”] fervem as mefinas partículas assim do singular, como do plural, acrescentandolhe a letra A, uã, ria, quiã, cuã, lua, tua. Plur. A, yã, gia, tua, v.g. Mutuãmi, pessoa minha. Mubicãia, escravo feu. [...]

Advirta-fe que no modo de fallar fazem algũas vezes finalefa. v.g. Mubicãe, escravo feu. (Dias 1697:10, grifo meu)

AS ‘LETRAS’ DO SISTEMA SONORO

Como já dissemos, Anchieta não apresenta de forma sistemática quais seriam as unidades sonoras do tupi antigo. Dias também não indica quais seriam as unidades do kimbundu. A descrição desses gramáticos ocorre mais por um processo de negação, dizendo o que não há nas línguas, do que pela indicação das unidades realmente

³⁵ É comum nas línguas africanas da família banto (caso do kimbundu) a presença dos grupos consonantais iniciais formados por nasal + obstruente homorgânica: [mp], [nd], [ŋg] (Petter 2000:5).

³⁶ A “sinalefa” a que Dias se refere “é o fenômeno de fusão vocálica através da qual duas emissões se confundem numa só (1) através da elisão (umas das vogais desaparece [...]); (2) por contração (duas vogais se fundem numa vogal longa [...])” (Dubois *et alii* 1995: 551).

presentes nos sistemas lingüísticos. Já Mamiani e Figueira propõem a descrição — em ordem alfabética — das unidades sonoras.

O que é importante destacar neste momento é a descrição das unidades relevantes a cada língua tendo em vista os alfabetos latino e português, num processo metodológico de busca de equivalências, entre a língua ‘exótica’ e uma outra língua mais conhecida pelo missionário. Assim, as unidades de cada sistema são descritas a partir de comparações com o latim, o português, e mesmo o castelhano, sendo que esse procedimento ressalta as unidades que não faziam parte das línguas que estavam sendo descritas, mas que figuravam como sons, unidades distintivas, em línguas europeias de maior prestígio.

Nesta lingua do Brafil não há f. l. s. z. rr. dobrado nem muta com liquida³⁷. vt cra, pra, &c. Em lugar do s. in principio, ou médio dictionis ferue, ç. com zeura, vt *Açô, çatá*. (Anchieta 1990[1595]:23)

As letras de que fe vfa nefta língua, fão as fequintes . A, B, C, D, E, G, H, I, Y, K, M, N, O, P, Q, R, T, V, X, til. Ficão excluídas, F, L, S, Z. Tambem fe não vfa rr dobrado ou alpero. (Figueira 1621:fl.1)

Entre as letras usadas nesta língua são as seguintes: A, æ, B, C, D, E, G, H, I, Y, K, M, N, O, P, R, S, T, V, W, Z, til. (Mamiani 1877[1699]:1)

O Pronunciar, & escrever he como na língua Latina, com advertência que não tem R dobrado, nem no principio do nome, nem no meyo, v.g. Rierino, hoje: Rimi, língua. (Dias 1697:1)

Altman (2000:8) aponta, com base no exame de gramáticas de línguas gerais sul-americanas dos séculos XVI e XVII, que a descrição das unidades sonoras baseada nas ‘letras’ ausentes nas línguas era procedimento comum de descrição, sendo que este traço também pode ser visto, explicitamente proposto, em Antonio de Nebrija:

... aquel que quiere reducir en artificio algun language, primero es menester que sepa de si de aquellas letras que están en uso sobran algunas e si, por el contrario, faltan otras. (Nebrija 1946[1492]:18)

³⁷ Muta = oclusivas; líquida = [l,r], termo advindo do grego, origem incerta. Robins (1979:26) indica que “líquido” é termo de origem aparentemente fundada num critério fonostético.

A percepção da ausência de ‘letras’ no tupi antigo, por exemplo, gerou comentários (não só de missionários-gramáticos) que relacionavam, de forma enviesada, aspectos lingüísticos com aspectos culturais, sociais e religiosos.

... Anchieta's grammar [...] contains an initial statement [ver citação de Anchieta na página anterior]. Considered in isolation, the example only illustrates one typical descriptive strategy of the time, which consisted in showing the similarities and the differences between the 'exotic' language and the author's vernacular, or Latin. However, if we observe, in contrast to the descriptive observations of Anchieta, what Souza [Gabriel Soares de Souza (1540-1592)] notes about the same fact in his Tratado of 1587, we will see better the difference between two contemporary (non-theoretical) linguistic practices ... (Altman 1999:77)

A descrição de Souza, apontada por Altman, refere-se ao fato de que se o sistema tupi não tinha os fonemas /f/, /l/ e /R/, os índios, conseqüentemente, desconheciam a *fê*, a *lei* e a autoridade do rei português (Souza 1938[1587]:364-5). Naturalmente que se desconsiderou, em tais comentários, aspectos próprios das línguas ameríndias, sendo que os descritores-viajantes pensaram apenas num processo de transferência linear de uma cultura que se queria então dominante.

O termo ‘letra’ (presente em todas as gramáticas que examinamos para este trabalho e de largo uso na metalinguagem gramatical desde a Antiguidade clássica ocidental até o período que estudamos) vem da tradição gramatical greco-latina, podendo significar tanto um elemento do plano sonoro (que podemos aproximar do fonema) quanto a representação escrita de uma unidade sonora (o grafema). O contexto de emprego do termo eliminaria a imprecisão da metalinguagem (cf. Desbordes 1995:101)³⁸.

Zimmermann (1997:11) lembra que a descrição fonético-fonológica na lingüística missionária dos séculos XVI e XVII está relacionada à escrita. O alfabeto ‘criado’ para o tupi antigo, o kiriri e o kimbundu é de base latina, com poucas alterações de acordo com particularidades das línguas — essas alterações apresentam-se como uso de diacríticos

³⁸ “The Stoic philosophers distinguished three aspects of the *stoikheion* [o elemento sonoro para os gregos]: (a) the sound; (b) the symbol used to represent it; (c) its name. These were translated later into Latin as aspects of *litera* (letter): *potestas*, *figura*, and *nomem*. Subsequent use of the word *litera* [letra], or its equivalent in other languages is often ambiguous; sometimes its sense is not far different from that of the modern term ‘phoneme’” (Kemp 1995:372).

ou de grafemas de pouco uso, como o <y>, no alfabeto português, e mesmo propostas como a de Anchieta para a representação do [j] por meio de “jota, subscrito” (Aryon Rodrigues apontou, em comunicação pessoal, nessa escolha de Anchieta uma influência da gramática grega).

Durante muito tempo, a historiografia linguística viu ser difundida a idéia de uma confusão entre oral e escrito, em obras como as que analisamos aqui e também nas gramáticas da Antiguidade clássica (cf. Desbordes 1995:101-117 e 1996:23-9). Se a metalinguagem nos oferece, de fato, uma imprecisão, é preciso notar que os gramáticos latinos demonstravam ter consciência de quando se referiam ao plano oral e quando se referiam ao plano da escrita.

... os antigos indicam claramente uma diferença entre o escrito e o oral e em geral consideram que a escrita é um artefato secundário, uma representação da língua falada, embora admitindo que existam ou possam existir dissimetrias de um fenômeno ao outro. Acrescento que na maioria das vezes podemos segui-los perfeitamente em suas explicações, apesar da ausência do material tipográfico (aspas, itálicos, colchetes...) que hoje nos permite romper com a uniformidade da escrita e nela introduzir uma diferença entre formas escritas de pleno direito e formas escritas que apenas substituem formas orais. Explicam-se eles, em geral, com perífrases “quando falamos...”, “quando escrevemos...”, “escreve-se *i* mas pronuncia-se quase *v*”, “mesmo se estiver escrito *m*, ele apenas está expresso”. (Desbordes 1996:25)

Podemos observar, nos trechos de Figueira e Mamiani que seguem, as afirmações feitas por Desbordes para os latinos.

O *i*, jota, ferue como no latim, hora de vogal, hora de confoante. Costumaraõ os antigos linguas vlar deste mefmo *i*, jota com dous pontos, hum na cabeça, & outro no pé, & lhe chamaõ i grosso, porque a pronunciação he como entre u, & i. Donde nafce que algũs o fazem u, & outros o fazom i: & formafe na garganta, como ig. mas porque na impreffaõ não se pode meter este *i* com os dous pontos, em lugar delle se poz y, o qual todas as vezes que se achar no meyo, ou no fim de algũa diçaõ, se pronunciará como grosso no modo fobredito. (Figueira 1621:fls.1-1v)

G, sempre he aspero sobre todas as vogaes, & porisso se escreve juntamente com o H. Quando porẽm tem accento circumflexo sobre si, se ha de pronunciar brando com aspiração na garganta, que mal se enxergue: como nestas palavras, *Ghy*, ser cheirado; *Inghe*, criança; *Rhenge*, velho. (Mamiani 1877[1699]:2)

Mamiani parece ter clara uma distinção entre os planos sonoro e escrito da língua, ao afirmar que o uso do “*accento circumflexo*” nos segmentos do tipo *Ghý* representa uma pronúncia branda e aspirada na garganta. Este último comentário descritivo, “*aspiração na garganta*”, mostra-nos uma de suas estratégias de descrição: o uso conjunto dos critérios auditivo e articulatório.

Desbordes, citada anteriormente, destaca que os gramáticos latinos tinham consciência de uma escrita com papel secundário em relação à realização oral da língua. Lembramos (com Rosa 2001:12) que Anchieta demonstra estar ciente de que o registro escrito que efetuava para o tupi antigo era, também, secundário diante do uso efetivo da língua.

Ifo das letras, orthographia, pronúnciação, & accento, feruira pêra faberem pronúnciar, o que acharem efcrito, os que começãõ aprender: mas como a lingoa do Brafil não eflá em efcrito, fenãõ no continuo vfo do falar, o mefmo vfo, & viuã voz enfinarã melhor as muitas variedades que tê, porque no efcreuer, & accentuar cada hum farã como lhe melhor parecer. (Anchieta 1990[1595]:37)

Por outro lado, é preciso considerar que a análise oral presente nas gramáticas aqui em estudo está relacionada ao processo de escrita de línguas sem tradição em tal registro. O oral era descrito tendo em vista uma escrita que também se iniciava.

Sobre esse aspecto, Swiggers (1997:156) afirma, brevemente, que a sistematização, a partir do modelo de análise derivado da gramática latina, como a de Manuel Álvares, herdeira de descrições como as de Varrão, Prisciano, Donato e também Quintiliano, caracterizava-se pela segmentação das unidades fônicas reduzidas aos sinais (grafemas) do alfabeto latino, ou seja, na produção gramatical dos jesuítas não há como separar plano oral do registro escrito, e não só pelo uso da metalinguagem, mas principalmente pelo fato de se estar diante de recentes propostas de escrita.

Importante lembrar que Robins (1979:18), ao tratar da tradição grega clássica (origem da tradição latina, que, por sua vez, ‘gera’ o fazer gramatical missionário),

lembra que a base de descrição fonética do grego foi o próprio alfabeto. Sendo assim, o estudo do som é uma explicação sobre a pronúncia das letras. Descrição oral imbricada com o registro escrito.

UMA ESCRITA FONÉTICA

Partindo da idéia de que a representação escrita deveria aproximar-se da realização oral da língua, Anchieta, Figueira, Mamiani e Dias procuraram aproximar a escrita da realização das unidades sonoras. Tal atitude não poderia ser diferente, uma vez que não havia outra opção, dada a ausência de uma tradição de escrita nas línguas.

É importante lembrar que o Renascimento caracterizou-se por verdadeiros combates entre os adeptos de uma representação escrita que se aproximasse, e fosse um registro fiel, da realização sonora da língua, e os partidários de uma escrita que recuperasse a história e a origem da língua em representação, uma escrita etimológica.

Esse ideal de escrita fonética já era indicado por Quintiliano, no *Instituto Oratória*³⁹, e foi utilizado nas gramáticas do Renascimento (Auroux 1992:65-6). Esse procedimento foi destacado também por Nebrija em sua gramática de 1492, ao destacar que era necessário escrever como se pronunciava e também se devia pronunciar como indicava o registro escrito (Nebrija 1948[1492]).

No entanto, é preciso notar que, mesmo com a liberdade de criação de uma escrita fonética, as gramáticas dos jesuítas mantiveram traços ortográficos do português, fazendo com que a escrita não refletisse de todo a realização sonora das línguas indígenas e africana. Assim, explicações sobre a pronúncia de determinados segmentos

³⁹ “Quanto a mim, exceto no que o uso tiver consagrado, julgo que se deve escrever uma coisa do modo como se pronuncia. Ora, a finalidade das letras é guardar as palavras e devolvê-las aos leitores como um depósito. Elas devem, com efeito, exprimir aquilo que quisermos dizer” (Quintiliano *apud* Pereira 2000:174)

e/ou unidades são necessárias, já que a representação escrita pode levar a confusões ou erros.

Ce, ci, não se de pronunciar, como que tiuefem zeura como no Português, cera, cidra, vt *acém, acic*. (Anchieta 1990[1595]:31)

O mais não se de escreuer com que, qui: & pronunciar sem fazer caso do v. liquido, como no Português, quedo, quita, vt *aquêr, quiba*. (*id.ib.*)

O C sempre se pronuncia aspero [gutural], assim sobre as vogaes A, O, U, como sobre E, I, Y. E porque nestas derradeiras vogaes o C fere brandamente no Portuguez; para evitar o erro que poderia haver escrevendo-se o C com ellas, se introduzio o K, character Grego, que sempre tem o som aspero sobre todas as vogaes: v.g. *Kempe*, fino; *Kitci*, area. Usa-se também o C com zeura quando se segue à consoante T. v.g. *Tçate*, cortar: mas nos mais vocábulos se usa de S, por ser mais natural o seu sibilo a esta língua. (Mamiani 1877[1699]:2)

Examinando os trechos de Anchieta e Mamiani, citados anteriormente, pode-se afirmar que os jesuítas tiveram de lançar mão de diversas estratégias de registro e de explicação para atingir o ideal didático, sendo que comentários mais extensos sobre as unidades sonoras das línguas eram, de fato, evitados (com exceção das abordagens de Anchieta), uma vez que o processo de ensino/aprendizagem deveria ocorrer da forma mais rápida possível.

... o primeiro passo da descrição é estabelecer uma grafia, apresentada ao leitor apenas no que poderia constituir-se em futura dificuldade de pronúncia. As dificuldades residiriam nos pontos em que o valor atribuído a um símbolo se distanciava daquele usual no latim, língua oficial da Igreja e, conseqüentemente, da Ordem.

No registro de línguas desconhecidas, os missionários esforçaram-se em fazer com que o alfabeto latino, recurso de que dispunham, representasse não apenas os sons existentes em latim, mas também sons que, inicialmente, eram alheios ao latim. (Rosa 2001:6-7)

A questão da nasalidade

Anchieta refere-se ao *til* como indicação de uma nasalidade no tupi antigo que não deveria ser representada pelos grafemas <m> e <n>. Também para Figueira e Mamiani, o *til* é parte do elenco das unidades sonoras. Essa atitude dos gramáticos evidencia a

percepção da existência de fonemas intrinsecamente nasais nas línguas⁴⁰, e não condicionados por outro segmento nasal, uma vez que os gramáticos deixaram claro que a representação pretendida não seria adequada com a utilização de <m> e <n>.

O til se usa sobre algũas vogaes para denotar hũ som medio entre M, & N, & tem a mesma pronunciação como nos vocábulos Portuguezes vãa, sãa cousa: v.g. *Tupã*, Deos; *Hietçã*, eu. (Mamiani 1877[1699]:4)

O encontro com novos sons

Os gramáticos-jesuítas depararam-se com realizações sonoras das línguas que não eram presentes no português e/ou no latim, nem mesmo em sistemas lingüísticos próximos, como o castelhano. Como estratégia de representação, eles utilizaram diacríticos e grafemas não muito comuns no português para escrever os sons que ouviam, mas que, muitas vezes, não reconheciam. Esse processo, para sua eficácia, contava muito com a percepção e acuidade do missionário, uma vez que, pela utilização do critério auditivo no registro, ele escrevia o que ouvia.

Podem ser destacados os seguintes pontos no registro do tupi antigo, do kiriri e do kimbundu:

a) a inclusão, em Figueira, Mamiani e Dias, do grafema <h> para registro de aspirações, mesmo que estas não ocorressem como unidades distintas.

Figueira adota o <h> para registro de aspiração em interjeições. Em Mamiani, a descrição da unidade sonora correspondente à aspiração é representada pelo grafema <h>. Há a utilização da busca de equivalências e dos critérios auditivo e articulatório para a transmissão do que seria esse som no kiriri.

⁴⁰ Navarro (1995:254) e Leite (2000:45) apontam a percepção de Anchieta a respeito da existência, no tupi antigo, de fonemas nasais, e não acompanhados de segmentos nasais. “Anchieta já insinuava, em sua gramática, que não é possível representar as vogais nasais como vogal oral seguida de consoante nasal, ao escrever que ‘algumas partes da oração se acabam em til, o qual não é *m* nem *n*, ainda que na pronúncia diferiam pouco’”. (Leite, Yonne 2000:45)

H, com as vogaes, & consoantes sempre he aspiração guttural; excepto quando se segue ao C, & N, porque então faz como no Portuguez nas syllabas Cha, Che, Nha, Nhe. Esta aspiração he muito usada nesta lingua, por ser muito guttural: mas para evitar a multiplicidade desta letra em todas as palavras, que podcria causar confusão, usamos della na escritura sómente entre as vogaes, & a deixamos nas consoantes; & para estas sirva de regra gèral, que as consoantes T; & P, pedem mais ordinariamente a aspiração do que as outras, como o uso, & a praxe ensinarà melhor. (Mamiani 1877[1699]:2)

A presença de um som aspirado no kimbundu também foi abordada, de forma não explícita, por Pedro Dias.

Todos os nomes, que começã por letra vogal, excepto as letras, I, U, escrevem-fe no principio com H, v.g. Hanga, perdiz. (Dias 1697:2)

A escrita gramatical da época indica que a representação por meio do grafema <h> deveria ocorrer apenas se essa unidade da representação escrita correspondesse a uma realização sonora, ou seja, a uma aspiração. Fernão de Oliveira na primeira gramática do português, *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536), afirma sobre o <h>: “As quais [as letras], por todas, fazem número de trinta e três, e com h, sinal de aspiração, trinta e quatro.” (Oliveira 1975[1536]:51, grifo meu). Podemos inferir que Dias, mesmo sem explicações a respeito da aspiração, quis registrar, com o <h>, uma real aspiração na realização sonora, que de fato existia (cf. Quintão 1934). Petter (2000:4) faz referência ao fenômeno da aspiração, dizendo ser ele comum às línguas banto, nas quais o kimbundu está inserido, mas também nos alerta que raramente esse fenômeno é pertinente no sistema fonológico, marcando unidades distintas.

b) a representação do [i] por <y>, <ig> e outras propostas.

I. vogal, que em muitos vocabulos se pronuncia aspero com a garganta, bem se lhe pode escrever, g. in fine acabandofe a dição no mesmo [...] Por isso pera conhecer ser este i. aspero se escreve com hum ponto em baixo e ficará, jota, subscrito, i. (Anchieta 1990[1595]:33-4)

A representação proposta por Anchieta acompanha o uso dos critérios articulatório e auditivo, já que a utilização do grafema <g>, representando o fone [g], se faz pela relação com ponto de articulação próximo ao do fone [i], e também a percepção sonora

do segmento aproximaria-o de algo “*aspero*”⁴¹. No entanto, a representação escrita de tal fonema não era ponto pacífico, sendo que Anchieta, ainda na citação anterior, refere-se à outra possibilidade de grafia. Assim, o fonema /i/ poderia ser representado como <ig> ou com um grafema semelhante ao <j>. Navarro (1999:xix) aponta um processo de variação alofônica em que o fonema /i/ poderia realizar-se, de fato, como [ig]⁴², daí, talvez, a proposta de grafia de Anchieta.

Presente também em Mamiani a questão da representação do segmento vocálico [i] e suas variantes. Essa discussão se fez presente, também, nas gramáticas dos vernáculos europeus, em que se argumentava a respeito da representação de um [i] vogal, consoante ou semivogal.

A discussão em Mamiani ocorre por causa da presença no kiriri, assim como no tupi antigo, da realização de uma unidade sonora distinta do [i], seria um som parecido com o da vogal alta anterior, mas que, na verdade, tinha uma realização central, [ɨ].

I, nesta lingua tem quatro vocalidades [= realizações], duas de vogal, & duas de consoante. A primeira he de I vogal como no Portuguez: a segunda de consoante, como tambem no Portuguez nestas palavras, Jogo, Janella; mas com som mais brando, v.g. *Adje*, quem; *Udje*, que. A terceira he de I, tambem vogal guttural, a que os Authores da arte da lingua geral do Brasil chamarão I grosso, pois se acha tambem nessa lingua: & assim como elles o escrevem por Y, para o differençar do I vogal simplex, tambem nós o escrevemos cõ o mesmo character, porém com accentto circumflexo por cima, assim *ÿ*, para o differençar de outro Y consoante, que se escreve sem accentto. Pronuncia-se pois esta vogal como I guttural, & na garganta com os dentes fechados [...] (Mamiani 1877[1699]:3)

Mamiani chama o fone alto e central de “*vogal guttural*”, fazendo referência à denominação de “*I grosso*” dada pelos gramáticos do tupi antigo. Vemos aqui uma diferença de critérios para a descrição da mesma unidade sonora. Enquanto Mamiani preferiu o critério articulatório, “*guttural*” é o som produzido na região da garganta,

⁴¹ Os termos “áspero” e “brando” são presentes na gramaticografia grega clássica e são relativos aos ‘elementos’ aspirados ou não (Robins 1979:26).

⁴² “Quando uma sílaba terminada em y [representação do autor para a realização central da vogal i] for seguida de outra iniciada por vogal, o y pode mudar-se em yg ...” (Navarro 1999:xix)

Anchieta e Figueira adotam, ao utilizar o termo “*grosso*”, o critério auditivo, a partir da percepção que tiveram dos sons que ouviam. Se utilizaram diferentes critérios para a adoção da metalinguagem, os gramáticos-jesuítas adotaram, de maneira geral, o mesmo grafema, <y>, para a representação do fonema /ɣ/.

Algumas características fonológicas das línguas podem ter escapado aos ouvidos dos jesuítas, deixando, portanto, de ser registradas nas gramáticas. Navarro (1995:364-5) destaca a ausência, tanto na gramática de Anchieta quanto na de Figueira (em sua 1ª edição), do registro, e mesmo comentários, do fonema oclusivo glotal /ʔ/.

É também lembrada por Navarro a falta de registro em Figueira da realização fricativa da oclusiva bilabial [β], tal como apontada em Anchieta.

V. confoante não se acha conforme à cõmum, & melhor pronunçiação faluo nos que mudão, o, b. em v. como os gallegos, vt pro *abâ*, dizendo, *auâ*.
(Anchieta 1990[1595]:30)

A realização sonora dessa unidade seria semelhante ao /b/ castelhano em posição intervocálica. Devemos ressaltar, ainda, que Navarro (1995:250) aponta a “confusão” de Anchieta entre o [β] — *abâ* — e [w] — *auâ* —, provocada, segundo ele, pela proximidade dos pontos de articulação dos sons.

OS ACENTOS

O tratamento das unidades sonoras também incluía uma parte sobre os *acentos*, que, na metalinguagem da época, referiam-se muito mais à tonicidade, ao timbre do que a diacríticos, ainda que Anchieta e Mamiani tenham se aproximado do emprego do termo como referente a sinais gráficos auxiliares, como representação escrita de um aspecto particular da realização oral, além de utilizar o termo como referente também da tonicidade (palavras oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas).

Todas as dições acabadas nas quatro vltimas vogaes, tem ô accento na vltima, & notãose, com circumflexo.

Algũas acabadas em, e. que parecem ter o accento na penúltimas he por serem compostas, vt *icatũpe de icatũ*, &, *pê*, *nhôtê*, *oetépê*. (Anchieta 1990[1595]:35)

Usamos de dous accentos, hum agudo, & outro circumflexo. O agudo serve para carregar sobre a vogal, v.g. *Sambê*, paga. Ordinariamente se acha na derradeira vogal de todos os vocabulos desta lingua, excepto algũas palavras que não acabão em agudo, como Bæ, De, & alguns poucos vocabulos, que a experiencia ensinará. Sobre o til não se poem accento agudo, para evitar a confusão na escritura; mas basta advertir que o til sempre he agudo. Quando o vocabulo acaba em A, ou Æ sem accento, & sem til, se pronuncia essa vogal a meya boca mal pronunciada como E Francez no fim da palavra ... (Mamiani 1877[1699]:4)

Pedro Dias também tratou dos acentos no kimbundu, referindo-se a processos típicos de uma língua tonal, i.e., alterações na altura ou na melodia de determinadas unidades podem alterar significados. Dias trata do “assento”/tom, utilizando exemplo idêntico ao descrito pelo jesuíta italiano Francisco Pacconio, na primeira obra escrita em kimbundu, o catecismo *Gentio de Angola*, de 1642. Ressalta-se a percepção da funcionalidade dos tons na língua. Dias oferece ao leitor, para indicar a importância da alteração de tons no kimbundu, o que a lingüística estrutural chamará, muitos séculos depois, de par mínimo.

Tambem vay muito nos affentos, com que se escreve, ou se pronuncia; porque mudaõ a sustancia, & significaçã dos nomes v.g. Múcua, certa fruta. Mucua, morador, ou habitador. (Dias 1697:2)

OS CRITÉRIOS DE ANÁLISE DO SOM

O uso do critério auditivo foi o mais comum nas gramáticas jesuíticas brasileiras do período colonial⁴³. O missionário descreve a unidade sonora de acordo com a percepção auditiva que ele tem a partir da realidade observada/percebida.

⁴³ O uso do critério auditivo é encontrado em toda a tradição clássica ocidental, assim como em trabalhos seguintes até o Renascimento. Destacamos, porém, que em 1586 o dinamarquês Jacob Madsen of Aarhus (1538-86) publica o *De Literis*, que pode ser considerado como a primeira abordagem de fonética geral no Ocidente. Neste livro há a classificação de unidades sonoras a partir do critério articulatório. Este critério é, de fato, mais utilizado em gramáticas vernaculares européias, como a de Fernão de Oliveira (1536). No âmbito de nossa pesquisa a utilização de abordagens articulatórias é reduzida, o que pode estar relacionado, como dissemos, a restrições ao estudo da anatomia.

E ainda que pareção pronunciar, Apábne, &c. he pella delicadeza com que tocão o i. & ainda no mefmo presente o exprimem as vezes, vt. *Apábi*.
(Anchieta 1990[1595]:24)

O critério auditivo aparece acompanhado, em várias passagens das gramáticas, de um procedimento que procurava equivalências entre as línguas em descrição com os sistemas português e latino, em sua maioria. A utilização de mais de um critério serviria ao ideal pedagógico das descrições gramaticais jesuíticas. Era preciso utilizar todos os procedimentos e estratégias possíveis, e conhecidos, para executar a contento a missão de ensinar uma língua estrangeira aos missionários.

Figueira utilizou a busca de equivalências entre as línguas conhecidas (numa espécie de ‘embrião’ de um método de comparação entre línguas, ainda que não com esse objetivo consciente): “O i, jota, *ferue como no latim*, hora de vogal, hora de confoante” (Figueira 1621:fl.1, grifo meu).

A busca de equivalências também foi utilizada por Mamiani na descrição do segmento vocálico [i] e suas variações. O gramático recorreu não só ao português como também ao castelhano.

A quarta vocalidade, ou som do I, he de I carregado, ou som duplex, como usão os Castelhanos na syllaba yo [...] (Mamiani 1877[1699]:3)

Se observarmos o trecho de Mamiani que segue, notaremos a descrição realizada com a utilização da busca de equivalências entre as línguas — os ‘sons’ são descritos a partir de comparações com unidades ou agrupamentos sonoros do latim, como na referência a ditongos. O uso do grafema <æ>, escrito como no sistema latino, serviria, num alargamento das possibilidades descritivas do uso do alfabeto latino, para indicar a pronúncia ora como “A fechado”, [a], ora como “E largo”, próximo à produção de um fone longo, fechado, como [e].

Entre as letras usadas nesta lingua são as seguintes: A, Æ B, C, D, E, G, H, I, Y, K, M, N, O, P, R, S, T, V, W, Z, til. As vogaes entre si não formam diphtongos, mas se pronuncia cada hũa por si como syllaba diversa.

Entre as vogaes se conta aqui o æ, ainda que se escreva como diphtongo Latino, para significar hũa vogal entremeya entre o A, & o E; & se pronuncia com hũ som diverso das outras vogaes, ou como A fechado que participa do E, ou como E largo que participa do A. v. g.: *Inhuræ*. Filho. (Mamiani 1877[1699]:1)

Mamiani descreve à parte as ‘letras’ C, D, G, H, I, V. Possivelmente, essas unidades receberam tratamento separado para evitar confusão com unidades semelhantes nos sistemas latino e português. Abaixo, um exemplo dessa abordagem, com utilização do critério auditivo na explicação da unidade sonora [v], em conjunto com a indicação da anotação gráfica do som.

V, nesta lingua sempre he vogal, nunca consoante. E porque em alguns vocabulos concorre a vocalidade do U vogal com a vocalidade de V consoante, para pronunciar com propriedade essas duas vocalidades juntas, se introduzio o dublú character estrangeiro, que se escreve assim W, & se pronuncia com hũ som misto de dous VV, dos quaes o segundo fica liquido, & o primeiro como consoante: v.g. *Waré*, Padre. (Mamiani 1877[1699]:3)

Abaixo, outro exemplo de descrição de Mamiani em que se observa a adoção do termo “áspero”, relacionado à percepção sonora, o qual pode corresponder, em termos articulatórios, aos sons guturais. Ao referir-se a um som “brando”, o critério auditivo, mais uma vez, está presente. Como destacamos, os termos ‘áspero’ e ‘brando’, em sua origem na gramaticografia grega, referem-se a sons com a presença ou ausência de uma espécie de aspiração. Os termos são relacionados, pelos gramáticos-jesuítas, a sons com algum aspecto de guturalidade.

O C sempre se pronuncia aspero, assim sobre as vogaes A, O, U, como sobre E, I, Y. E porque nestas derradeiras vogaes o C fere brandamente no Portuguez; para evitar o erro que poderia haver escrevendo-se o C com ellas, se introduzio o K, character Grego, que sempre tem o som aspero sobre todas as vogaes: v.g. *Kempe*, fino; *Kitci*, area. Usa-se também o C com zevra quando se segue à consoante T. v.g. *Tçate*, cortar: mas nos mais vocábulos se usa de S, por ser mais natural o seu sibilo a esta lingua. (Mamiani 1877[1699]:2)

A utilização de critérios articulatórios ocorria principalmente quando o gramático se deparava com unidades sonoras desconhecidas, de difícil descrição, assim, a

recorrência, ainda que reduzida, aos processos articulatórios auxiliaria na transmissão didática.

Encontramos em Pedro Dias a utilização dos mesmos procedimentos. A busca de equivalências:

As syllabas, qua, que, qui, quo, quu, pronunciaõ-fe como em Portuguez, v.g. Guiria, como. E allim laõ as seguintes, ga, gue, gui, go, gu. ja, je, ji, jo, ju. ya, ye, yi, yo, yu (Dias 1697:2).

E os critérios articulatório e auditivo, este expresso pelo termo *apices*, numa metalinguagem diferente da concepção atual para tal termo (relacionado à fonética acústica):

Em lugar destas particulas Portuguezas, o, os, ao, aos, aã, às ufaõ os Ambundus [kimbundus] da vogal O, pronunciada quali guttural, & fem apices, porque nunca serve de vocativo, como no Portuguez, & Latim ... (Dias 1697:33).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com tratamento reduzido, a abordagem de aspectos sonoros das línguas registrou momentos de pertinentes percepções dos gramáticos, como o papel funcional dos tons no kimbundu, a indicação da existência de um fonema alto e central no tupi antigo e no kiriri, /i/. Mas também algumas características das línguas deixaram de ser registradas pelos jesuítas, ainda que sinalizassem importantes fenômenos nas línguas, como a não notação da oclusiva glotal do tupi antigo.

A abordagem dos aspectos sonoros da língua esteve estreitamente ligada à constituição de uma escrita, a partir de um critério em sua maioria perceptivo, fundamentado em buscas de equivalências com o latim, o português, o castelhano. A utilização do alfabeto latino para a descrição das unidades sonoras levou a algumas adaptações feitas pelos jesuítas, como a utilização de diacríticos para dar conta de diferentes realizações de unidades sonoras, ou mesmo a utilização de grafemas de pouca produtividade no português.

“PARTES DA ORAÇÃO E CASOS”

“PALAVRAS E PARTÍCULAS”

INTRODUÇÃO

A chamada gramática tradicional assenta na herança greco-latina que, ao longo dos séculos, foi sendo transmitida e adaptada a várias línguas em todo o Ocidente europeu. O edifício gramatical tem precisamente um dos seus pontos fulcrais nas chamadas “partes do discurso” (do lat. *partes orationis*), designação um tanto ambígua que dificilmente pode ser substituída dado o peso da tradição que a impôs. A teorização sobre as partes do discurso vai também fornecer as bases para a formação de uma terminologia gramatical e lingüística no Ocidente. Resumindo e simplificando um pouco, desde a Antiguidade, a teoria das partes do discurso resulta da necessidade de identificar e de classificar as palavras em função das suas relações lógicas, apontando-se implicitamente para duas noções da maior importância — a da linearidade, ou seja, a existência de um eixo sintagmático no qual “as palavras” se sucedem umas às outras e, por outro lado, a idéia de que esse eixo é passível de decomposição ou de segmentação. Relacionada com esta teoria está igualmente a noção de “proposição” (do lat. *propositio*) ou “oração” (do lat. *oratio*), como unidade superior resultante da sucessão daquelas partes. (Gonçalves 1995:117)

É o estudo da ‘palavra’ que ocupa o maior número de páginas nas artes de gramática do Brasil colonial. Ela é entendida como unidade fundamental na descrição de uma língua, formada por ‘letras’ e organizada em ‘ajuntamentos’, com outras palavras, resultando em orações. Os gramáticos-jesuítas mantêm como base de suas descrições a tradição gramatical clássica do Ocidente: a descrição das línguas concentra-se em torno das partes do discurso, então chamadas de “partes da oração” — *nome, pronome, verbo, participio, advérbio, preposição, conjunção, interjeição*.

Como afirma Swiggers (1997:9), a gramática clássica ocidental e naturalmente as gramáticas missionárias (herdeiras daquela tradição) são organizadas em torno de *categorias* (e não de processos que afetam formantes dessas categorias). Daí ser a PALAVRA a unidade fundamental, não havendo espaço para uma abordagem a partir de

unidades significativas menores, como as que chamamos de morfemas. Cristina Monzon (1995) aponta, em gramáticas missionárias mexicanas, a existência da percepção do conceito de morfema, ocorrendo com a identificação de ‘partículas’ portadoras de significado. Acredito que tal atitude descritiva também possa ser reconhecida nas gramáticas aqui analisadas, mas essa descrição ocorre a partir do ponto de vista da formação de palavras e não de análises intrínsecas de unidades menores, como as chamadas ‘partículas’.

Raras vezes os gramáticos definiram o que seriam as partes do discurso nas línguas que descreviam, no nosso *corpus* tal atitude é verificada, por exemplo, em Figueira, e suas definições para as partes do discurso são baseadas, ou mesmo sendo quase traduções, nas definições de mesmo caráter dadas por Manuel Álvares na sua gramática do latim (1572).

Substantiuum seu fixum nomen est, quod per se in oratione esse potest, ut dux imperat, miles obtemperat. (Álvares 1832[1572]:105)

Sustantiuos são os que podem estaer na oração sos por si com o verbo; vt Abâ omano; hum homem morreo. (Figueira 1621:fl.36-v)

Para a descrição e transmissão didática de aspectos morfológicos, observa-se a utilização de procedimentos como a busca de equivalências com o latim e o português, a explicação ‘passo-a-passo’ dos processos de combinação e formação das palavras. Unidades menores que estas eram chamadas de *particulas* e *artigos* (esses termos correspondem à nossa idéia de morfema, e estão relacionados a unidades que afixadas em verbos forneciam informações sobre a pessoa gramatical e em nomes indicavam idéia de posse, por exemplo), e eram abordadas do ponto de vista da formação das unidades fundamentais. É importante ressaltar que a abordagem morfológica é feita com

considerações a respeito da organização das palavras em orações, ou seja, aspectos morfológicos e sintáticos são abordados conjuntamente⁴⁴.

PARTES DA ORAÇÃO E CASOS NAS LÍNGUAS 'EXÓTICAS'

Os gramáticos-jesuítas seguiram a seguinte ordem na determinação das partes do discurso: *nome* (substantivos e adjetivos⁴⁵), *pronomes*, *verbo*, *particípio*, *preposição*, *advérbio*, *interjeição* e *conjunção*.

Anchieta não faz comentários a respeito de quais seriam as partes da oração que está descrevendo, mas o tratamento de sua gramática quanto a esse assunto está baseado na tradição gramatical greco-latina, com algumas modificações significativas, como a inclusão da classe dos advérbios nos nomes e na não descrição de classes equivalentes a conjunções e interjeições.

O tratamento de Anchieta, em relação ao que chamamos modernamente de morfologia — termo que só passa a ser utilizado no século XIX —, realiza-se com a constante relação das classes de palavras e os processos de combinação, com outras palavras e partículas, transformação (morfofonologia) e concordância/regência quando colocadas num ambiente sintático, ou seja, também uma morfossintaxe. Tal tratamento conjunto de aspectos morfológicos e sintáticos fica ainda mais evidenciado pela ausência de um capítulo autônomo dedicado à sintaxe, o que o diferencia, em relação à estrutura da arte mas não quanto às abordagens propostas, de Figueira, Mamiani e Dias. No entanto, não podemos deixar de relacionar a organização da gramática de Anchieta à opinião corrente na época de que as línguas 'exóticas', por manifestarem de forma

⁴⁴ Swiggers (1997:120) aponta que a I. Média experienciou uma importante mudança no ensino universitário da gramática, na qual as categorias morfológicas e as estruturas sintáticas são estudadas juntas, são interligadas, porque toda estrutura de sentido e de formas é interpretada como reflexo de uma realidade apreendida pelo espírito. A tradição gramatical missionária jesuítica pode ser interpretada como 'herdeira' desse ponto de vista.

⁴⁵ A inclusão de uma categoria adjetivo tem origem na Idade Média e não na gramaticografia da Antiguidade, v. Ducrot & Todorov 2001:195-198.

diversa suas relações sintáticas, teriam uma sintaxe pobre ou mesmo não a apresentariam⁴⁶. Anchieta poderia concordar com tal opinião, daí a ausência de uma parte dedicada à sintaxe.

A adoção da metalinguagem da tradição clássica facilitou não só a existência das artes de gramática como material de consulta dos missionários, como também ajudou a solidificar uma tradição gramatical até hoje em voga. Tal utilização pode ser também conferida no uso da expressão “partes da oração”, que é comum na gramaticografia da época e segue a forma latina *partes orationis*⁴⁷.

Assim, o que temos na tradição gramatical jesuítica ‘brasileira’ são artes, voltadas para a transmissão didática de aspectos essenciais das línguas, cuja ‘descrição morfológica’, de acordo com a tradição greco-latina⁴⁸, é feita com base na determinação do que seriam as palavras da língua, seus possíveis acidentes, representados por segmentos chamados de partículas, sua organização em paradigmas e o ‘ajuntamento’ em orações.

Considerando que os jesuítas partiram da idéia de palavra como unidade fundamental da arte de gramática, o que significava *palavra* para essa tradição gramatical? Por quais critérios ocorria essa definição?

Questões como essas não são fáceis de ser respondidas tendo em vista nosso *corpus*. Os gramáticos-jesuítas não trataram de conceituações ou teorizações a respeito das

⁴⁶ Cf. Padley 1985, sobre este assunto. Note-se também que seria em relação a esse tipo de tratamento que o modelo latino se mostraria ‘falho’. Mas é importante verificar que a reação não é a proposição de novos modelos de descrição, mas, sim, a afirmação de que o problema estaria com as línguas “exóticas”, que teriam, então, dada a não pertinência do modelo, uma sintaxe pobre.

⁴⁷ Sobre o estabelecimento das partes do discurso na tradição clássica ocidental, v. Swiggers 1997, capítulo I, pp. 9-68.

⁴⁸ “A teoria gramatical clássica estabeleceu a palavra como unidade operacional básica. A morfologia e a sintaxe tradicionais foram construídas sobre esse alicerce. A morfologia estudava a estrutura interna da palavra e a sintaxe a combinatória dos vocábulos em orações, desde os gregos e os latinos.” (Biderman 2001:105)

línguas chamadas de exóticas⁴⁹. Não se encontram, *de forma sistemática e extensiva*, comentários sobre procedimentos utilizados nas descrições, nem mesmo considerações mais de cunho especulativo sobre características das línguas que estavam sendo descritas. Porém, encontrar respostas para tais indagações deve ser, na medida do possível, tarefa do historiógrafo da lingüística.

O conceito de PALAVRA que os gramáticos-jesuítas tinham em mente é derivado daquele presente na tradição greco-latina ocidental (Dionísio da Trácia, Apolônio Díscolo, Varrão, Donato, Prisciano, Quintiliano). Buscar esse conceito em tal tradição nos levaria a um estudo a respeito da gramaticografia greco-latina, assim como sua alteração ou manutenção durante a Idade Média, o que ultrapassaria as fronteiras propostas para este trabalho. Mas é possível que algumas idéias a respeito do conceito sejam estabelecidas.

A partir de um procedimento de descrição que decompunha uma cadeia linear em unidades menores, é possível vislumbrar alguns conceitos para PALAVRA. Seria ela um signo, cuja significação é estabelecida em contexto (por isso unidades menores, como 'letras', não seriam estudadas detalhadamente), formada por unidades menores, e capaz de se "juntar" com outras palavras formando, então, uma cadeia lingüística (Auroux 1992:102). Importante lembrar que PALAVRA é a unidade fundamental da gramática exatamente porque esta se estrutura em torno das partes do discurso, gerando a idéia, como ressalta Auroux, de que a decomposição da linguagem só poderia ocorrer exatamente pela palavra.

⁴⁹ Essa atitude perante as línguas não diferia da posição tomada pelos jesuítas diante dos nativos, e mesmo dos escravos negros posteriormente. Os jesuítas conheciam os hábitos e costumes indígenas, mas com o intuito de melhorar a conquista e o processo de catequese. Como ocorreu com as línguas, o conhecimento do 'diferente' se deu exclusivamente pelo aspecto utilitário, instrumental. Assim, a atitude de conhecimento da língua para instrumentalizar, e não propor uma reflexão, dos missionários está de acordo com a visão dos jesuítas em outras esferas da convivência com os indígenas e escravos. Ronald Raminelli aponta esse aspecto em *Imagens da Colonização*, 1996.

Ou seja, é a PALAVRA (e será até o final do século XVIII) a menor unidade lingüística portadora de significado. A utilização desse modelo de descrição pode ter dificultado, por exemplo, a percepção de línguas em que partículas teriam significados intrínsecos e deveriam ser consideradas como unidades mínimas de significado. Nessa mesma cadeia de decomposição e “ajuntamentos”, a oração, outro conceito dominante, é composta de proposições, que são compostas de palavras, que uma vez decompostas expõem unidades não-significativas – sílabas e letras.

A definição de palavra permanece, aliás, geralmente implícita. É que a partição do enunciado em palavras parece desfrutar de uma espécie de evidência, que dispensa toda determinação explícita. Esta partição se apóia, com efeito, não apenas numa tradição gráfica solidamente estabelecida durante a Renascença, mas em fenômenos de pronúncia incontestáveis: a palavra é a unidade de acentuação [...]; além do mais, certas modificações só se produzem nas fronteiras da palavra [...].

Foi o advento da Linguística Comparativa que impôs uma dissociação da palavra em unidades significativas mais elementares. Com efeito, a comparação de duas línguas diferentes com o fito de estabelecer seu parentesco não pode efetuar-se de palavra para palavra, mas de parte de palavra para parte de palavra. (Ducrot & Todorov 2001:191-2)

A palavra era descrita, morfológicamente, em termos da existência, ou não, de alterações nas formas e também pelo acréscimo, ou não, de segmentos (partículas, artigos)

Nesta lingua todos os adjectivos tem hũa fórma só, porque não tem variedades de generos, nem casos, como a lingua Latina, mas sómente concordaõ com os sustantivos no numero, como já fica dito nos nominativos. v.g. Mutu ùaoâba, pessoa boa. Atu aoâba, pessoas boas. (Dias 1697:35)

a partir de seu significado (critérios semânticos)

[Sobre a posposição *çocê*] Esta significa, lugar, & excessõ, vt, *Itaçocê*, lapidem super, vel plusquam lapis ... (Anchieta 1990[1595]:108)

e também tendo em vista as relações que estabeleciam nos “ajuntamentos”, ou seja, nas estruturas sintáticas

Os Adverbios desta lingua se dividem em quatro classes. A primeira he dos Adverbios, que se costumão pôr no principio da oração. A segunda he dos Adverbios, que se usam no fim dos Nomes, & verbos, com os quaes fazem composição. A terceira he dos Adverbios, que se costumão pôr depois de alguma palavra da oração. A quarta he dos Adverbios indifferentes. (Mamiani 1877[1699]:87).

CrITÉRIOS funcionais também estão presentes na abordagem das partes da ora o, tendo em vista a transferência da no o de categorias gramaticais latinas para a abordagem das unidades gramaticais das línguas descritas pelos jesuítas, levando em conta a fun o que as palavras exerciam em estruturas sint ticas (Hernández Sacristán 1997:43-58).

Com base nas idéias de Hernández Sacristán, queremos dizer que os gramáticos-missionários partiram, em suas descri es, de aspectos morfológicos e sint ticos de categorias gramaticais latinas para abordar unidades das línguas chamadas de exóticas; unidades morfológicas que apresentavam fun es semelhantes  s das categorias latinas. Dessa maneira, a utiliza o de categorias latinas passava a ser uma estratégia de descri o e de transmissão didática, permitindo o tratamento das unidades gramaticais pelas fun es que elas exerciam.

... un uso de los conceptos metalingu sticos desde la  ptica de un saber natural y no profesionalizado, como sería el de los gramáticos misioneros, adoptará como instrumental descriptivo de partida las categorías y no las funciones. Ahora bien, debe quedar claro que las categorías son usadas como significantes de un signo metalingu stico donde el significado es propiamente una función. Esta es, desde nuestro punto de vista, la manera más correcta de entender la aplicación por parte del misionero de los conceptos categoriales de la gramática latina a la descripción de las lenguas indígenas. (Hernández Sacristán 1997:53)

Casos

Os gramáticos-jesuítas reconheceram, como veremos adiante, que o tupi antigo, o kiriri e o kimbundu n o apresentavam declina es indicadoras de caso, tal como no latim e no grego. No entanto, os casos latinos, sua nomenclatura, s o extensivamente utilizados para a explica o da *fun o* que as partes da ora o das línguas exerciam. A partir dos casos latinos, seriam abordadas, num procedimento que privilegiava, sem dúvida, a transmissão didática, as fun es das categorias gramaticais próprias das

línguas faladas no Brasil colonial. O tratamento das ‘preposições’⁵⁰ era fundamental nessa perspectiva, uma vez que seriam elas, segundo os gramáticos, as unidades responsáveis, em algumas construções, pelo estabelecimento de equivalências com os casos latinos.

Pode-se dizer que a manutenção de casos latinos para explicação das funções de unidades gramaticais de uma língua (mesmo que esta não apresentasse casos e declinações tais como no grego e no latim), na tradição de gramáticas missionárias dos séculos XVI e XVII, encontrará um eco (ainda que sejam de tradições diferentes que não se cruzam) e talvez definitiva afirmação na *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal (1660): “Verdade é que, entre todas as línguas, talvez apenas o grego e o latim tenham de fato casos nos nomes⁵¹. Havendo, contudo, algumas línguas que têm alguns tipos de casos nos pronomes, sem os quais não se entenderia bem a ligação do discurso, o que se denomina *construção*, é quase indispensável, para aprender qualquer língua, saber o que se entende por esses “casos”; é por isso que os explicaremos um depois do outro do modo mais claro que nos for possível” (Arnauld & Lancelot 1992[1660]:43).

Figueira, por exemplo, descreve a maneira pela qual cada caso se expressaria em tupi antigo⁵². Ele indica, por critérios funcionais, baseados na co-ocorrência de itens lexicais numa estrutura sintática, como as unidades da língua indígena se assemelhariam, em termos funcionais, aos casos latinos.

⁵⁰ Nenhum dos gramáticos aqui analisados abandonaram a metalinguagem latina para a classificação de segmentos pospostos a outros nas línguas que descreviam. Mesmo reconhecendo que segmentos que estavam sendo descritos eram pospostos, eles continuaram com a utilização do termo *preposição*. Na tradição da gramática missionária, Montoya destaca-se, ao chamar as posposições guaranis de *posposições*, abandonando o termo corrente baseado na gramática latina. Pedro Dias também adota o termo *preposição*, mesmo em momentos em que quis se referir, na verdade, ao que chamamos de prefixos.

⁵¹ Há, de fato, outras línguas, além das citadas, que apresentam casos e declinações.

⁵² O tupi antigo, segundo Rodrigues (1997:381) apresentava, de fato, casos, como os locativos pontual e difuso e o caso predicativo. Anchieta aponta em sua gramática (p.37, edição fac-similar de 1990) a existência de um caso vocativo.

Se Figueira reconhece ausência de marcas formais para indicar casos, baseado no sistema greco-latino, ele descreve o que poderia ser a manifestação desses casos no tupi antigo (cf. Navarro 1995:369), como também faz Mamiani para o kiriri, como veremos adiante.

Os nomes nesta lingua, cõmummente, não tem distincão de numeros, singular, & plural; nem tambem de casos; mas a mesma voz serue de ambos os numeros, & em todos os casos. v.g. Oca, casa, ou casas: Apyaba, homẽ, ou homẽs.

E os casos se conhecem por algũas preposições, ou modos de collocar os nomes entre si; ou tambem com os verbos.

(Figueira 1621:fl.2-v)

Os “casos dos nomes” em Figueira são explicados a partir da descrição da ordem de colocação dos termos em sintagmas ou pela indicação das unidades responsáveis pela transmissão da idéia desejada, as ‘preposições’.

- nominativo: *“qualquer nome sustantivo posto sò, ou com o adjectiuo, seure de nominatiuo ao verbo”* (fl.3-v);
- genitivo: *“qualquer nome sustantiuo posto com outro tambem sustantiuo, se estiver no primeiro lugar, fica sendo genitiuo”* (fl.4)
- dativo: *“para pormos o nome em datiuo ajuntamoslhe a preposiçõ [posposiçõ, de fato]”* (fls. 4, 4-v)
- acusativo: expresso por *“varios modos”*, os quais são descritos por meio da explicação da formação dos segmentos indicadores do “caso” e da exemplificação das ‘preposições’ que *“pediam acusativo”* (fls.4-v, 5, 5-v);
- vocativo: expresso por alterações morfofonológicas, perda de segmento vocálico final ou acréscimo de partículas. Observe-se que a descrição faz uso do método comparativo: *“Todos os mais vocativos, & estes tâbem se denotã com esta particula Gui, s. [ou]; Gue, que he o mesmo, que O [Oh!] no Portugues”* (fls. 5-v, 6));
- ablativo: indicado pelo uso de ‘preposições’ (fl.6).

Mamiani descreveu casos do kiriri, dizendo que estes poderiam ser reconhecidos pela sua colocação na oração, nominativo e genitivo, ou pelo uso de ‘preposições’, os outros casos: “*porque nesta lingua não ha caso algum sem preposição fóra do Nominativo, & genitivo...*” (p. 6).

Mamiani percebe que não é possível falar de declinações indicadoras de casos, como no latim, mas os reconhece pelo sentido e função que as unidades kiriris estabelecem na construção sintática, um critério semântico-funcional. Mamiani afirma serem as preposições e a ordem de colocação dos termos na frase indicadores dos casos.

É preciso que se trate com atenção desse aspecto comum às gramáticas de línguas ‘exóticas’. Se morfologicamente não havia uma aproximação possível com a formação dos casos em latim, semântica e funcionalmente seria possível a transferência. Por exemplo, o nominativo indica a função de sujeito. Ora, essa idéia de sujeito é presente no latim e também nas línguas ‘exóticas’⁵³, então, seria natural que o gramático operasse uma transferência da metalinguagem, falando de casos, ainda mais quando lembramos que o critério mais utilizado na transmissão didática era a busca de equivalências. O jesuíta que aprendia o kiriri, por exemplo, conhecia o latim. Sendo assim, uma aproximação com a língua clássica tornaria o aprendizado mais fácil e rápido, pelo menos por hipótese.

Mamiani aponta a presença de casos nos nomes, mas diz que esta classe de palavras não sofre mudanças nas terminações para indicar os casos. Ou seja, o kiriri não apresentava declinações, “*porque os nomes servem com a mesma voz [realização sonora] a todos os casos*”. No entanto, o missionário propõe, baseado no sistema pronominal kiriri, que, assim como o tupi antigo, apresentava morfemas de pessoas

⁵³ Na lingüística contemporânea, há estudos, como os da teoria gerativista, que propõe a existência de casos em todas as línguas, que, nesse caso, poderiam ou não se manifestar superficialmente (cf. Chomsky 1972:57). De uma maneira muito geral, é isso que se pode reconhecer nas gramáticas missionárias, ainda que não de forma intencional.

prefixados a determinados verbos, uma divisão dos nomes em declinações. Tal atitude revela uma adoção e adaptação da metalinguagem, com o claro objetivo de facilitar a transmissão didática. Observemos suas justificativas.

A diversidade destes artigos [prefixos] he o fundamento de dividirmos os nomes, & verbos em diversas Declinações: & porque os mesmos artigos servem assim aos nomes, como aos verbos, a mesma divisão serve de regra commū a huns, & a outros.

Chamo Declinações, não porque sejam declinações dos casos nos nomes, ou de tempos, & modos nos verbos, mas porque são quasi declinações dos pronomes, ou possessivos, ou substantivos, compostos com os mesmos nomes, & verbos pelas tres pessoas em ambos os numeros, singular, & plural: & pela mesma razão, & por ser regra geral que abraça tâbem os verbos, se poem juntas as declinações dos nomes com as dos verbos. (Mamiani 1877[1699]:10)

Assim, as “declinações” nominais são divididas em cinco tipos, determinadas a partir da terminação dos nomes (1ª. declinação, nomes em I — por exemplo) e também por listas de nomes divididos em suas devidas declinações. As “preposições” também passam por uma divisão nesse esquema. A diversidade de nomes das 1ª. e 2ª. declinações torna difícil precisar o critério da divisão. A 3ª. apresenta um número reduzido de elementos, em sua maioria ‘partes do corpo humano’, como unha, barba, juntas do corpo. A 4ª. é constituída dos “*nomes derivados dos verbos passivos, & os derivados dos verbos neutros da quarta declinação, & mais estes dous nomes, Cò, fogagem, & Dimy, nodoa*”. Já a 5ª. declinação apresenta os nomes começados com *V* e outros de variada caracterização semântica.

A cada exposição das declinações segue uma *advertência*, como a que citamos a seguir:

Advertencia. O A, que se ajunta no plural no fim, ás vezes se deixa no plural inclusivo, & se diz *Cupadzù* [nosso pai, vosso pai] tambem. E a mesma advertencia serve tambem para as outras Declinações. (Mamiani 1877[1699]:13)

Batista Caetano, na introdução à 2ª. edição da gramática de Mamiani, 1877, afirma criticamente sobre esse esquema de “declinações”:

O padre Mamiani apresenta o que elle chama 5 declinações do pronome, mas com um pouco de attenção vê-se que ellas todas se reduzem a uma só, e que as outras variantes são devidas: ou a simples exigencias phoneticas, ou á má analyse, em que se separam sons integrantes dos vocabulos attributivos, e se ajunctam ao pronome. Para se convencer disto basta examinar-se a fórma em que ficam esses pronomes, quando em vez de se addirem a nomes, prepõem-se aos verbos para conjuga-los (Caetano 1877:XXXVI)

*Partes da oração*⁵⁴

CLASSES NOMINAIS

A classe nominal das línguas descritas nas artes ‘brasileiras’ era dividida, com exceção de Figueira, em substantivo (S) e adjetivo (A) — este também dividido em comparativo e superlativo. A divisão em S e A era definida por critérios sintagmáticos, em que o S poderia figurar apenas com o verbo (V) numa oração, e o A sempre deveria estar acompanhado de S.

Os nomes substantiuos fe compoem, com adiectiuos, præcedendo sempre os substantiuos, & fetem accento na vltima ficção inteiros, vt *mbaécátú*, *mbaé aíba*, *nhungatú*, *nhúaiba*. (Anchieta 1990[1595]:38)

Os Nomes se dividem em Substantivos, & Adjectivos, & dos Adjectivos se dirivão os Comparativos, & Superlativos ... (Mamiani 1877[1699]:50)

Quando se compoem o substantivo com o adjectivo, sempre precede o substantivo: v.g. Homem alto, *Eræchi*, composto de *Eræ*, homem, & *chi*, comprido. (*id.*:52)

Já Figueira divide os nomes em S, A, absolutos (substantivos primitivos) e verbais (substantivos derivados de verbos), possessivos (pronomes), relativos (prefixos relacionais), comparativos e superlativos. A atitude do gramático, ao incluir possessivos e relativos no tratamento dos nomes, relaciona-se com a adoção de mesma estratégia descritiva aplicada por Manuel Álvares, em sua gramática do latim (1572). Observa-se, também, a adoção do critério funcional sintagmático para determinar o que seria S e o que seria o A no tupi antigo.

⁵⁴ “A teoria clássica ocidental das oito partes do discurso foi já exposta na *Tekmê* de Dionísio de Trácia. [...] É ela, revista pelos gramáticos latinos, que vai servir para todo o empreendimento de gramaticalização, constituindo progressivamente [...] [a] *gramática latina extensa*.” (Auroux 1992:104)

Sufantiuos são os que podem estar na oração sem per si com o verbo; vt Abã omano; hum homem morreo.
Adiectiuos são os que não podem estar na oração sem sufantiuos, clara, ou ocultamente: vt Tinga, coufa braca. (Figueira 1621:fl.36-v)

Pedro Dias apresenta a distinção entre S e A a partir de critérios morfológicos e sintagmáticos, evidenciando o caráter de dupla abordagem nas gramáticas missionárias.

Nesta lingua todos os adjectivos tem hũa forma só, porque não tem variedades de generos, nem cafos, como a lingua Latina, mas fõmente concordaõ com os substantivos no numero, como já fica dito nos nominativos (Dias 1697:35-6)

Anchieta propõe a classe nominal como formada de S e A, também a partir de critérios sintagmáticos, indicando que os S se compõem com A, e descreve os processos de composição nominal, os numerais e as expressões de número ordinal (Rodrigues 1997:381-2).

O tratamento da composição nominal que transmite a idéia de adjetivação foi corretamente efetuado por Anchieta, tendo em vista as características do tupi antigo. O missionário, em vez de ‘forçar’ a procura de uma categoria como a do adjetivo, de acordo com os sistemas latino e português, descreveu o processo de composição nominal. A descrição desse processo é feita pela estratégia que explicita os procedimentos necessários para a obtenção da forma que era dada como exemplo.

Como en esta lengua la adjetivación de los nombres es hecha únicamente por composición, el primer caso de composición que presenta Anchieta es de sustantivos con adjetivos (túβ-eté ‘padre verdadero’, tú-katú ‘padre bueno’, etc.); a éste le siguen tres casos de composición de sustantivo con sustantivo, los cuales distingue él como sendo (a) de aposición (jawá-wirá ‘perro pájaro’, (b) de genitivo de materia (itá-u?úβa ‘flecha de hierro’) y (c) de genitivo posesivo (jawár-oβá ‘cara de perro’, mén-úβa ‘padre del marido, suegro’). (Rodrigues 1997:382)

As descrições morfossintáticas de Anchieta davam especial atenção, como não podia deixar de ser, à posição que as *palavras* ocupavam na oração. Assim, os numerais são descritos tendo em vista a posição que ocupam no sintagma (eles poderiam ser pospostos ou antepostos aos substantivos).

Os numerais não chegam mais, que até número de quatro, & estes comumente se prepoem ao substantivo, vt.

1. Oiepê
 2. Mocóy abâ, hme, homes
 3. Moçapîr
 4. Oyoirudic
- (Anchieta 1990[1595]:40)

Figueira explora uma possibilidade de transmissão da ideia de quantidade maior do que quatro.

... Ambò, cinco: s. [ou] hũa mão que tem cinco dedos. Opacombò; dez. s. ambas as mãos.
Xepoxepyg, meus pés, & mãos: que são vinte [...] Na; mostrando os dedos, Tantos ... (Figueira 1621:fl.3)

No tratamento do nome (substantivos, composições com valor de adjetivo, numerais), Anchieta inclui, diferenciando-se dos gramáticos de sua época e também dos modelos das gramáticas clássicas latinas, a descrição dos advérbios, indicando que os nomes podem servir de advérbios, reconhecidos pela construção sintática. Por exemplo, o nome *catú* significa bom ou bem; se estivesse posposto ao substantivo, representaria o advérbio “bem”: *Aicócatú*, “vivo bem” (Navarro 1995:273). Segundo Navarro (*id.ib.*) essa descrição de Anchieta leva em consideração não aspectos semânticos, mas, sim, formais, o que permitiu ao gramático colocar na mesma parte descritiva nomes e advérbios.

O procedimento utilizado na descrição das composições nominais e nos numerais segue, como já adiantamos, a explicação dos processos de formação dos segmentos, sem teorizações. Anchieta descreve os elementos que podem participar da composição, explica se ocorrem mudanças de caráter morfofonológico, fornece exemplos (recorrendo a traduções em português e latim) e indica casos de exceção, quando importantes, se não, o uso, como diz o gramático, se encarregará de ensinar os missionários: “*Outras maneiras ha tambem dos verbaes em, abá, mas fique para o uso*” (Anchieta 1990[1595]:42, grifo meu).

Outro recurso utilizado não só por Anchieta, mas também por Dias, Figueira e Mamiani, é o uso de traduções dos vocábulos tupis para o latim e o português, realizando uma espécie de gramática contrastiva, com vistas ao ensino de outro idioma. Tal método se caracterizará, por muito tempo, como um dos mais produtivos no âmbito do ensino de línguas estrangeiras, estabelecendo o uso de paradigmas⁵⁵.

Já o uso de termos e expressões do latim pode ser caracterizado, também, como apoio para a compreensão do missionário que aprendia o tupi antigo, o kiriri e o kimbundu.

Permeando esses procedimentos de descrição, o uso da busca de equivalências, implícita ou explicitamente, é dominante.

Os nomes não tem casos nẽ numeros distintos salvo vocativo, com esta diferença, a saber, q os que tem accento na vltima, nada mudãõ, vt abá, em todos os casos. (Anchieta 1990[1595]:37)

Gonzalez-Luis (1992:109) pontua que essa busca de equivalências pode ser apontada como uma espécie de embrião do que viria a ser, séculos depois, a gramática comparada.

Se trata, no cabe duda, del inicio igualmente del método contrastivo y comparativo, motivado, tal vez en el caso de Anchieta, por la ya aludida técnica pedagógica o estrategia didáctica, pero comienzo al fin y al cabo de un método que tan buenos resultados va a cosechar en la lingüística posterior.

Mamiani inicia sua morfologia com a parte chamada “*Dos generos, numeros, & casos dos Nomes*”.

A afirmação de que o kiriri não tem gênero nem número é feita a partir de uma ‘comparação’ implícita com outros sistemas lingüísticos que marcavam com sufixos as distinções de gênero e de número.

⁵⁵ “Os paradigmas completos – sob forma tabular – não figuravam no *corpus* dos gramáticos greco-latinos clássicos, estando seu aparecimento ligado à pedagogia das línguas [...]. [Os paradigmas] servirão igualmente para aprender contrastivamente a realidade de uma língua (colocação em correspondência dos paradigmas de duas línguas, uma delas sendo frequentemente o latim).” (Auroux 1992:66)

Os nomes nesta lingua não tem propriamente distinção de generos, ou numeros, ou casos, mas o mesmo nome sem mudança serve de ordinario ao genero masculino, & feminino, ao numero singular, & plural, & em todos os casos: v.g. este nome *Cradzò*, significa Vacca, & Boy, masculino, & feminino, & sem variação serve ao singular, & plural, & do mesmo modo serve a todos os casos. *Bihè cradzò*, hua vacca, ou boy no singular. *Buyò cradzò*, muitas vaccas no plural... Os numeros porém se distinguem, & entendem ou por algumas particulas, que significão multidão, ou pelos adjectivos numeræes, ou pelo sentido, & modo de fallar. (Mamiani 1877[1699]:5)

Pedro Dias também identificou a ausência de casos e declinações, de acordo com a gramática clássica, no kimbundu.

Não tem esta lingua declinações, nem casos; mas tem singular, & plural, v.g. Nzambi, Deos. Gizambi, Deofes. Regras para saber o plural pelo singular, & para adjectivar o sustantivo com o adjectivo no singular, & plural. Todos os nomes, que no singular começarem pelas syllabas, ou letras abaxo [Ca, Que, E, Y, Gi, U, Co, Cu, La, Le], começaraõ no plural em Ma, & seu adjectivo no singular começará em Ri, & no plural em A, v.g. Nbata rinène, cafa grande. Mabata anène, cafas grandes. (Dias 1697:4)

Dias trata de uma série de nomes, indicando suas letras e *syllabas* iniciais, para indicar as correspondentes mudanças de prefixo, esclarecendo as alterações morfofonológicas. Tal atitude descritiva é extensamente adotada em sua gramática, que procura descrever as partículas [prefixos] que indicavam as relações gramaticais que eram estabelecidas na oração. O gramático do kimbundu é o primeiro a reconhecer um sistema que determinava, a partir da presença de partículas (prefixos), às vezes também chamadas de ‘preposições’, uma divisão dos nomes na língua em classes, o que a lingüística muito tempo depois chamará de *classes nominais*. Essa característica do kimbundu está presente na gramática de Dias, que faz uma descrição dos usos dessas partículas, assim como indica as devidas ‘trocas’ quando se quer usar do singular ou do plural. Essas classes nominais do kimbundu caracterizam-se como um sistema determinado pelos nomes na língua (substantivos), divididos em classes de valor semântico. Cada classe recebe prefixos próprios para o singular e plural. Numa estrutura sintática, todas as palavras que estiverem relacionadas a determinado nome recebem o

prefixo da classe a qual pertence esse nome. No trecho abaixo, um exemplo do registro de Dias.

Exceção da letra F, fazer no plural em Ma; os adjectivos começam no singular em I, no plural em A. v.g. Fuma, noticia, Mafuma, noticias. (Dias 1697:6)

Merece comentário, também, a percepção e o registro, por parte de Anchieta, da característica temporal que os nomes em tupi antigo expressavam. Fato gramatical diverso, em relação às línguas ‘modelares’. Anchieta afirma que os nomes teriam pretérito e futuro, indicando as partículas que seriam as responsáveis pela expressão do tempo nos nomes (*ôera* ou *uèra*, para o pretérito; *âma* para o futuro).

PRONOMES

Em Anchieta, o capítulo V trata dos pronomes pessoais, relativos e recíprocos.

Anchieta não fala de pronomes *pessoais*, nem de pronomes *possessivos*, nem de *demonstrativos*. Ele diz, sim, que o pronome pode ser “sive substantivo sive adiectivo ut xejucá, a mi matão. orê, yandê, ndê, pè, jucâ, xejára, meus dominus” (fol.12b).

Para Anchieta, os pronomes *substantivos* são os que nós chamamos de pessoais e os *adjetivos* são os nossos possessivos de 1ª e 2ª pessoas. (Navarro 1995:278)

Os pronomes pessoais são descritos a partir de uma divisão em nominativo, dativo, acusativo e vocativo (estes últimos para as formas de plural de 2ª. pessoa) e são acompanhados da tradução em latim.

Os pronomes tem alguns casos, vt Ego.

| | | |
|----------------------------|------------------------------------|------|
| Nominativo | yxê, xé. | Ego |
| Dativo | yxêbe.. yxêbo xêbe. xêbo. | Mihi |
| | | |
| Nominativo | Peê, vel Pè, | vos. |
| Datiuo | Peeme, vel Peémo. | |
| Accusativo | Opô, vel, pé. | |
| Vocatiuo | Peê, vel pè. | |
| (Anchieta 1990[1595]:42-3) | | |

Assim, Anchieta menciona somente os casos nominativo e dativo. Ele considera *caso* somente os morfemas de flexões e não uma locução em que um dos elementos é uma preposição, ou melhor, uma *posposição*. (Navarro 1995:281)

Sobre este tipo de tratamento do pronome, acrescentamos as palavras de Rodrigues (1997:382).

Como los pronombres personales, en contraste con los nombres, tienen una forma dativa, los presenta distinguiendo el nominativo y el dativo. Da dos formas de dativo para cada pronombre, una con el sufijo -be, la otra con el sufijo -bo, sin decir como se relacionan. Se trata posiblemente de una distinción dialectal. Para la segunda persona del plural Anchieta acrecienta acusativo y vocativo; podría haberlo hecho, por analogía, también para la segunda del singular, pero no lo hizo.

Em relação aos pronomes, Anchieta, Figueira e Mamiani descreveram um importante aspecto do tupi antigo e do kiriri: os pronomes inclusivo e exclusivo.

Orê, yandê, são também adiectivos, noster, a, um, differem nisto, assaber que Orê, exclue a segunda pessoa cõ q falamos da quelle acto, de q se trata, vt orê oroçô, nos imos, & tu não, orêmbaê, nossas cousas & não tuas, porem, yandê, inclue a segunda pessoa vt ya ndêyaçô, nos imos, & tu também yandêmbaê, nossas cousas, & tuas também. (Anchieta 1990[1595]:45)

... Plur. Yande Nos com voico juntamente. Ore, Nos fem vos. (Figueira 1621:fl.46)

Advirta-se que o plural exclusivo se usa, quando dizendo Nós, excluimos a pessoa com quem fallamos: v.g. *Pacri cradzô hinhadé*, matamos hũa vacca eu, & outro sem vós. O inclusivo se usa, quando se inclue a pessoa com quem fallamos: v.g. *Do pâ cunà*, matemos ambos, eu & vós. (Mamiani 1877[1699]:7)

Diz Anchieta sobre os pronomes relativo e recíproco⁵⁶:

C com zevra, & j. são pronomes relativos em todos os caso e numeros, significão is, ea, id. (Anchieta 1990[1595]:45)

Os pronomes recíprocos (equivalentes aos latinos *Suus, sua, suum, se, sibi*) têm o mesmo tipo de descrição, ou seja, a que tem como estratégia descritiva a explicação da

⁵⁶ “Observamos, alhures, que Anchieta considera *pronomes relativos* os pronomes pessoais de 3ª. pessoa das hodiernas gramáticas (como *ele, ela*, por exemplo). Isso é fato consueto nas gramáticas latinas da Idade Média e do Renascimento, que davam conta, com efeito, da bipolaridade do discurso e não falavam de uma ‘terceira’ pessoa. As mudanças nessa sistemática de classificação são bem posteriores.” (Navarro 1995:282)

construção das formas, a partir da presença de certos prefixos e de mudanças morfofonológicas.

Os paradigmas pronominais são expostos com a devida tradução da forma tupi para o latim. Rodrigues (1997:384-5) aponta que Anchieta fornece um primeiro paradigma (do tipo vocábulo tupinambá³⁷ → tradução latina: *Cetê, euis, eorum, vel, earum corpus*”, Anchieta 1990[1595]:46), chamado de “*absoluto*”. A partir dessas primeiras formas, Anchieta apresenta as variantes ocasionadas pela seleção de alomorfes dos prefixos apontados.

Tal presentación se extiende por ocho páginas (12v-16) e incluye diversas informaciones importantes, como la de que los nombres de animales no pueden depender de un poseedor [...] o la de que la forma ‘absoluta’ [...] se refiere a seres humanos... (Rodrigues 1997:382).

Dias recorre à gramática latina para indicar a descrição dos pronomes pessoais, “*Dos Pronomes Primitivos Ego, &c.*”. O gramático destaca que o kimbundu não apresentava declinações nem casos, como os pronomes latinos, e serviam de nominativo e vocativo. Sua descrição recorre a critérios morfológicos e sintáticos, com a utilização da busca de equivalências.

Ainda no tratamento da classe pronominal, observamos como a gramática de Dias não se preocupou em fornecer as definições das classes gramaticais, como fez, por exemplo, Figueira ao afirmar que: “Pronome hé aquelle, que fe põe em lugar de nome de qualquer coufa” (fl.46).

A metalinguagem bastaria para que o missionário aprendiz do kimbundu entendesse do que se falava. O que Dias registrava era a expressão da classe na língua africana, com a explicação do processo de formação pelo auxílio de dois ou três exemplos.

Pronomes Relativos

Estes pronomes são as particulas referidas antepostas à letra O, v.g. ũò, Yò, Quiò, Riò, Cao, Cuò, Luò, tuò. Plur. Ao, Yò, Giò, Tuò; haòde fer porém sempre collocadas depois do nome relato; &

³⁷ Tupinambá é a denominação largamente adotada por Aryon Rodrigues, e equivale ao termo tupi antigo, língua brasílica.

perderão a letra O quando estiverem por nominativo, & adjectivadas com a terceira pessoa de qualquer verbo [que também serviam de adjetivos]. (Dias 1697:9)

Adiantamos, na seção sobre a classe nominal, que a descrição dos pronomes era importante no kiriri, sendo que Mamiani os considerava como a base para determinar um suposto esquema de declinação.

VERBOS

Os gramáticos-jesuítas dedicaram grande número de páginas para o estudo dos verbos. Nessas descrições podemos apontar o momento em que os jesuítas foram mais latinizantes, ou seja, estão nessas partes as descrições que mais se basearam no modelo de descrição fornecido pela gramática latina. Há o uso da metalinguagem latina, na descrição de tempos e modos, também descritos de acordo com a tradição gramatical clássica: *indicativo, imperativo, optativo, conjuntivo* [subjuntivo], *infinitivo, gerúndios, supinos, participios e nomes verbais*. As formas das línguas ‘exóticas’ são traduzidas ora em português, ora em latim. É importante que se tenha em mente o fato de que a descrição da classe verbal, das conjugações e, principalmente, dos tempos e modos verbais foi feita tendo em vista a descrição dos verbos na tradição gramatical latina, uma vez que os tempos que ocorriam no latim foram transpostos para o tupi antigo, o kiriri e o kimbundu, mesmo sem a consideração explícita de que estas línguas poderiam ter um universo temporal, no estabelecimento de sua gramática, muito diverso da temporalidade do latim ou mesmo do português.

A estrutura de advertências, que seguiam a exposição dos paradigmas, é que nuançaria a adoção do modelo latino e indicaria particularidades da língua. Mas vale ressaltar que Figueira, distanciando-se de Anchieta, aponta uma nova metalinguagem propondo um modo “mandativo” em lugar do termo “permissivo” de Anchieta, na referência a um futuro imperativo.

Figueira apresenta definição para os tipos de verbos, a partir de critérios morfológicos, assim como fizera para os nomes. Podemos ver que, diferentemente de Anchieta, ele parecia não considerar apenas o uso da metalinguagem de origem latina como adequado para a transmissão das definições gramaticais.

Os [verbos] neutros não podem cafo algum faluo por virtude de algũa preposição, como Aquer, dormir, Aguapyc, estar allentado. (Figueira 1621:fl.46-v)

De duas maneiras podemos chamar aos verbos irregulares; s. ou porque se não vsaõ mais q em alguns tempos, numeros, ou pessoas; & estes melhor se chamão Defectiuos, porque tem faltas nas tais cousas: mas nos tempos, que tem, guardaõ a ordem das conjugações gerias. Outros saõ propriamente irregulares, porque tendo tudo, o que os outros tem, não fazem suas formações da mesma maneira. (*id.*:fl.28-v)

Mamiani divide, assim como fez para a classe nominal, os verbos em cinco declinações, mesmo reconhecendo a ausência de declinações verbais na língua. Como diz o missionário, a divisão é feita com base nas “*particulas*” formadoras dos pronomes pessoais e possessivos, as “*quasi declinações*”. A força do enquadramento no paradigma latino é visível nos procedimentos de Mamiani, que privilegiavam, sem dúvida, a busca de equivalências.

As Conjugações dos Verbos nesta lingua não se pódem distinguir pela diversidade que tenham huns dos outros nos mesmos modos, & tempos; porque todos os verbos quantos ha, se conjugão por hum estilo, & com a mesma terminação em cada hum dos modos, & tempos; & quem souber conjugar hum verbo, saberá conjugar a todos do mesmo modo. A diversidade que tem huns dos outros, consiste nas tres pessoas, que se fôrão com os artigos compostos com os mesmos verbos, & correspõdem a Ego, Tu, Ille, [...]. De maneira que todos os verbos são de hũa conjugação, & se dividem em cinco Declinações pelos artigos dos pronomes, que são varios conforme a diversidade dos Verbos ... (Mamiani 1877[1699]:26)

Na parte “*Da Divisão, & conjugação dos verbos*”, o procedimento de análise é baseado na tradição latina e todos os esforços são válidos para ‘adaptar’ o kiriri ao paradigma verbal latino. Percebe-se a transferência da metalinguagem como o elemento capaz de aproximar os sistemas lingüísticos e de facilitar a aprendizagem de outros jesuítas.

Rodrigues (1993:87) aponta que é atribuída a Mamiani uma das primeiras percepções a respeito da ausência de “*verbos ativos*” no kiriri. Esses verbos ativos seriam equivalentes aos transitivos diretos. Mamiani reconhece a existência de “*verbos neutros*”, os intransitivos, e de “*verbos passivos*”.

O esquema de apresentação dos cinco tipos de “declinação” verbal segue o paradigma proposto para as “declinações” nominais. É apresentado um modelo de conjugação do tempo presente do modo indicativo, segue uma lista de verbos pertencentes a cada declinação e, quando necessário, o gramático escreve uma advertência.

Na seção chamada “*Da Conjugação gèral de todos os Verbos*”, Mamiani trata das regras de formação dos tempos e dos modos verbais. Os tempos e modos são formados pelo acréscimo de “*particulas*” ou pela presença de advérbios. Mamiani não explica a temporalidade e aspectos expressos pelos tempos e modos, isso fica subentendido pela comparação com as formas do latim ou com o uso da metalinguagem de origem clássica.

Essa transferência, se facilitou o processo de ensino/aprendizagem, não ajudou muito uma descrição do kiriri, ou de outras línguas ‘exóticas’, que levasse em conta um outro modo de temporalidade acerca do mundo, expresso de maneira diversa por uma ordem própria do sistema verbal da língua indígena. Isso se perdeu com o procedimento de descrição baseado no enquadramento ao modelo latino. Podemos observar, no entanto, que mesmo com a intensa utilização da temporalidade latina, por assim dizer, percepções dos gramáticos sobre aspectos próprios de tempos e modos verbais das línguas podem ser encontradas. Figueira, por exemplo, particulariza, em uma anotação/advertência (logo, exposição de exceção a paradigmas expostos), a noção de pretérito no tupi antigo, que de fato não apresentava uma forma específica.

Pera denotarmos mais claramente, que fallamos por imperfeito ajuntamos muitas vezes esta particula, Aèreme, que significa, entam, vt Ajucaereme, entam mataua eu. (Figueira 1621:fl.7-v)

Mostramos, a seguir, exemplos das regras de formação dos tempos do indicativo, propostas por Mamiani.

1. Regra do Imperfeito do Indicativo.

O Imperfeito do Indicativo se fórma do Presente do Indicativo com ajuntar o adverbio Docohò, ou Dorò, que quer dizer. Então: advertindo que o Dorò, se põem antes do verbo, & o Docohò, depois: ut Icotò docohò, ou Dorò icotò, elle furtava. Dzucà docohò, eu amava.

5. Regra do Modo Imperativo, & Permissivo

O Modo Imperativo, & Permissivo se fórma dos tempos do Presente do Indicativo, precedendo a syllaba, Dò; ut, Do icotò, furte elle.

Para o Permissivo se ajunta às vezes o adverbio Proh: ut, Do icotò proh, furte embora, mas que furte. E tambem se usa no Preterito: ut, Do icotocri, furtasse embora: Do pacri, matasse embora. Às vezes em lugar de Do, se usa de Bò quando o sentido he pedir licença como permissivamente: v.g. Bohiwi, deyxame ir. (Mamiani 1877[1699]: 36 e 37)

Em Dias, observa-se também a manutenção da metalinguagem latina e do modelo de paradigmas verbais, acompanhados da tradução das formas kimbundas em português. O sistema de notas e advertências acompanha os paradigmas verbais, dando conta das exceções às regras expostas e também da explicação de particularidades que a língua pudesse apresentar em relação às formas verbais descritas.

Dias indica as formas kimbundas e depois as traduz, ressaltando que apenas um modelo de conjugação é suficiente, já que a língua “não tem mais de huã conjugação, pela qual se conjugaõ todos os verbos”, à exceção dos defectivos (pp.11-12).

Conjugaõ que ferve a todos os verbos, excepto alguns impeffoaes

Modo Indicativo, tempo presente

Sing. Nguizòla, Eu amo

uzòla, tu amas

üzòla, elle ama

Plur. Tuzòla, nòs amamos

Muzòla, vòs amais

Azòla, elles amaõ

Nota.

Se o verbo começar por vogal, a particula Gui, faz finalefa:

v.g. Amba, que significa fallar, fará este Gamba, & não,

guiamba. Tambem se deve advertir, que todos os verbos

acabaõ em A. (Dias 1697:12)

Os tempos do Optativo, & Conjunctivo naõ differem dos do modo Indicativo. Pelo que ajuntando, & antepondo os adverbios do Optativo, & Conjunctivo aos tempos do Indicativo, faz-fe o mesmo sentido, & escusar-se muito estudo. (Dias 1697:20)

A descrição dos nomes e dos verbos levaria gramáticos como Anchieta, Figueira e Mamiani à adoção do termo *artigo* para indicar morfemas prefixados às formas verbais, com o objetivo de indicar a pessoa gramatical, ou aos nomes, dando a idéia de posse. Anchieta chama esses morfemas de *articulos*, e os outros seguem essa nomenclatura. Pode-se argumentar a favor da proposição de uma nova categoria gramatical, tendo em vista a gramática tradicional do grego e do latim, uma vez que, na verdade, não se tratavam de artigos, como na gramática grega, mas sim de morfemas prefixados. Houve a adoção de uma metalinguagem já existente, mas para designar outro fenômeno gramatical.

Os *artigos* dos verbos, dos pronomes, dos nomes recebiam essa designação para também não se confundirem com os pronomes de fato, ou mesmo com as partículas (que corresponderiam a morfemas flexionais ou derivacionais). Artigo do nome corresponderia aos pronomes possessivos, e artigos do verbo seriam os morfemas de pessoa, ambos prefixados.

Em relação ao tupi antigo, esses artigos do verbo serviam para a distinção entre classes de verbos, os da 1ª. e os da 2ª. conjugações. Figueira distinguiu os tipos de verbos dizendo que os da 1ª. conjugação recebiam o artigo do verbo (indicadores de pessoa prefixados), e os da 2ª. recebiam os pronomes pessoais de fato. Anchieta não distingue as duas classes, ou conjugações, de verbos, mas indica a existência de dois paradigmas verbais.

Todos os ver. Actiuos, & muitos neutros se conjugão com estas pessoas [a, erê, o, orô, pé, o], as quaes chamamos articulos á differença das pessoas expressas, que são os pronomes, com os quaes se conjugão muitos verbos neutros, & não com os articulos, mas na mudança, & variação do fim seguem a conjugação por que não ha mais que hãa ... (Anchieta 1990[1595]:62)

Esses verbos de 2ª. conjugação, os dos pronomes, como diriam Anchieta e Figueira, são os adjetivos tupis (a forma *xemaenduar*, descrita por Figueira e traduzida por “Eu me lembro”, equivaleria a “eu (sou) lembrante”, como aponta Navarro 1998:65), os quais numa transposição para o português corresponderiam a verbos.

Essa aproximação com o modelo latino não impediu Anchieta e Figueira de registrarem uma importante característica dos verbos tupis: a existência de um paradigma afirmativo e de um paradigma negativo, sendo este último formado a partir de partículas, prefixos ou infixos, negativas acrescentadas à forma afirmativa.

Ainda que todos os verbos tem hũa so maneiradeconjugação, contudopodemos dizer que tem duas porque o negatiuo acrecenta algũas particulas, que sempre tem juntas consigo pera se conhecer ser tal, & ambas se porão aqui [segue a conjugação dos paradigmas afirmativo e negativo]. (Anchieta 1990[1595]:56)

Para negarmos qualquer coufa nesta lingua, se ufa de varios modos de negações todas annexas ao verbo, compondose com ellas, & com o verbo affirmatiuo outro verbo negatiuo ... (Figueira 1621:fl.13)

Das Conjugações dos verbos.

Dvas saõ somente as conjugações affirmatiuas de todos os verbos; saluo algũas irregularidades, que poremos em particular. A estas cõjugações affirmatiuas, respondem outras duas negatiuas. (Figueira 1621:fl.6).

Tanto Anchieta quanto Figueira registraram a ausência, no tupi antigo, de uma forma verbal equivalente ao verbo *ser* do português⁵⁸ ou *sum* latino, na metalinguagem utilizada pelos jesuítas. Se Figueira refere-se explicitamente à ausência, Anchieta explicita a forma de construção da significação verbal equivalente ao *sum* latino, considerando que este se construía com adjetivos e substantivos, correta percepção da característica da língua que, no entanto, ficou ‘presa’ ao molde latino constando da descrição verbal, ainda que Anchieta tenha observado tal fato (1990[1595]:113) ao dizer

⁵⁸ A relação estabelecida em português como *O menino é Pedro surge em tupi como Kurumĩ Pedro (o menino) (Pedro)*. O exemplo é de Navarro 1998:8.

que os equivalentes ao verbo “ser” eram “**nomes conjugados como verbos**” (cf. também as observações de Rosa 1995).

Os nomes conjugados como verbos incluem em si o verbo *sum*, *es fui*, em duas significação, *fer*, & *ter*. Para a significação *deitar* ha verbos particulares, & *proprios* [...]. Quanto a primeira significação, *fer*, cõ adiectiuos ou substantiuos, *catú*, bom:

xecatú, eu fou bom. *naxecatú*, não fou bõ ... (Anchieta 1990[1595]:113)

Naõ ha nesta lingua verbo algum particular, que propriamente responda ao verbo *Sum es fui*, latino; mas esta fe supre com o pronome *Xe*. (Figueira 1621:fl.35)

Mamiani, revelando a percepção da existência de uma classe nominal que, num processo contrastivo, equivaleria a verbos em português também atesta ausência do mesmo tipo de verbo em kiriri.

Naõ tem esta lingua verbo substantivo, que corresponda a *Sum*, *Es*; mas em lugar delle usão dos nomes substantivos, & adjectivos, que de nomes se fazem verbos ... (Mamiani 1877[1699]:26)

Os Verbos desta lingua se dividem em duas classes, Passivos, & Neutros. Chamo Passivos aos que tem significação propria passiva, nem são derivados de outros activos, como em outras linguas: *ut*, *Di*, *ser* dado; *My*, *ser* levado.

Chamo Neutros aos que tem significação ativa, ou neutra, & não se pôdem fazer passivas; porque ainda que alguns tem a significação activa, como *Ucã*, *amar*, com tudo não lhes convem a definição dos activos de se poderem fazer passivos, nem a primeira regra da construção dos activos de pedirem o accusativo sem preposição; pois todos os verbos desta lingua pedem preposição, & por outra parte lhes convem a definição de neutros, porque delles não se pôdem formar os passivos. (Mamiani 1877[1699]:25-6)

Pedro Dias também destaca ausências na gramática do kimbundu: “Naõ tem esta lingua verbo passivo, donde para dizerem, *Deos* he amado dos homens, dizem; *Omala azola nzambi*, os homens amaõ a *Deos*: pondo o verbo na ativa” (Dias 1697:22).

Abaixo, um exemplo de Anchieta, que relativiza a utilização dos paradigmas verbais baseados no sistema temporal latino. A afirmação de Anchieta em associação com outras descrições sobre o mesmo tema, segundo Rodrigues (1997:387), permite a conclusão de que o tupi antigo não tinha uma expressão morfológica para o tempo, mas apenas sintática, feita por clíticos ou por palavras adverbiais.

O Presente do indicativo, posto que inclui em si os quatro tempos, contudo mais propriamente significa o preterito perfeito. (Anchieta 1990[1595]:63)

Rodrigues, citado anteriormente, aponta a correta descrição de Anchieta a respeito do futuro construído com o morfema {-ne}.

¶ Futuro

No futuro additur, ne, infine, o qual sempre pera lá seguarda, ainda que se interponhão outras partes, vt.

Açõne, irey.

Açõ coríne, irey oje.

Acôcoriparanâméné, irey oje ao mar.

Açocorí ócupe derúrírène, irey oje a casa depois que tu vieres.

No negativo tem xoe, vel xo. antes do, ne, vt patet ...

(Anchieta 1990[1595]:65)

Anchieta acrescenta a esse modelo de descrição informações, em forma de notas ou advertências, sobre a construção das formas — “*A estes de, mi se acrescenta, ce. in principio, & se muda em, r vt supra vt, Cemijucâ, ab e o occisus, xeremijucâ, a me occisus, oemijucâ `a se occisus* [sobre a formação dos participios passivos do verbo matar]” (Anchieta 1990[1595]:60). Essas notas acabavam, segundo Rodrigues (1997:387), por oferecer muita informação sobre a morfologia e a sintaxe da língua, e constituem prática comum na gramaticografia missionária.

Encerramos nossos comentários a respeito do tratamento da classe verbal com Rodrigues, ainda que ele se refira somente a gramáticas do tupi antigo, acreditamos que seus comentários podem ser estendidos às obras sobre o kiriri e o kimbundu.

Aparte de ese reconocimiento innovador de una conjugación negativa, es en la presentación del paradigma verbal donde más se revela la influencia del modelo gramatical disponible en el inicio del renacimiento. Es ahí donde más se aleja la estructura morfológica del tupinambá de la del latín y de las de las lenguas romances. Por eso, en lugar de limitarse a la descripción de la morfología, recurre Anchieta a un procedimiento que corresponde más a lo que hoy se llama gramática contrastiva: todas las posibilidades familiares de modos y tiempos son traducidas en la lengua indígena, sea por construcciones morfológicas, sea por sintagmas complejos. En eso la presentación de Anchieta coincide esencialmente no sólo con las de Figueira para el propio tupinambá y de Ruiz de Montoya para el guaraní, sino también con las de Domingo de Santo Tomás para el quechua y de Alonso de Molina para el náhuatl.

PARTICÍPIOS

Anchieta não explica o que seriam participípios, mas aponta os processos de formação da classe, indicando quais unidades seriam os participípios, situações de uso e processos morfofonológicos na combinação entre palavras.

Diz Figueira,

... depois de tratar do verbo seguefe tratar por ordem do Participio, que fe diriua do verbo.

Os participios huns faõ Naõ passiuos, como dizemos dos verbos, outros faõ passiuos (1621:fl.62).

Mamiani, a título de explicação, compara o participípio kiriri com o latim e indica sua expressão morfológica, assim como sua significação, referindo-se à voz verbal. O procedimento era o que privilegiava, além do recurso à busca de equivalências, a descrição de caráter morfológico das unidades.

O Participio que no Latim acaba em Ans, ou Ens, nesta lingua acaba em Ri, & tem significação activa com os Neutros, ou não passivos, & significação passiva com os passivos. Forma-se com a syllaba Ri, no fim doverbo sem artigo, & em outro lugar do artigo receb D, ou Di, ou Du, conforme a Declinação a que pertencem. (Mamiani 1877[1699]:39)

‘PREPOSIÇÕES’

Classe gramatical com tratamento semelhante em todos os gramáticos. As ‘preposições’ eram consideradas as unidades que poderiam indicar construções equivalentes aos casos latinos. Abaixo, exemplo de Mamiani para o kiriri, no qual é possível identificar o procedimento utilizado pelo gramático, que também indica como deve ser feito o processo de aprendizagem, indicando, numa atitude rara nas gramáticas missionárias, seu método descritivo.

Escusado he ensinar os casos das Preposiçoens; porque como os casos nesta lingua não se distinguem pela desinencia do Nome, senão pelas mesmas Preposiçoens, facilmente cada um poderá conhecer os casos pelo significado Portuguez das mesmas Preposiçoens. Com que bastará pôr aqui o significado, & uso dellas, & a variedade com que tomão os artigos dos Pronomes, de que são capazes, assim como os Nomes. (Mamiani 1877[1699]:84)

O tupi antigo não apresentava preposições, mas sim posposições, fato que foi atestado pelos seus gramáticos, ainda que eles insistissem no uso da metalinguagem de origem latina. Mamiani também adota postura semelhante. Pedro Dias fala de preposições, alargando o uso do termo para descrever prefixos do kimbundu.

As praeposições são posposições, porque sempre se postpoem aos nomes ...
(Anchieta 1990[1595]:101)

Todas as preposições desta lingua, se podem melhor chamar de posposições, porque sempre se poem despois do nome que regem. (Figueira 1621:fl.65)

ADVÉRBIOS

Figueira define, sintática e semanticamente, o que seria o advérbio em tupi antigo.

Adverbio he hũa parte da oração, que não rege caso, mas serue de dar força, & efficacia com seu significado aos verbos, & nomes, pera significarem cõ mais inergia, vt aço ipo. i vou refolutamente. (Figueira 1621:fl.68-v)

Após a definição, Figueira fornece o elenco de advérbios, como fazem também, Mamiani e Dias. Os advérbios das línguas eram acompanhados de traduções e indicações sobre o uso.

Anchieta trata dos advérbios na descrição dos nomes, fazendo também comentários sobre eles em relação aos verbos. O estudo dessa parte da oração na gramática anchietana é presente ao longo de grande parte da obra, e Anchieta lembra, ao descrever ‘preposições’, que outras partes da oração, como as próprias ‘preposições’, poderiam servir de advérbios (p.112).

Com os exemplo de Dias, abaixo, podemos vislumbrar a utilização da busca de equivalências e o recurso a explicações de caráter semântico.

O adverbio cuema, val o mesmo que propter, no Latim ...
O adverbio, Quiavulu, significa muito, & usaõ delle tambem como os Latinos do adverbio affatim. (Dias 1697:46)

INTERJEIÇÕES

A definição de Figueira é baseada na de Manuel Álvares para a mesma classe gramatical com expressão no latim: “*Interjectio est pars orationis, quae varios animi affectus indicat*” (Álvares 1832[1572]:119).

Interjeição he hũa parte da oraçãõ, com que significamos os affectos do animo, como trsteza, alegria, dor, saudades. (Figueira 1621:fl.80)

Os gramáticos apresentam as interjeições e as acompanham de tradução e explicações sobre o uso. Anchieta não apresenta uma seção dedicada ao estudo dessa classe gramatical.

Mamiani, informando sobre seu método de descrição, fornece o que seriam interjeições no kiriri, apontando traduções, equivalências e condições de uso.

Sobre esta parte da Oração não ha que dizer, senão aponta-las por ordem, pois não se usão muito na Oração senão sós; & algumas que tem lugar na Oração, se poem no principio della. (Mamiani 1877[1699]:96)

Dias indica o processo pelo qual se obtém a interjeição no kimbundu.

Os pronomes primitivos [pessoais] suprem a interjeição O. v.g. Eye mucuãhenda nguicuatece, Oh vòs compassivo favoreceime. O exemplo está em eye, que ferve de interjeição. (Dias 1697:47).

CONJUNÇÕES

Também ausente na gramática de Anchieta como parte autônoma, esta oitava parte da oração, segundo Figueira, é descrita por ele a partir de critérios sintáticos e semânticos. O procedimento de descrição é o já observado para outras classes: os gramáticos apresentam as unidades e as acompanham de traduções e explicações sobre o uso.

Muitas conjunções se acharãõ atraz com nome de adverbios, porque muitas vezes se põe adverbialmente; nem vai muito em confundir nomes de pouca entidade, com tanto que conlta de sua propria significação. (Figueira 1621:fl.80-v)

Dias mantém-se fiel ao método de busca de equivalências entre funções latinas com possíveis correspondentes formais/funcionais em kimbundu.

Em lugar das conjunções Latinas ufaõ os Ambundus desta conjunção Ne v.g. Mugina riã Petolo, neria Paulo, neria Manino. Em nome de Pedro & de Paulo, & de Manoel. O exemplo está em ne, conjunção, q[ue] ata todos estes nomes. (Dias 1697:47)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É o estudo da PALAVRA a parte dominante nas artes jesuíticas, sendo que toda a gramática é construída em torno dessa unidade e dos métodos que melhor pudessem evidenciar o que seriam palavras nas línguas que estavam sendo descritas e como elas se relacionavam com outras, formando orações.

Essa constituição da gramática também segue o que a tradição greco-latina oferecia como modelo de descrição linguística, uma vez que as gramáticas dessa tradição também foram construídas em torno das partes da oração.

Os procedimentos utilizados privilegiaram a busca de equivalências e a descrição dos processos derivados da combinação de palavras com partículas ou com outras palavras, formando as unidades superiores.

“DA SINTAXE OU DA CONSTRUÇÃO DAS PARTES DA ORAÇÃO”

INTRODUÇÃO

A abordagem da sintaxe das línguas chamadas de exóticas em artes de gramática jesuíticas é algo que deve ser examinado com atenção, uma vez que está extremamente relacionada à morfologia e não ocupa um número extenso de páginas, sendo, inclusive, ausente como parte autônoma da gramática de Anchieta.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que a tradição gramatical da Antiguidade clássica e as gramáticas ‘modelares’ do Renascimento (obras de Manuel Álvares e Nebrija) também se caracterizam por não apresentar uma ampla descrição de fatos sintáticos. Pode-se dizer que, de fato, essa tradição gramatical concentrou-se mais nas questões que diziam respeito às partes do discurso. Mas os estudos sintáticos estavam presentes, com certo destaque, em gramáticos gregos, como Apolônio Díscolo, e latinos, como Prisciano.

No entanto, essas abordagens clássicas da sintaxe tinham por base o estudo da palavra em situação de discurso, sendo que a concepção latina de discurso é uma concepção morfológica (Kristeva 1980:196). Ou seja, há uma sintaxe organizada em torno da palavra, das relações estabelecidas pelo nome e pelo verbo, com atenção para os fenômenos de concordância das classes nominais com os verbos, e também para a regência, em que os complementos que eram pedidos por determinadas palavras em determinados casos eram apontados.

É esse tipo de estudo sintático, com a descrição da construção das frases (ordem dos elementos), que é reatualizado nas artes jesuíticas, não havendo destaque, por exemplo, para uma descrição extensa a respeito das funções que as palavras exerciam na oração, como agente, complemento, objeto.

A tradição de estudos sintáticos da Idade Média, de caráter especulativo, não teve continuidade nas gramáticas pedagógicas do Renascimento (pelo menos não naquelas consideradas como ‘exemplares’ e indicadas expressamente pelas ordens religiosas), e muito menos nas artes jesuíticas aqui analisadas. Os autores que, de alguma maneira, seguiram a tradição medieval dos estudos sobre a linguagem (Sanchez, Ramus, Linacre), os quais associaram gramática e lógica (nesse período, a lógica cobria os estudos que chamamos de sintáticos, como as questões de actância, funções na oração como sujeito e predicado), não eram considerados como parte do programa de estudos da Companhia de Jesus. Esses autores, de fato, propuseram abordagens sintáticas que de alguma maneira podem ser consideradas como diversas das da tradição gramatical da Antiguidade clássica; mas seus estudos influenciariam, ainda no século XVII, outra tradição de fazer gramatical, a que daria origem às teorias da universalidade lingüística, com a *Grammaire Générale et Raisonnée* (1660) de Port-Royal⁵⁹.

Mas essa é uma forma de investigação e descrição gramatical que não se cruza com as gramáticas missionárias, caracterizando, assim, duas tradições que correram paralelas na história da lingüística, sem se influenciarem mutuamente, pelo menos não de forma explícita.

⁵⁹ Raminelli (1996:138) aponta que a nação portuguesa da época do Renascimento se viu dividida entre duas correntes: uma dos conservadores humanistas ortodoxos e outra dos humanistas científicos. Estes últimos propunham novas visões sobre fenômenos observados, enquanto os primeiros teriam uma feição extremamente conservadora. Ampliando a visão de Raminelli, no campo da gramatização tal fato pode ser observado da seguinte maneira: havia, de fato, estudos que propunham novas visões a respeito da abordagem gramatical das línguas, mas havia também uma tendência, representada pelos jesuítas, muito conservadora, a qual mantinha, com ordens expressas, modelos gramaticais advindos da tradição greco-latina.

Pensando em gramáticas jesuíticas de um lado e, por outro, em uma tradição gramatical ‘condenada’ pelo programa de estudos jesuíticos, temos de considerar um elemento externo aos estudos da linguagem, mas que é fundamental para que se compreenda a existência independente de duas tradições concomitantes (gramáticas jesuíticas e a gramática geral de Port-Royal).

Os gramáticos de Port-Royal eram jansenistas, ‘inimigos’ dos inacianos⁶⁰, assim, de fato, não podiam constar do programa de estudos dos jesuítas. Além do fato de que um dos autores que romperam com a tradição de estudos gramaticais advinda da Antiguidade, Sanchez, influente para as proposições dos autores da gramática geral, era considerado ‘proibido’ pela Companhia de Jesus⁶¹.

Então, o que se pode observar de descrições sintáticas nas gramáticas jesuíticas é, de maneira geral, a abordagem de fenômenos como: a expressão de casos latinos por meio de ‘preposições’ ou da ordem dos constituintes de uma oração; os casos regidos pelos verbos; a concordância entre nome e verbo, entre as classes nominais; a posição das palavras numa oração.

O escasso tratamento desses fenômenos sintáticos pode estar ligado a alguns fatores, como:

⁶⁰ Os jesuítas não aceitavam as idéias defendidas pelos jansenistas, austeros senhores de Port-Royal. Alguns autores, como Guillerrou 1973, apontam que jansenistas se caracterizariam por uma obsessão pela salvação do mundo, enquanto que os jesuítas estavam querendo a possessão do mundo. No fundo da disputa, havia questões teológicas a respeito da compreensão do que eram o trabalho e a política religiosa. Essa questão mostra-se fundamental para que se contribua para o entendimento da não influência entre gramática missionária e gramática geral.

⁶¹ Francisco Sánchez de las Brozas (*El Brocense*), humanista espanhol, publicou em 1587, em Salamanca, uma gramática do latim cujo objetivo era promover uma análise teórica e geral da linguagem, utilizando a elipse como meio principal de análise. Um dos objetivos do autor era simplificar a aquisição do latim, para isso propôs a redução, entre outras abordagens, das categorias gramaticais a nome, verbo e partículas. A *Minerva*, como ficou conhecida sua gramática, também tratou da coordenação e da subordinação, da teoria de caso, da estrutura dos grupos verbais, da questão do acordo, da polissemia, estabelecendo a oração como objetivo/causa final do trabalho gramatical, ainda que sob um ponto de vista morfosintático (cf. Hackerott 1994). Sánchez e sua gramática também influenciariam posições tomadas pelos autores da *Grammaire Geral et Raisonnée* de Port-Royal (1660).

- a herança da Antiguidade clássica, que de fato dedicou-se mais ao estudo da palavra, sem uma extensa abordagem da combinação de unidades maiores que sílabas ou nomes compostos (cf. Swiggers 1997, capítulo I);
- as características das línguas faladas no Brasil colonial. A diversidade do estabelecimento das relações morfossintáticas pode ter levado ao julgamento de que línguas ‘exóticas’ não teriam sintaxe ou apresentariam, mesmo assim, uma sintaxe pobre;
- e também é preciso lembrar que a lógica é que se dedicava aos estudos que hoje entendemos como sintáticos.

Dessa maneira, a sintaxe que observaremos a seguir é um conjunto de regras relativas às classes de palavras, a partir do momento em que elas se integram num discurso. O que deve ser registrado com destaque é o fato de que não se pode falar em uma separação rígida entre morfologia e sintaxe.

A CONSTRUÇÃO DAS PARTES DA ORAÇÃO

Figueira inicia sua “sintaxe ou construção das partes da oração” com a afirmação de que a estrutura sintática (concebida como a forma de combinação entre nomes e verbos) do tupi antigo, por não ter casos nem declinações, seria simples.

Como nesta lingua não ha variedade de casos, nem de generos, mais que o que se tem visto, fica facil a combinação dos verbos com os nomes, como se verá. (Figueira 1621:fl.81-v)

O que os gramáticos-jesuítas propõem como estudo sintático é basicamente a ordem de colocação das palavras na oração, observando fatos como concordância e regência. O critério de análise leva em conta a ordem de colocação dos elementos na oração e quais elementos são ‘pedidos’ por outros, e a busca de equivalências é utilizada. Abaixo, exemplos de Figueira, para o tupi antigo, e de Dias, para o kimbundu.

Os verbos actiuos se ajuntão com qualquer nome posto absolutamente sem preposição algũa. vt. Aiuca iaguara. matei hũa onça: Acauçub Tupã. amo a Deos. (Figueira 1621:fl.81-v)

O vfo enfinara a boa collocaçã das partes da oraçã entre si, mas apontemos aqui algũas que pedem certos lugares, assi como vemos no latim, que esta preposiçã Tenus, sempre se põe depois do nome que rege & feria erro intolerauel mudarlhe o sitio, pondoas antes do nome como as outras. (Figueira 1621:fl. [90]60)

Os sustantivos continuados [sujeitos compostos] leuã o verbo ao plurar, como na lingua Latina. v.g. Petolo, ne Fula azola nzambi. Pedro, & Francisco amaõ a Deus. (Dias 1697:39)

Se Anchieta não propõe uma parte autônoma para o estudo da sintaxe, como já apontamos, é possível verificar o tratamento conjunto de aspectos morfológicos e sintáticos em sua gramática, ou seja, a sintaxe, como estamos entendendo este estudo nas artes jesuíticas, esteve também presente em Anchieta, caracterizando um amplo tratamento morfossintático do tupi antigo. Observe-se, por exemplo, o uso do termo *suposto*, equivalente à idéia de nominativo⁶².

Do Reciproco, O, que he, se, fuus, a, um, se vã simpliciter quando se refere a oraçã á pelloa agente como na lingua latina, vt. Pedro *ojucã ogũba*, Petrus occidit suum patrem. Nestas orações simples não ha duuida. Auendo dous verbos nũa oraçã, q[ue] fazẽ como duas orações dependentes hũa da outra, sempre se ha de ter respeito ao principal verbo da oraçã, & ao supposto delle se ha de referir ao reciproco ... (Anchieta 1990[1595]:53-54)

Podemos verificar também que, ainda que não fosse objeto de estudo principal da sintaxe nas gramáticas missionárias, a abordagem de fenômenos sintáticos a partir da função das unidades como agente, complemento, está presente em Anchieta. Além deste gramático, apenas Mamiani, talvez influenciado pela gramática anchietana, aborda a sintaxe a partir de aspectos ou funções de actância.

Tambẽ podẽ ter significação passiva, faltẽ na quelles cuja ação se não pode fazer pella pelloa agente vt. eu como *Ayeũ*, eu me como. (Anchieta 1990[1595]:91, grifo meu)

⁶² “Não vale [...] substituir *suposto* ou *nominativo* pela noção atual de *sujeito de uma oraçã*. O nome equivale ao *suposto* quando suas propriedades são, em parte, marcadas também no verbo. Não é um constituinte de uma estrutura mais ampla que está em questão, mas um conjunto de marcas morfológicas do nome e sua repetição (a *conveniência*) no verbo.” (Rosa 2000:29)

Os compostos com, mo, & ro, differem nisto que nos compostos com, mo, não participa a pessoa agente do que se faz, vt, *agebîr* torno, *amogebîr*, faço o tornar não tornando eu. (*id.*:118, grifo meu)

Se o relativo fôr agente assim do verbo Neutro como do Passivo, se faz participio activo em *Ri* assim de hum como de outro verbo. v.g. Deos, que me ama a mim: *Tupã ducari hidiohò*. Pedro, que matou ao seu inimigo: *Però dupari dumará*.

Se o Relativo fôr nominativo paciente do verbo passivo, se faz Participio em *Ri*, ou em *Te*. v.g. Pedro, a quem matey: *Però dipaciriri hinhà* ou *Sipacritê hinhá*. (Mamiani 1877[1699]:55, grifos meus)

Mas é importante ressaltar que quando há referências às funções das partes do discurso numa oração é porque estas condicionam alterações nas formas das palavras, indicadas pelos jesuítas a partir da descrição das ‘partículas’ que alteravam unidades e/ou segmentos. O estudo da sintaxe como descrição de funções como sujeito, predicado era parte dos estudos da lógica, assim como essa metalinguagem, e, portanto, não mereciam extensa abordagem, ainda mais em obras como as artes de gramática, que prezavam pela brevidade da exposição. Mamiani indica, no trecho que segue, a utilização dos termos sujeito/predicado nos estudos de lógica.

Tres são os significados do Verbo Sum, a saber: Ser, Estar, Ter. Para o primeiro significado de Ser, serve o mesmo nome ou Adjectivo ou Substantivo, que costuma ser o segundo Nominativo do Verbo Ser, & dos Logicos se chama Predicado, & este se poem em primeiro lugar antes do primeiro nominativo, a que os Logicos chamão Sogeito. (Mamiani 1877[1699]:65, grifo meu)

A diversidade, em relação ao português, da ordem dos elementos na oração foi registrada por Figueira e Mamiani. O tupi antigo e o kiriri poderiam apresentar a ordem Verbo-Nominativo.

Primeiramente o nome, ou pronome em respeito do verbo podem estar antes ou despois. vt Oço Pedro; Pedro oço. Yxe aico: Aico yxe. (Figueira 1621:60b)

Da Syntaxe de todas as Partes da Oração entre si.
De ordinario nesta lingua precede o verbo ao Nominativo.
(Mamiani 1877[1699]:98)

A descrição por Pedro Dias das classes nominais do kimbundu também é importante para a abordagem da sintaxe da língua, como atesta Bonvini 1996. As classes nominais

indicavam a presença de prefixos marcadores que estabeleciam uma série de concordâncias no nível sintático. Dias registrou esse aspecto, de maneira mais extensa, no tratamento das partes do discurso, o que, mais uma vez, contribui para classificar os estudos sobre a palavra como morfossintáticos.

Para concordar o sustantivo com o adjectivo são necessarias as particulas seguintes. Para o sing. ù, i, ri, qui, ca, cu, lu, tu: para o plur. a, i, gi, tu. (Dias 1697:36)

A sintaxe do kimbundu recebe um tratamento reduzido porque Dias considerava que os missionários que viessem a utilizar sua gramática conheciam bem a gramática latina, o que facilitaria a compreensão de suas descrições, assim, as divisões do estudo sobre a sintaxe utilizam a mesma metalinguagem da gramática latina, com termos como *verbum personale*, *verbum infinitum*, *voces copulativa*, *nomina adjectiva* entre outros.

Syntaxe
Nota I.

Tratamos fõmente das regras geraes, que pertencem a todas as linguas, & que se podem accõmodar à dos Ambundus, deixando as especiaes da lingua Latina. Porem porei a primeira palavra da regra Latina, & o exemplo da lingua Angolona, declarando o exemplo da mesma lingua, para que se saiba a palavra, que pertence à regra, de que se trata. (Dias 1697:33)

Segue um exemplo de Figueira, típico da abordagem sintática em sua gramática.

Muitos verbos, & outras partes da oraçaõ ha, que ajuntandose com alguns verbos, os fazem ir ao gerundio; dos quais poremos aqui os mais comũs, & frequentes; os quais so por se ajuntarẽ como o gerundio muitas vezes mudaõ a significaçãõ. (Figueira 1621:fl.87)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sintaxe das artes jesuíticas é um estudo da combinatória das partes da oração e das marcas de flexão nas palavras quando nos chamados ajuntamentos. Não há um estudo sobre a hierarquia funcional das partes da oração⁶³, como chegou a haver na Idade Média. Como vimos, os gramáticos-jesuítas privilegiaram, de acordo com a tradição

⁶³ Rosa (2000:29) afirma, sobre a gramatização do período renascentista, que “desse estudo da palavra não emergem automaticamente noções como *estrutura* ou *hierarquia de constituintes*. Nesse contexto não há lugar para *sentença* e *oração*, unidades não da gramática, mas da retórica, referidas na parte final dos capítulos sobre a sintaxe [...]”.

gramatical que seguiram, a descrição dos fatos de concordância, regência e da ordem de colocação das palavras na oração.

Assim, o que se deve destacar é que na tradição das gramáticas missionárias ‘brasileiras’ do período colonial o tratamento da parte sintática das línguas é prisioneiro (nos termos de Colombat 1998a:8) da morfologia, com a descrição da combinação das partes da oração num nível superior, o sintagmático, mas sempre a partir do estudo da palavra.

As gramáticas escritas pelos jesuítas inserem-se, sem dúvida, numa tradição gramatical maior em voga no Renascimento. As gramáticas desse período trataram da sintaxe regular, correspondente à “construção”, definida como o estudo da concordância entre nome e verbo, nome e adjetivo e relativo e seu antecedente, e também da regência ou regimento. Segundo Rosa (2000:29): “A sintaxe é, por conseguinte, uma extensão do estudo das propriedades formais da flexão, expressas na concordância e também na regência”. Ou seja, não se pode pensar, para a época, num tratamento separado entre morfologia e sintaxe, como indicamos na introdução deste capítulo. Daí a conclusão, a partir de idéia de Seuren (1998:3), de que se deve registrar esse tipo de ‘gramatização’ como o de uma *lingüística da palavra* e não como de uma lingüística da sentença.

*DIFERENÇAS SIM,
MAS MUITAS SEMELHANÇAS TAMBÉM*

Procuramos ressaltar o que de mais comum pode ser verificado na produção gramatical jesuítica 'brasileira'. Sem dúvida, o que houve de comum nas descrições gramaticais foi também o que a gramaticografia da época renascentista e humanista utilizou com mais extensão, como, por exemplo, a utilização de um método que privilegiava a busca de equivalências entre a língua que estava sendo descrita com línguas de grande prestígio, como o latim. Ao lado dessa característica de descrição, apontamos também a utilização e manutenção de uma metalinguagem que acabaria por caracterizar toda a produção gramatical do Ocidente. Encontramos também nas artes dos jesuítas a presença efetiva da indicação de que uma redução da língua a regras deveria ser breve e econômica. O que de fato contribui para a classificação das obras jesuíticas como artes de gramática, termo que por si só indica uma descrição breve de aspectos gramaticais essenciais, uma obra muito mais descritiva, ainda que regras tenham sido transmitidas, mas, sempre, com a observação de que o uso efetivo da língua poderia, vez por outra, 'subverter' o que havia sido ensinado. Mas, se podemos traçar uma linha comum em relação às descrições dos jesuítas, alguns aspectos importantes os diferenciaram.

José de Anchieta, e sua *Arte da lingua mais ufada na Costa do Brasil*, é o autor que propõe algumas soluções descritivas que podem ser apontadas como originais, em relação a termos utilizados e a propostas de descrição de aspectos particulares do tupi antigo. De fato, o que se pode apontar de comum em relação a Anchieta e aos outros jesuítas deve ser relacionado ao fato de que o primeiro gramático de uma língua

brasileira foi, também, a matriz de uma tradição de descrição de línguas. Muito do que foi exposto por Anchieta seria repetido pelos outros gramáticos. Mamiani chega a citar os gramáticos do tupi antigo, além de usar termos como agente e paciente nas descrições sintáticas, utilização presente também em Anchieta. Vemos soluções propostas por Anchieta serem repetidas: como a metalinguagem — o termo “áspero” (de origem grega) para descrição do som; as propostas de grafia para a vogal alta e central; e, talvez com mais destaque, a manutenção da proposta da denominação de *artigo* para morfemas prefixados ao verbo ou ao nome.

Um ponto de divergência de Anchieta em relação a Figueira, Dias e Mamiani é quanto à estrutura da gramática. A descrição anchietana não apresenta um aspecto considerado como didático, no sentido, por exemplo, de clareza na divisão dos tópicos. Também há a ausência de uma parte autônoma para o estudo da sintaxe da língua. Como já apontamos anteriormente, essa diferença deve estar relacionada a uma diferença na formação educacional dos jesuítas aqui estudados, pois ao contrário de Figueira, Dias e Mamiani, Anchieta não se formou totalmente de acordo com as regras do *Ratio Studiorum*, que ainda não estava completamente estruturado quando houve a primeira redação da gramática de Anchieta. A diferença estrutural pode estar relacionada à não utilização da gramática de Manuel Álvares como um parâmetro de fazer gramatical. Mais um aspecto de divergência é o amplo tratamento, por Anchieta, de questões de morfofonologia, promovendo uma cuidadosa descrição de aspectos fonético-fonológicos e morfológicos da língua, escapando, assim, ao ideal de brevidade e contenção expositiva de uma arte de gramática.

Se a lingüística indígena aponta positivamente essa característica da gramática anchietana (cf. trabalhos de Navarro e Rodrigues), que de fato auxiliou muito numa reconstrução do tupi antigo no âmbito de pesquisas de lingüística histórica e lingüística

indígena, a historiografia não pode deixar de apontar que foram também algumas dessas características (como a estrutura da gramática e a extensa abordagem de fenômenos morfofonológicos, ao lado do intenso uso de metalinguagem e exemplos em latim) as responsáveis pela classificação da gramática de Anchieta como difícil e complicada para uma primeira aprendizagem da língua⁶⁴, ocasionando, inclusive, a necessidade de uma arte mais didática, o que viria a ser alcançado com a obra de Figueira, 26 anos depois.

Também Pedro Dias é, algumas vezes, apontado como um autor que teria escapado do modelo de se fazer gramática na época. Mas tal afirmação deve ser atenuada. Todos os jesuítas pautaram-se pelo modelo latino de descrição gramatical, uma vez que era o único disponível, o que se pode apontar são diferenças na utilização do modelo. O que se destaca em Pedro Dias, e talvez por isso ele se assemelhe a Anchieta, é o fato de que sua descrição gramatical recorreu de maneira sensata a comparações, apenas quando necessárias, sendo que é muito mais a utilização da metalinguagem que orienta esse viés descritivo.

Luis Vincencio Mamiani também se destaca por um aspecto particular de sua gramática. Se o autor da gramática kiriri segue mais de perto o modelo latino de fazer gramática, com a utilização de metalinguagem latina e a transferência de categorias, ele apresenta uma característica que o torna muito interessante. Ele é o único a fazer comentários, que podem ser considerados como explícitos, a respeito dos procedimentos e estratégias de descrição que estava utilizando em sua gramática, além de apontar também o que considerava como o caminho ideal de aprendizagem. De uma maneira ou de outra, é possível vislumbrar nas artes dos outros jesuítas indicações sobre o método, mas de forma muito sub-reptícia. Anchieta e Figueira, por exemplo, não nos oferecem

⁶⁴ Manuel Cardoso na apresentação à primeira edição da gramática de Figueira, possivelmente em 1621, apresenta esses comentários em relação à descrição de Anchieta.

nenhum comentário explícito. Pedro Dias nos indica uma única passagem em que afirma seguir a gramática latina na sua descrição sintática.

Já Luís Figueira funciona, realmente, como uma síntese do que era o trabalho gramatical dos missionários. Ele segue muito do modelo proposto pela Companhia de Jesus, inclusive com a utilização e tradução de conceitos para as partes da oração expressos na gramática de Manuel Álvares, como já dissemos. Se não há originalidades a apontar, Figueira é, sem dúvida, um exemplar de sua época, no sentido de que é um modelo exato do que a Companhia de Jesus deveria entender como a gramaticografia de uma língua 'exótica'. As sucessivas edições, ainda no século XVII, da gramática de Figueira não evidenciam outra coisa a não ser o 'sucesso' que essa gramática teve.

Assim, se há diferenças, há também muitas semelhanças, e são essas que nos autorizam a efetuar um recorte na historiografia da lingüística brasileira aqui denominado de *lingüística missionária jesuítica*, e que apresenta a produção de gramáticas de maneira semelhante e com o mesmo objetivo.

VI

“USUS TE PLURA DOCEBIT”

O USO E AS ARTES DE GRAMÁTICA

“O USO TE ENSINARÁ MUITAS COISAS”

O USO NAS ARTES DE GRAMÁTICA JESUÍTICAS DO BRASIL

Isto das letras, orthographia, pronunciação, & accento, feruira pera faberem pronunciar, o que acharem escrito, os que começam aprender: mas como a lingua do Brasil não está em escrito, senão no continuo vfo do falar, o mesmo vfo, & viua voz ensinará melhor as muitas variedade que têm [...].

Posto que sempre ha algũas exceções, que o vfo ensinará. (Anchieta 1990[1595]:37, grifos meus)

Os outros aduerbios doutras fortes, facilmente mostram sua construição **pello vfo**, com as mais partes da oração. (Anchieta 1990[1595]:42, grifo meu)

Na composição de syllabas ha muitas mudanças, que aqui não pomos, por euitar confusão; **o vzo baltã**. (Figueira 1621:fl.2, grifo meu)

O vfo ensinara a boa collocação das partes da oração entre si, mas appontemos aqui algũas que podem certos lugares [...]. (Figueira 1621:fl.60[90], grifo meu)

Compoem-se estes verbos [imperfeitos] das particulas pessoas ditas acima. E nem todos guardaõ esta regra, porque variaõ, & **fo com o ufo se podem saber** [...]. (Dias 1697:23, grifo meu)

A esta declinação [quinta] se reduz o nome *Isù*, fogo ou lenha, que usando-se ordinariamente pela primeira Declinação, quando se quer declarar o possessor da lenha, se usa por esta quinta Declinação, & então perde o I natural na composição com os artigos: v. g. *Dzusù*, minha lenha; *Asù*, tua lenha; *Susù*, sua lenha. E do mesmo modo se declina algum nome semelhante, **que a praxe ensinará melhor**. (Mamiani 1877[1699]:25, grifo meu)

O modo de collocar as outras Partes da Oração, como Participios, Preposições, Interjeições, & Conjunções, já se declarou nos proprios Capitulos de cada huma dellas, & o uso da mesma lingua será a regra mais acertada de todas as outras regras desta Arte. *Usus te plura docebit*. (Mamiani 1877[1699]:101)

MAS, AFINAL, O QUE ERA ESSE “USO”?

Como se pôde ver, os gramáticos-jesuítas dedicaram um papel relevante à indicação de que o *uso* da língua seria o melhor mestre para o aprendizado do tupi antigo, do kiriri e do kimbundu.

Essa relevância do uso pode estar relacionada a diferentes fatores, mas ressalta, sem dúvida, o papel que as artes de gramática tinham. As gramáticas escritas pelos jesuítas eram descrições de caráter instrumental pedagógico, não deveriam ser muito extensas, tinham que indicar as regras gerais da língua. O que fosse muito específico deveria ser aprendido no uso entre os nativos. Mas outros fatores também levaram ao destaque da situação de uma língua em uso.

Em primeiro lugar, devemos lembrar que os jesuítas eram humanistas, ainda que fossem conservadores, ortodoxos (cf. Raminelli 1996:138), eram homens do Renascimento. E o Renascimento muda o foco, em relação à Idade Média, de observação sobre a linguagem e as línguas, que passam a ser, via gramáticas, objeto de ensino e, como querem os humanistas, essa pedagogia deve favorecer o uso e a descrição das estruturas formais, encaminhando o estudo das línguas para um empirismo, “as pessoas agarram-se aos factos, ao uso, e ocupam-se muito pouco da teoria” (Kristeva 1980:171). De fato, o período renascentista será conhecido como o período da ‘gramatização’, momento de produção de obras pedagógicas, que, pelo menos na tradição missionária, não se dedicou a teorizações sobre as estruturas das línguas, mas, ao contrário, destacou uma prática de ensino de línguas, objetivando, sem dúvida, a proficiência do aprendiz⁶⁵. Essa conjuntura levaria à afirmação de Nebrija, um

⁶⁵ O que estamos apontando como uma outra tradição de estudos sobre línguas e linguagem no período, a que se revelaria na Gramática Geral e oposta à tradição missionária, que tem como exemplo a gramática de Sánchez (1587), indicaria, assim como a obra de Scaliger (1540), que a observação das regras da língua não se daria pela autoridade do uso, mas sim pela explicação, a qual deveria ser o parâmetro de análise (cf. Hackerott 1994:7).

dos pilares desse momento da história da lingüística, de que “não se deve explicar a razão de tudo” (*apud* Kristeva 1980:171).

Dizer que os jesuítas faziam parte de um universo humanista é dizer que eles eram preocupados, pelo menos em tese, com o uso da língua, com os dados, os fatos observáveis, revelando uma produção gramatical orientada para a descrição, sem um caráter explicativo ou teórico demonstrado de forma explícita.

Não se pode deixar de considerar, também, que uma das bases da educação dos jesuítas era o aperfeiçoamento da elocução, da retórica. O que interessava, para o melhor convencimento na conversão e também nas pregações religiosas, era a prática da linguagem, o discurso perfeito, o convencimento pela palavra, enfim, a língua *em uso*. Essa característica da educação jesuítica, ao lado do ideal humanista de valorização da prática, pode ter gerado o destaque dado ao uso.

O destaque ao uso revelaria, também, uma essência descritiva, e não normativa, nas artes de gramática (como aponta Rodrigues 1997), já que as descrições e indicações de regras poderiam ser adaptadas, de acordo com o contato do missionário com os falantes da língua, observando, assim, a real dimensão lingüística do idioma que era aprendido. Altman (2000) aponta que essa característica das gramáticas missionárias levaria à exposição de um embate entre *regra* e *uso* na história da gramaticografia missionária.

Além dos fatores apontados, acredito que o destaque ao uso da língua é também fruto da expansão de um modelo de fazer gramática. De fato, as gramáticas escritas no Renascimento, aquelas de línguas vernaculares, apontam que um ‘aperfeiçoamento’ na aprendizagem de determinada língua deveria ser alcançado pela leitura e atenta observação do estilo dos homens mais cultos de sua época. Como diz Fernão de Oliveira, na primeira gramática da língua portuguesa,

Agora, já, pois, notemos o falar dos nossos homens e daí ajuntaremos preceitos para aprenderem os que vierem e também os ausentes (Oliveira 1975[1536]:45).

A descrição gramatical latina da Antiguidade também destacava a observação do uso, como aponta Quintiliano (*apud* Pereira 2000:75):

O uso é o mais seguro mestre do falar; que se faça, pois, um uso franco da língua como do dinheiro, cuja forma é pública.

Também Manuel Álvares, o modelo da ‘gramatização’ missionária no Brasil, indica a observação do uso da língua pelos bons autores para a exemplificação de aspectos gramaticais do latim, como no trecho seguinte, em que a explicação final sobre a utilização de conjunções aparece com um exemplo de Cícero.

Conjunctiones copulativae et disjunctivae, cum ad idem verbum referuntur, similes casus connectunt. Cic. [Cícero] (?) Quis non doelte interitum talis et CIVIS et VIRI? (Álvares 1832[1572]:301)

Assim, esse uso da língua pelos bons autores é transferido, pelos gramáticos-jesuítas, para o uso real da língua entre os nativos, naturalmente pela natureza anterior ágrafa das línguas descritas por eles. Acredito que, se é possível associar o destaque dado ao uso aos outros fatores aqui apontados, não se pode deixar de considerar que a recorrência ao uso como “melhor mestre” também é consequência da aplicação de um modelo de fazer gramática. Se não há autores clássicos na língua, há sempre os nativos, que serão o ponto de convergência para a solução de dúvidas e aperfeiçoamento do estilo no uso da língua, exatamente como indicava o modelo gramatical que destacava a observação do uso pelos grandes autores e pelos homens mais sábios.

Naturalmente que foi a atuação conjunta desses fatores que determinou a marcante presença da indicação de que seria “o uso o melhor mestre”, ou mesmo de que “o uso bastava” para o aprendizado de particularidades da língua em descrição.

CONCLUSÕES

A ‘gramatização’ dos séculos XVI e XVII para as línguas faladas no território brasileiro ocorreu de modo semelhante, caracterizando uma tradição, criada a partir da descrição de línguas baseada na escrita gramatical clássica do Ocidente.

As gramáticas missionárias ‘brasileiras’ de Anchieta (para o tupi antigo, 1595), Figueira (também tupi antigo, provavelmente em 1621), Mamiani (língua kiriri, 1699), Pedro Dias (para a língua africana kimbundu, 1697) iniciaram a história gramatical em nosso país, representando uma realidade lingüística de acordo com políticas que visavam, antes de tudo, ao ideal exploratório da colonização portuguesa.

Não se pode negar que foi essa ‘gramatização’ que contribuiu para o efeito de desaparecimento da diversidade lingüística brasileira, uma vez que condenou ao esquecimento um grande número de línguas que não foram descritas e muito menos gramatizadas. Línguas sem qualquer possibilidade de resgate histórico (pela ausência de documentos e de falantes, já que milhares de índios foram dizimados, assim como variadas línguas africanas faladas pelos escravos em território brasileiro foram desconsideradas).

A descrição gramatical do tupi antigo, do kiriri e do kimbundu, como toda a tradição de gramáticas missionárias, atualizou técnicas gramaticais originadas na Antiguidade clássica.

Ainda que nos pareça estranha essa atitude, ela deve ser encarada como ideal no momento em que foi empreendida, possibilitando a existência das gramáticas missionárias, que tinham sua transmissão garantida para aqueles conhecedores dos métodos de descrição gramatical latina.

Para isso, os gramáticos-jesuítas lançaram mão de procedimentos e estratégias que visaram à possibilidade de compreensão e transmissão didática, ressaltando a relação que línguas ‘exóticas’ pudessem ter com o latim ou vernáculos europeus. Não é à toa que veremos nessa tradição o uso extensivo de busca de equivalências nas descrições, bem de acordo com o espírito da época, que procurava ver e entender o diferente por meio de comparação e busca de similitudes.

Com a utilização da busca de equivalências e de procedimentos de caráter didático, que descreviam aspectos de formação e transformação de segmentos, as unidades gramaticais das línguas ‘brasileiras’ foram abordadas a partir de critérios morfológicos, funcionais e semânticos, sendo que este último critério surgia quase como um decalque de definições propostas em gramáticas latinas consideradas como modelo de descrição lingüística.

A PALAVRA continuou sendo considerada como a unidade fundamental da gramática de uma língua, ocasionando extensas descrições das partes do discurso, em detrimento de maiores abordagens de aspectos sonoros e sintáticos das línguas.

De fato, as artes missionárias contribuíram para evidenciar um momento da história da gramática ocidental em que esta iria se caracterizar como uma *lingüística da palavra*, e não da sentença.

As gramáticas das línguas ‘brasileiras’, elementos constitutivos da tradição gramatical missionária, situam-se, sem dúvida, num momento da história da gramática

ocidental que se caracterizaria como cumulativo e não de rupturas, negando saberes e métodos anteriormente adquiridos.

Devemos lembrar que essa ‘gramatização’ contribuiu para uma história cumulativa do fazer gramatical porque foi originada em um ambiente extremamente conservador, o da Igreja católica e do programa religioso dos jesuítas. O período renascentista ocidental conheceu diferentes formas de descrição e de idéias a respeito das línguas, mas gramáticos que podemos chamar de inovadores, como Sanches e sua obra *Minerva* (1587), foram proibidos pelo programa de estudos jesuíticos, por exemplo. Assim como é importante destacar que as idéias desenvolvidas na Idade Média, com destaque para a relação pensamento/linguagem, a escolástica, os estudos de ‘semântica’, as proposições de uma estrutura gramatical universal, não foram atualizadas na tradição aqui em estudo, que operou uma espécie de apagamento do que se produziu no período medieval em matéria de conhecimento sobre a linguagem, ao mesmo tempo em que valorizou sobremaneira a tradição da Antiguidade clássica.

A ruptura na ‘gramatização’ se daria ainda no século XVII por uma tradição diferente daquela seguida pelos missionários jesuítas (extremamente conservadores e presos aos modelos clássicos). Veremos que serão os jansenistas que irão propor a *gramática geral* em Port-Royal, a partir da leitura de autores proibidos pela Companhia de Jesus.

Por isso é que se pode afirmar que muito antes de dar espaço à proposição de uma gramática universal, é presente nos jesuítas a idéia de utilização de um esquema já conhecido que pudesse facilitar o aprendizado das línguas. Até porque, se houvesse a adoção de uma idéia de gramática universal, teria de haver a idéia de igualdade entre *todas* as línguas do mundo e, conseqüentemente, entre *todos os povos do mundo*, o que deixaria de justificar o ideal de catequização e de colonização. Se os “bárbaros” têm

uma língua igual à do europeu, eles são iguais ao colonizador. Como justificar, dessa maneira, a exploração colonial e a necessidade de disseminação da fé cristã?

A proposição de uma gramática universal, que tem suas origens na Idade Média, não passará pela tradição gramatical missionária jesuítica do Renascimento, chegando diretamente aos gramáticos de Port-Royal, que farão a ‘ruptura’ na ‘gramatização’ ocidental.

Mas o que de mais importante as gramáticas missionárias legaram para a história dos estudos sobre a linguagem é o fato de terem sido descrições de línguas até então desconhecidas, abrindo caminho para a percepção da diversidade lingüística existente no mundo, que, ainda que imaginada, não havia sido experienciada.

Os registros das línguas do Brasil colonial (assim como todos os de línguas ‘exóticas’), de alguma maneira, colaboraram para a percepção de línguas com estruturas gramaticais diferentes, lançando bases para a comparação entre línguas, em tradições posteriores.

Ainda que o impacto das gramáticas missionárias tenha sido praticamente nulo na época de sua escrita, até mesmo pela função particular e instrumental que elas representavam, serão elas que, quando ‘descobertas’ no final do século XVIII e no século XIX vão (pelo *corpus* que ofereciam) contribuir não só para a idéia de relatividade cultural, mas também para o ‘lançamento’ efetivo de um programa de investigação de caráter comparativo.

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

- Anchieta, José de. 1990[1595]. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Fac-similar da 1. edição. Apresentação de Carlos Drummond. Aditamentos do Pe. Armando Cardoso. São Paulo: Edições Loyola. (1^a. ed. 1595. Coimbra: Antonio Mariz; 2^a. ed. 1874, Leipzig: Julio Platzmann; 3^a. ed. 1876, idem; 4^a. ed. 1933, R. de Janeiro: Bibl. Nac. do R. de Janeiro; 5^a. ed. 1946, São Paulo: Ed. Anchieta; 6^a. ed. 1980, Salvador: UFBA.)
- Dias, Pedro. 1697. *Arte da Lingoa de Angola oferecida a Virgem Senhora N. Rosario, Mãe e Senhora dos mesmos Pretos*. Lisboa: Miguel Deslandes.
- Figueira, Luis. 1621(?). *Arte da Lingva Brasilica*. Lisboa: Manoel da Silva. (2^a. ed. 1687, *Arte de grammatica da Lingua Brasilica*, Lisboa: Miguel Deslandes; 3^a. ed. 1795, *Arte da Grammatica da Lingua do Brasil*, Lisboa: Officina Patriarcal.)
- Mamiani, Luis Vincencio. 1877[1699]. *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Kiriri*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. (1^a. ed., Lisboa: Miguel Deslandes.)

Fontes secundárias

- Alencastro, Luiz Felipe de. 2000. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Altman, Cristina. 1997. "As gramáticas das 'línguas gerais' sul-americanas como um capítulo da Historiografia Lingüística Ocidental". *Actas del I Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografia Lingüística*. Separata. Ed. por Mauro F. Rodríguez, Francisco G. Gondar e Nancy V. Veiga. Coruña, 18-21 de fevereiro de 1997.
- _____. 1999. "From 'Insula Vera Crux' to 'Terra Brasiliensis'. History, (Hi)Stories and Historiography of Brazilian Linguistics". *History of Linguistics 1996*. Vol. 2: *From Classical to Contemporary Linguistics*. Offprint. Ed. por David Cram, Andrew Linn e Elke Nowak. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- _____. 2000. "As 'línguas gerais' e a empresa missionária colonial. Linguagem e representação metalingüística". Texto proferido no I Colóquio sobre Línguas Gerais, 29 e 30 de agosto de 2000, UFRJ.
- Álvares, Manuel. 1832[1572]. *Institutio Grammatica*. Roma: Soc. Jesu. (1^a. ed com publicação em Lisboa por Joam da Barreira.)
- Amerindia. *Revue d'Ethnolinguistique amérindienne*, 19/20: "La 'découverte' des langues et des écritures d'Amérique". A.E.A, 1995.
- Anchieta, José de. 1984. *Cartas, correspondência ativa e passiva*. Obras completas, vol. 6. São Paulo: Loyola.
- Anderson, Benedict. 1989. *Nação e consciência nacional*. [Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira do orig. inglês *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, 1983.] São Paulo: Ática.
- Arens, H. 1975. *La lingüística: sus textos y su evolución desde la antigüedad hasta nuestros días*. [Trad. de J.M. Dáz-Regañón] Madrid: Gredos.
- Arjona, Doris K. 1952. "The 'Twelve' Meet a Language Requirement". *Hispania* 35.259-266.

- Arnauld, Antoine & Claude Lancelot. 1992[1660]. *Gramática de Port-Royal*. [Trad. de Bruno F. Basseto e Henrique Murachco do orig. francês *Grammaire Générale et raisonnée*.] São Paulo: Martins Fontes.
- Auroux, Sylvain. 1990. *Histoire des idées linguistiques*. Tome I: *La naissance des métalangages en Orient et Occident*. Bruxelas: Pierre Mardaga.
- _____. 1992a. *Histoire des idées linguistiques*. Tome II: *Le développement de la grammaire occidentale*. Bruxelas: Pierre Mardaga.
- _____. 1992b. *A revolução tecnológica da 'gramatização'*. Campinas: Unicamp.
- _____. 1998. *A Filosofia da Linguagem*. [Trad. de José Horta Nunes, de orig. francês de 1996] Escrito por Auroux com a colaboração de Jacques Deschamps e Djamel Kouloughli. Campinas: Unicamp.
- Auroux, Sylvain & Francisco Queixalos (eds.). 1984. *Pour une Histoire de la Linguistique Amérindienne en France* (= *Amerindia* 6, nº. especial). Paris: A.E.A.
- Azevedo, Gilda Maria Corrêa de. 1965. *Língua Kiriri: descrição do dialeto Kipeá*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.
- Azpilcueta Navarro et al. 1988[1931]. *Cartas avulsas*. 2ª. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp.
- Baratin, M. & Françoise Desbordes. 1981. *L'analyse linguistique dans l'antiquité classique*. Paris: Klincksieck.
- _____. 1986. "La 'troisième partie' de l'Ars grammatica". *Historiographia Linguistica* 13:2/3.215-240.
- Barbosa, A. Lemos. 1956. *Curso de Tupi Antigo*. Rio de Janeiro: Livraria São José.
- Barreto, Luís Felipe. 1983. *Descobrimientos e Renascimentos: formas de ser e pensar nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional & Casa da Moeda.
- Barros, João de. 1971[1540]. *Cartinha, Gramática e Diálogo em louvor da nossa linguagem Diálogo da Viciosa Vergonha*. 3ª. ed., em conj., org. por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras.
- Barros, Maria Cândida Drummond Mendes. 1995. "Os Línguas e a Gramática Tupi no Brasil (século XVI)". *Amerindia. Revue d'Ethnolinguistique Amérindienne* 19:20.3-14. Paris: A.E.A.
- _____. 1997. "Os intérpretes jesuítas como fonte de estudo da situação lingüística colonial". *Estudos da Linguagem: Limites e Espaços. Mesas-redondas do VI Congresso da ASSEL*. Org. por Marília Facó Soares, 179-191.. Rio de Janeiro: Associação de Estudos da Linguagem/UFRJ.
- _____. 2000. "Esboço de uma história dos catecismos em línguas indígenas do Brasil – séculos XVI e XVII". *Historiografia da Lingüística Brasileira*. Boletim V.53-71. São Paulo: CEDOCH-DL/USP.
- Barros, Maria Cândida Drummond Mendes; Luiz Borges & Márcio Meira. 1996. "A língua geral como identidade construída". *Revista de Antropologia* 39:1.191-219.
- Batista, Ronaldo de Oliveira. 2000. "Unidade e diversidade em Fernão de Oliveira". In: *O Tratamento da Diversidade Lingüística*. Altman, Cristina (coord.). Exposição comemorativa apresentada durante o XV Encontro Nacional da ANPOLL, na Universidade Federal Fluminense, de 4 a 7 de junho de 2000, acompanhada de folder com textos, bibliografia e ilustrações, p. 2. São Paulo: CEDOCH/DL-USP.
- _____. 2001a. "Nossa língua e essoutras: o tratamento da diversidade lingüística em Fernão de Oliveira". No prelo.
- _____. 2001b. "A 'língua de preto' e a *Arte da Língua de Angola*". Manuscrito inédito, 8pp.
- Bessa Freire, José R. 1983. "Da 'fala boa' ao português na amazônia brasileira". *Amerindia* 8.39-83.
- Bettendorf, João Felipe. 1990[1698]. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Belém: Secult.
- Biderman, Maria Tereza Camargo. 2001 (2ª. ed.). *Teoria Lingüística*. São Paulo: Martins Fontes. (1ª. ed. publicada em 1978, com o título *Teoria Lexical e lingüística computacional*, São Paulo: LTC.)

- Bonvini, Emilio. 1996. "Repères pour une histoire des connaissances linguistiques des langues africaines. 1. Du XVIe. siècle au XVIIIe. siècle: dans le sillage des explorations". *Histoire, Epistémologie, Langage* 18:2.127-148.
- Bonvini, Emilio & Margarida M.T. Peter. 1998. "Portugais du Brésil et langues africaines". *Langages* 130.68-83.
- Bosi, Alfredo. 1992. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Boxer, Charles Ralph. 1977. *Relações raciais no império colonial português, 1415-1825*. Porto: Afrontamento.
- _____. 1981. *A Igreja e a expansão ibérica, 1440-1770*. Lisboa: Edições 70.
- Brandão, Helena H. Nagamine. 2000. "Catequese e colonização no Discurso Jesuítico". *Os Discursos do Descobrimento*, org. por Diana Luz Pessoa de Barros, São Paulo: EDUSP/FAPESP, 103-117.
- Brásio, A. 1973. *História e missiologia. Inéditos e esparsos*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão. 1978. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Biblioteca Breve 18. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- _____. 1983a. *O estudo das línguas exóticas do século XVI*. Lisboa: Inst. de Cultura e Língua Portuguesa.
- _____. 1983b. *Babel ou a ruptura do signo — a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- Bugarski, Ranko. 1976. "The object of Linguistics in historical perspective". *History of linguistic thought and contemporary linguistics*, ed. por Herman Parret, 1-12. Berlin: Gruyter.
- Burke, Peter & R. Porter (orgs.). 1993. *Linguagem, indivíduo e sociedade: história social da linguagem*. [Trad. de Alvaro Luiz Hattner do orig. inglês *Language, Self, and Society. A Social History of Language*, 1991.] São Paulo: Unesp.
- Bursill-Hall, Geoffrey L. 1995. "Linguistics in the Later Middle Ages". Koerner & Ascher (eds.), 130-136.
- Bustamante, Jesus. 1987. "Las lenguas amerindias: una tradición española olvidada". *Histoire, Epistémologie, Langage* 9:2.75-97.
- Caetano [de Almeida Nogueira], Batista. 1877. "Introdução à *Arte de Grammatica da Lingua Brazilica da Nação Kiriri*". In: Mamiani, Luiz Vicencio. 1877[1699]. *Arte de Grammatica da Lingua Brazilica da Nação Kiriri*. Rio de Janeiro: Bibl. Nacional.
- Callou, Dinah & Yonne Leite. 1990. "A evolução dos estudos de fonética e fonologia". *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Caravolas, Jean Antoine. 1995. "Apprendre à parler une langue étrangère à la renaissance". *Historiographia Linguistica* 22:3.275-310.
- Castro, Yeda Pessoa de. 1980. *Os falares africanos na integração social do Brasil Colônia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- Catach, Nina. (org.) 1996. *Para uma teoria da língua escrita* [Trad. de Fulvia Moretto e Guacira Machado do orig. francês *Por une théorie de la langue écrite*, 1988.] São Paulo: Ática.
- Chomsky, Noam. 1972. *Linguística Cartesiana*. [Trad. de Francisco M. Guimarães do orig. inglês *Cartesian Linguistics*, 1966.] Petrópolis: Ed. Vozes; São Paulo: Edusp.
- Cole, D.T. 1971. "The history of African linguistics to 1945". Sebeok (org.), 1-29. The Hague: Mouton.
- Colombat, Bernard. 1988a. "Présentation: Éléments de réflexion pour une histoire des parties du discours"; 1988b. "Les 'Parties du Discours' (*partes orationes*) et la reconstruction d'une syntaxe latine au XVIe. siècle". *Langage* 92: 5-11; 51-64.
- Coseriu, Eugenio. 1982. *O homem e sua linguagem*. [Trad. de Carlos A. Fonseca e Mário Ferreira do orig. espanhol *El hombre y su lenguaje*, 1977.] Rio de Janeiro: Presença.
- Cunha, Antônio Geraldo da. 1982. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Cunha, Manuela Carneiro da (org.). 1998. *História dos índios do Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras. (1ª. edição de 1992)

- Dantas, Beatriz G. et al. 1998. "Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico". Cunha, Manuela C. da (org.), 431-456.
- Desbordes, Françoise. 1995. *As concepções sobre a escrita na Roma antiga*. [Trad. de Fulvia Moretto e Guacira Machado do orig. francês *Idées romaines sur l'écriture*, 1990.] São Paulo: Ática.
- _____. 1996. "A pretensa confusão entre o escrito e o oral nas teorias da Antiguidade". Catach, Nina (org.), 23-29.
- Doke, C.M & D.T. Cole. 1961. *Contributions to the history of Bantu Linguistics*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.
- Drumond, Carlos. 1990. Prefácio à nona edição da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola.
- Dubois, Jean et al. 1995. *Dicionário de Lingüística*. [Trad. coordenada por Izidoro Blikstein do orig. francês *Dictionnaire de Linguistique*, 1973.] São Paulo: Ed. Cultrix. (5ª edição)
- Ducrot, Oswald & Tzvetan Todorov. 2001. *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. [Trad. de Alice Miyashiro et al. do orig. francês *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, 1972.]. São Paulo: Ed. Perspectiva. (3ª edição)
- Eco, Umberto. 1996. *A Procura da Língua Perfeita*. [Trad. de Miguel Serras Pereira do orig. italiano *La Ricerca della Lingua Perfetta*, 1993.] Lisboa: Editorial Presença.
- Edelweiss, Frederico G. 1947. *Tupis e guaranis. Estudos de Etnonímia e Lingüística*. Bahia: Publicações do Museu da Bahia.
- _____. 1969. *Estudos Tupis e Tupi-Guaranis. Confrontos e revisões*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora.
- Escavy, R.; J.M. Hdez. Terrés & A. Roldán (eds.). 1992. *Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística. Nebrija V Centenário, 1492-1992*. Volume II. Múncia: Universidad de Múncia.
- Ferreira Neto, Waldemar. 1994. *Os índios e a alfabetização: aspectos da educação escolar entre os Guarani de Ribeirão Silveira*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, São Paulo.
- Fiorin, José Luiz. 2000. "Identidades e Diferenças na Construção dos espaços e atores do Novo Mundo". *Os Discursos do Descobrimento*, org. por Diana Luz Pessoa de Barros, São Paulo: EDUSP/FAPESP, 27-49.
- Foucault, Michel. 2000 (8ª edição). *As palavras e as coisas*. [Trad. de Salma Tannus Muchail do orig. francês de 1966.]. São Paulo: Martins Fontes.
- Franca, Leonel (ed.). 1952. *O Método Pedagógico dos Jesuítas — o "Ratio Studiorum": Introdução e Tradução*. Rio de Janeiro: Editora Agir.
- Gadotti, Moacir. 1995. *História das Idéias Pedagógicas*. São Paulo: Ed. Ática.
- Gambini, Roberto. 1988. *O espelho do índio, os jesuítas e a destruição da alma indígena*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- Gimenes, Luciana. 1999. *As formas de saber sobre as línguas do Brasil no século XVI. Uma contribuição para a Historiografia Lingüística Brasileira Colonial*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, São Paulo.
- Gonçalves, Maria Filomena. 1995. "O 'artigo' e 'as partes do discurso' na antiga gramaticografia portuguesa". *Actas do 4º. Congresso da Assoc. Int. de Lusitanistas*, Hamburg, 1993. Lisboa: Lidel.
- González-Luis, Francisco. 1992. "La gramática de la lengua tupí de José de Anchieta y su dependencia de la Gramática Latina". Escavy et al. (eds.), 101-114.
- Grass, Roland. 1965. "America's First Linguists: Their Objectives and Methods". *Hispania* 48.57-66.
- Guillermou, Alain. 1973. *Santo Inácio de Loyola e a Companhia de Jesus*. [Trad. de Maria da Glória Alcure do orig. francês de 1960] Rio de Janeiro: Livraria Agir.
- _____. 1977. *Os jesuítas*. Sintra: Publicações Europa-América.
- Haas, Mary R. 1978. *Language, Culture and History*. Stanford, California: Stanford University Press.

- Hackerott, Maria Mercedes Saraiva. 1994. *A passagem da Minerva para a Gramática Geral na História da Gramática Portuguesa*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, São Paulo.
- Hanzeli, Victor E. 1969. *Missionary Linguistics in New France. A Study of Seventeenth and Eighteenth Century Descriptions of American Indian Languages*. The Hague: Mouton.
- Harris, Roy. 1986. *The Origin of Writing*. London: Duckworth.
- Histoire, Epistémologie, Langage*. 1998. Hors-Série n° 2., tome I. *Corpus représentatif des grammaires et des traditions linguistiques*.
- Holanda, Sérgio Buarque de. 1976. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. 2000[1959]. *Visão do Paraíso*. Coleção "Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro". São Paulo: Publifolha.
- Hovdhaugen, Even. 1982. *Foundations of Western Linguistics*. Oslo: Universitetsforlaget.
- _____. (ed.). 1996. *...and the Word was God. Missionary Linguistics and Missionary Grammar*. Münster: Nodus Publikationen.
- _____. 1996. "Missionary grammars — An attempt at defining a field of research". *... and the Word was God. Missionary Linguistics and Missionary Grammar*, ed. pelo autor, 9-22.
- Hoyos, Carmen Hoyos. 1992. "Análisis del Arte de la lengua Quechua de F. Domingo de Santo Tomás". Escavy *et al.* (eds.), 137-151.
- IBGE. 2000. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Izzo, Herbert. 1982. "Phonetics in 16th Century Italy: John David Rhys and Giorgio Bartoli". *Historiographia Linguistica* 9:3.335-360.
- Kemp, J.A. 1995. "Phonetics: Precursors to Modern Approaches". Koerner & Asher (eds.), 371-388.
- Kenny, Hamill. 1957. "The Founders of Amerindian Linguistics". *American Speech* 32.204-5.
- Koerner, E.F. Konrad. 1978. *Toward a Historiography of Linguistics: Selected Essays*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- _____. 1989a. "On the problem of 'influence' in Linguistic Historiography". *Practicing Linguistic Historiography: Selected Essays*, 31-46. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- _____. 1989b. "Models in Linguistic Historiography". *Practicing Linguistic Historiography: Selected Essays*, 47-60. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- _____. 1992. "Gramática de la Lengua Castellana de Antonio de Nebrija y el Estudio de las lenguas indígenas de las Américas; o, hacia una historia de la lingüística amerindia". Escavy *et al.* (eds.), 17-36.
- _____. 1995. "Toward a History of Americanist Linguistics". *Professing of Linguistic Historiography*, 135-150. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- _____. 1996a. "Questões que persistem em Historiografia da Lingüística". [Trad. de Cristina Altman do orig. inglês "Persistent Issues in Linguistic Historiography". *Linguistic Historiography*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1995.] *ANPOLL. Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Lingüística* 2.45-70.
- _____. 1996b. "A questão da metalinguagem na Historiografia da Lingüística". [Trad. de Cristina Altman do orig. inglês "Metalanguage in Linguistic Historiography". *Professing Linguistic Historiography*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1995.] *DELTA* 12:1.95-124.
- _____. 1999. "What is the History of Linguistics Good for?". *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft* 9.209-230.
- _____. 2000. "Historia de la Lingüística: logros y desafíos". *Analecta Malacitana. Revista de la sección de Filología de la Facultad de Filosofía y Letras* 22:1.5-19. Universidade de Málaga.
- Koerner, E.F.K. & R.E. Asher (eds.). 1995. *Concise History of the Language Sciences: From the Sumerians to the Cognitivists*. Oxford & New York: Pergamon.
- Kristeva, Julia. 1980. *História da linguagem*. [Trad. de Maria Margarida Barahona do original francês *Le Langage, cet inconnu*, 1969.] Lisboa: Edições 70.

- Kuhn, Thomas S. 1962. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press.
- Leite, Serafim. 1938-50. *História da Companhia de Jesus*. 10 volumes. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- _____. 1940. *Luís Figueira — a sua vida heróica e sua obra literária*. Lisboa: Agência Geral das Colônias.
- _____. 1947. “Padre Pedro Dias, autor da ‘Arte de língua de Angola’, apóstolo dos negros no Brasil”. *Portugal em África*, segunda série, 4.9-11.
- _____. (ed.). 1954. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. 2 vols. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.
- _____. 1965. *Suma Histórica da Companhia de Jesus 1549-1560*. Lisboa: Junta de Investigações de Ultramar.
- Leite, Yonne. 2000. “A gramática de Anchieta. 500 anos de língua tupi”. *Ciência Hoje*, vol. 28, no. 163/agosto, 42-57
- Lopes, Edward. 2000. “Ler a Diferença”. *Os Discursos do Descobrimento*, org. por Diana Luz Pessoa de Barros, São Paulo: EDUSP/FAPESP, 11-26.
- Luhtala, Anneli. 1995. “Early Medieval Grammar”. Koerner & Asher (eds.), 121- 129.
- Luzuriaga, Lorenzo. 1990. *História da Educação e da Pedagogia*. [Trad. de Luiz Damasco Penna e J.B. Damasco Penna do orig. espanhol *Historia de la educación y de la pedagogia*]. 18ª. edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Magalhães, Erasmo D’Almeida. 1981. *Digressões a partir de um manuscrito*. Tese de Livre-Docência. FFLCH/USP, São Paulo.
- _____. 1998. “Reflexões sobre a arte de gramática do pe. José de Anchieta”. *Notícia Bibliográfica e Histórica* 30: 70.229-247
- Malkiel, Yakov. 1968. “History and Histories of Linguistics”. *Romance Philology* 22.530-566.
- Mamiani, Luis Vincencio. 1942[1698]. *Catecismo Kiriri*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 1989. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto.
- Mattoso Câmara Jr., Joaquim. 1965. *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- _____. 1986. *História da Lingüística*. [Trad. de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo dos originais manuscritos em inglês, 1962.]. 4ª. edição. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Mignolo, Walter D. 1992. “On the colonization of Amerindian languages and memories: Renaissance theories of writing and the discontinuity of the Classical tradition”. *Comparative studies in society and history* 34:2.301-330.
- Montaigne, Michel de. 1996[1580]. *Ensaio*. 2 vols. [Trad. de Sérgio Milliet da versão em francês da Pléiade.]. São Paulo: Nova Cultural.
- Montoya, Antonio Ruiz de. 1994[1640]. *Arte, y vocabulario de la lengua guarani*. Rep. fac-similada da 1ª. ed. Madrid: Cultura Hispânica.
- Monzon, Cristina. 1995. “La morfología en las primeras Artes de las lenguas amerindias”. *Amerindia* 19/20.253-261.
- Mounin, Georges. 1970. *História da Lingüística, das origens ao século XX*. [Trad. de F.J. Hopffer Rêgo do orig. francês *Histoire de la Linguistique*, 1967.] Porto: Ed. Despertar.
- Navarro, Eduardo de Almeida. 1995. *Problemática lingüística do Renascimento às missões e as gramáticas da língua tupi de José de Anchieta e Luiz Figueira*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, São Paulo.
- _____. 1997. *Anchieta, Vida e Pensamentos*. São Paulo: Martin Claret.
- _____. 1998. *Método Moderno de Tupi Antigo*. Petrópolis: Vozes.
- Nebrija, Antonio de. 1946[1492]. *Gramatica Castellana*. Madrid: Ed. Junta del Centenario.
- Nina Rodrigues, Raimundo. 1945. *Os africanos no Brasil*. 3ª. edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Nowak, Elke. 1996. “Considering the status of empirical research in Linguistics”. Hovdhaugen (ed.), 23-44.

- Oliveira, Fernão de. 1975[1536]. *A Gramática da Linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira*. 4ª. ed. com introdução, notas e leitura actualizada de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional & Casa da Moeda.
- Oliveira Martins. 1968[1879]. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Olson, David R. & Nancy Torrance. 1997. *Cultura escrita e oralidade*. [Trad. de Valter Lellis Siqueira do orig. inglês *Literacy and orality*, 1991.] São Paulo: Ática.
- Pacconio, Francisco. 1642. *Gentio de Angola*. Lisboa: Domingos Lopes Rosa.
- Padley, G.A. 1976. *Grammatical theory in Western Europe — 1500-1700*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Percival, W. Keith. 1975. "The Grammatical Tradition and the Rise of the Vernaculars". Sebeok (ed.), 231-275.
- _____. 1995. "Renaissance Linguistics: An Overview". Koerner & Asher (eds.), 147-151.
- Pereira, Marcos Aurelio. 2000. *Quintiliano gramático*. São Paulo: Humanitas.
- Pérez, Julio Calvo. 1992. "Las gramáticas de Nebrija y las las primeras gramáticas de Quechua". Escavy *et al.* (eds.), 63-80.
- Petter, Margarida M.T. 2000. Apostila sobre aspectos gramaticais das línguas negro-africanas. Distribuída durante curso de pós-graduação do Departamento de Linguística da FFLCH/USP. 2º. semestre de 2000.
- Pimentel, Edith. *A língua escrita no Brasil*. São Paulo: Ática.
- Pinto, A. Cortês. 1948. *Da famosa arte da imprimissão*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Pottier, Bernard (ed.). 1983. *America Latina en sus Lenguas Indigenas*. Unesco: Monte Avila Editores.
- _____. 1984. "Les premières grammaires des langues amérindiennes au XVIe. siècle". *Comptes rendus des séances de l'Academie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 222-235.
- Prezia, Benedito A. 2000. *Os indígenas do Planalto Paulista nas crônicas quinhentistas e seiscentistas*. São Paulo: Humanitas.
- Quintão, José Luiz. 1934. *Gramática de Kimbundu*. Prefácio de João de Castro Osório. Lisboa: Edições Descobrimento.
- Raminelli, Ronald. 1996. *Imagens da Colonização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; São Paulo: Edusp e Fapesp.
- Ribeiro, Darcy. 1957. *Línguas e Culturas Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro.
- _____. 1995. *O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro.
- Robin, Régine. 1977. *História e Lingüística*. [Trad. de Adélia Bolle, c/ colab. de Marilda Pereira, do orig. francês *Histoire et Linguistique*, 1973.] São Paulo: Cultrix.
- Robins, R.H. 1979. *Pequena História da Lingüística*. [Trad. de Luiz M.M. de Barros do orig. inglês *A Short History of Linguistics*, 1967.] Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- Roca, Jose Luiz Soares. 1992. *Lingüística misionera española*. Oviedo: Pentalfa
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna. 1993. "Línguas Indígenas: 500 anos de descobertas e perdas". *DELTA*. 9:1.83-103.
- _____. 1994. *Línguas Brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. 2ª. edição. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. 1997. "Descripción del tupinambá en el período colonial: el *Arte* de José de Anchieta". Zimmermann (ed.).
- _____. 1998. "O conceito de Língua Indígena no Brasil, I: os Primeiros Cem anos (1550-1650) na Costa Leste". *Línguas e Instrumentos Lingüísticos* 1.59-78. Campinas: Ed. Pontes.
- _____. 2000. "As outras línguas da colonização do Brasil". In: Cardoso, Suzana A.M (org.). *500 anos de História Lingüística do Brasil*. No prelo.
- Rodrigues, Daniele M. Grannier. 1997. "La obra lingüística de Antonio Ruiz de Montoya". Zimmermann (ed.).
- Rodrigues, F. 1917. *A formação intelectual do jesuíta — leis e factos*. Porto: Apostolado da Imprensa.

- _____. 1935. *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*. Porto: Apostolado da Imprensa.
- Rosa, Maria Carlota. 1992. "Descrições missionárias de língua geral nos séculos XVI-XVII: que descreveram?". *Papia* 2:1.85-98.
- _____. 1995. "Acerca das duas primeiras descrições missionárias de Língua Geral". *Ameríndia* 19/20.273-284.
- _____. [s/d]. "As línguas bárbaras e peregrinas do Novo Mundo segundo os gramáticos jesuítas: uma concepção de universalidade no estudo de línguas estrangeiras", MS.
- _____. 1997. "As línguas bárbaras e peregrinas do Novo Mundo segundo os gramáticos jesuítas: uma concepção de universalidade no estudo de línguas estrangeiras". *Revista de Estudos da Linguagem* 6:2.97-149.
- _____. 2000a. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto.
- _____. 2000b. "A língua mais geral do Brasil nos séculos XVI e XVII". Texto apresentado no I Colóquio sobre Línguas Gerais, UFRJ, agosto de 2000. No prelo.
- _____. 2001a. "Missionários, gramáticas e fixação gráfica". Texto apresentado no II Colóquio sobre Línguas Gerais, agosto de 2001, Rio de Janeiro, UFRJ/UERJ. Manuscrito inédito, 20pp.
- _____. 2001b. "Uma *Arte pera aprender a lee* quinhentista". No prelo, 12pp.
- Rowe, John H. 1974. "Sixteenth and Seventeenth Century Grammars". Hymes (ed.), 361-379.
- Rubio, Angel. 1939. *De la obra cultural de la Antigua España. Trabajos filológicos en Indias durante los siglos XVI, XVII, XVIII*. Panamá: Instituto panamericano.
- Salmon, Vivian. 1985. "Missionary Linguistics in Seventeenth Century Ireland and a North American Analogy". *Historiographia Linguistica* 12:3.321-350.
- _____. 1988. *The Study of Language in 17th-Century England*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- Saraiva, F.R. dos Santos. *Novíssimo Dicionário Latino-Português*. Rio de Janeiro & Belo Horizonte: Livraria Garnier.
- Sebeok, Thomas A. (ed.). 1975. *Current Issues in Linguistics*. Vol. XIII: *Historiography of Linguistics*. 2 volumes. The Hague: Mouton.
- Sedola, Sabina Collet. 1992. "La castellanización de los indios (s. XVI-XVII). Conquista del Nuevo Mundo y conquista lingüística". Escavy et al. (eds.), 81-99.
- Sepp, Antônio. 1980[1691]. *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. São Paulo:
- Seuren, Pieter. A.M. 1998. *Western Linguistics: an Historical Introduction*. Oxford (UK) & Massachusetts (USA): Blackwell Publishers.
- Souza, Gabriel Soares de. 1938[1587]. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 3^a. ed. São Paulo: Nacional & EDUSP.
- Souza, Laura de Mello e. 2000. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras. (7^a. reimpressão, 1^a. edição de 1986)
- Souza, Maria Fernanda de. 2000. "1621(?), 1687, 1795: Três momentos da 'Arte da Língua Brasileira' de Luís Figueira". Hand-out de trabalho exposto em Painel durante o XV Encontro Nacional da Anpoll, em Niterói – 2000, Universidade Federal Fluminense.
- Swiggers, Pierre. 1979. "Note épistémologique sur le statut de l'historiographie de la linguistique". *Histoire, Epistémologie, Langage* 1:1.61-63.
- _____. 1981. "The history writing of Linguistics: a methodological note". *General Linguistics* 21:1.11-16.
- _____. 1983. "La méthodologie de l'historiographie de la Linguistique". *FLH* 4:55-79.
- _____. 1988. "Les premières grammaires des vernaculaires gallo-roman face à la tradition latine: stratégies d'adaptation et de transformation". Rosier, Irène (ed.). *L'héritage des grammaires latins de l'Antiquité aux XVIIIe siècle*. Paris & Louvain: Peeters,
- _____. 1992a. "History of Linguistics". *International Encyclopedia of Linguistics*. Vol. II, ed. por William Bright, 140-141. Oxford: Oxford University Press.

- _____. 1992b. "Les grammaires françaises 'pédagogiques' du XVI^e siècle: Problèmes de définition et de typologie". Schröder, Konrad (ed.). *Fremdsprachenunterricht 1500-1800*, 217-235. Wiesbaden: Harrassowitz.
- _____. 1997. *Histoire de la pensée linguistique. Analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale, de l'Antiquité au XIX^e. siècle*. Paris: PUF.
- Tashiro, Eliza Atsuko. 2000. "A gramática do padre João Rodrigues: entre o modelo descritivo latino e a fidelidade à língua japonesa". *Historiografia da Linguística Brasileira. Em Homenagem a Aryon Dall'Igna Rodrigues*. Boletim V: 73-85. São Paulo: CEDOCH-DL/USP.
- Taylor, Daniel J. 1995. "Classical Linguistics: An Overview". Koerner & Asher (eds.), 83-89.
- Tovar, Antonio. 1961. *Catálogo de las lenguas de América del Sur: enumeración, com indicaciones tipológicas, bibliografía y mapas*. Buenos Aires: Editorial Sud-Americana.
- Urban, Greg. 1998. "A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas". Cunha, Manuela C. da (org.), 87-102.
- Vainfas, Ronaldo (dir.). 2000. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Vaquera, María Luisa Calero. 1992. "El primer tratado de Ortografía Castellana publicado en el Nuevo Mundo". Escavy et al. (eds.), 55-62.
- Vasconcelos, Simão de. 1977[1663]. *Crônica da Companhia de Jesus*. 2 volumes. Petrópolis.
- Verdelho, Telmo. 1995. *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Vianna, Hélio. 1966[1961]. *História do Brasil*. 3 volumes. São Paulo: Melhoramentos.
- Vieira, Antônio. 1943. *Sermões do Padre Antônio Vieira* [Reprod. fac-similada da ed. de 1679-1748]. 16 volumes. São Paulo: Anchieta.
- _____. 1992. *Escritos instrumentais sobre os índios*. São Paulo: EDUC/Loyola/Giordano.
- Wolfart, H. Christoph. 1967. "Notes on the Early History of American Indian Linguistics". *Folia Linguistica* 1.153-171.
- Wonderly, William L. & Eugene Nida. 1963. "Linguistics and Christian Missions". *Anthropological Linguistics* 5:1.104-144.
- Zimmermann, Klaus (ed.). 1997. *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana.